

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles

**COMUNIDADES INTENCIONAIS: espaços democratizantes potenciais e ambíguos na
reinvenção das democracias**

Belo Horizonte

2024

Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles

**COMUNIDADES INTENCIONAIS: espaços democratizantes potenciais e ambíguos na
reinvenção das democracias**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Área de concentração: Participação,
Movimentos Sociais e Inovações
Democráticas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Fabrino
Mendonça.

Belo Horizonte

2024

320	Dorneles, Luana.
D713c	Comunidades intencionais [manuscrito] : espaços
2024	democratizantes potenciais e ambíguos na reinvenção das
	democracias / Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo
	Dorneles. - 2024.
	157 f.
	Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
	Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1. Ciência política – Teses. 2. Comunidades alternativas
	– Teses. 3. Democracia - Teses. 4.Participação política -
	Teses. 5.Autogestão - Teses. I. Mendonça, Ricardo Fabrino.
	II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
	Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 01ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA LUANA GONTIJO SANT'ANNA VAZ DE MELO DORNELES

Realizou-se, no dia 31 de janeiro de 2024, às 14:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada “COMUNIDADES INTENCIONAIS: espaços democratizantes potenciais e ambíguos na reinvenção das democracias”, elaborada e apresentada por LUANA GONTIJO SANT'ANNA VAZ DE MELO DORNELES - número de registro 2022653747, graduada no curso de GESTÃO PÚBLICA/NOTURNO. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Felipe Nunes Coelho Magalhães (IGC-GEO), Prof. Filipe Mendes Motta (UFMG). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Fabrino Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 01/02/2024, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Mendes Motta, Usuário Externo**, em 05/02/2024, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nunes Coelho Magalhaes, Professor do Magistério Superior**, em 05/02/2024, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2994492** e o código CRC **55332B28**.

AGRADECIMENTOS

[Eu nem acredito que eu terminei].

Aos meus avós, que nos intervalos dos jogos do Galo, sempre têm uma história para contar, até porque, durante o jogo, a única pessoa legalmente autorizada a emitir qualquer som é o meu avô. Tem muito de vocês aqui.

Aos meus pais, por terem inventado, quando eu era uma criança curiosa, resoluta e tagarela, que cada pessoa nasce com um “kit de palavras” e que o meu estava acabando, o que inevitavelmente me fez ler repetidas vezes todos os dicionários em todas as línguas possíveis. Essas palavras me foram muito úteis - e excessivas. Obrigada! Thank you! Grazie! Muļumiri! Gracias! Спасибо!

À minha irmã, Stella, não só por me acompanhar no tópico “nomes com temática espacial”, mas por ser minha melhor amiga, maior apoiadora e me incentivar a ser melhor sempre.

Aos meus amigos, por, constantemente, reforçarem para qualquer um que a gente acabou de conhecer que eu estou terminando o mestrado e meu córtex pré-frontal ainda nem foi totalmente desenvolvido, e com isso me fazerem parecer o Sheldon Cooper perdido no meio de uma festa.

Ao meu orientador, Ricardo Fabrino Mendonça, por todo o carinho, cuidado e atenção durante todo esse percurso e para muito além do que as palavras, aqui presentes, conseguem demonstrar. Definitivamente, o melhor planejador de “Encontros Nacionais de Orientandes”. Ansiosa para a próxima vez e para ver o Gui jogar Zelda enquanto fala sobre o Galo e mostrar literalmente todas as fotos e vídeos dos meus cachorros, Max e Zak, para o Felipe.

Ao Grupo Margem, pelas amizades, pela vivência e pelos debates inspiradores e insubstituíveis que tanto marcaram esse trabalho, e muito mais. PS – A editoria cinéfila do grupo totalmente precisa sair do papel! PS 2 – Renato, você é o editor-chefe!!!! PS 3 – A gente vai começar com Bodies Bodies Bodies.

Ao PPGCP-UFMG, por oferecer um programa de qualidade com professores interessados, buscando sempre por convidados relevantes, promovendo discussões contemporâneas, ofertando disciplinas heterogêneas e estimulando a postura crítica.

À FIC, pela recepção gentil, pelo comprometimento com a ciência e pelo fornecimento de dados imprescindíveis à condução desta pesquisa.

À FAPEMIG pela excelente qualidade e por todo apoio prestado.

À Banca Examinadora, pela leitura atenta e pelos comentários preciosos.

RESUMO

As comunidades intencionais, caracterizadas por grupos de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição, viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns ou por alguma outra razão mutuamente acordada, assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis, expressam um *conatus*, de modo a conquistar tempo e espaço em condições cujo tecido social é confrontado. Diante do contexto contemporâneo que demarca uma crise nas democracias, reconhecemos a necessidade de inovação para restaurar vínculos representativos eficazes, organizar e desenvolver as capacidades de organização da sociedade e avançar com um projeto de boa governança para restaurar a confiança nas democracias. Nesse sentido, assumimos o potencial trazido pelas comunidades intencionais de apresentação dessas experiências enquanto novas bases de legitimidade, dadas por espaços democratizantes potenciais, de modo a permitir com que as inovações democráticas se façam possíveis e necessárias. Para isso, as comunidades intencionais lidam com práticas cotidianas e de reconhecimento mútuo que apostam no esforço inventivo e na atividade criativa dos cidadãos como forma de reinvenção das democracias. No entanto, pelo movimento liminar assumido por essas estruturas, bem como o caráter arriscado advindo dos ambientes altamente dinâmicos das inovações democráticas, reconhecemos o caráter ambivalente dessas experiências. Perante o exposto, o trabalho visa investigar se e como as comunidades intencionais podem representar oportunidades de reinvenção democrática, e se e como essas estratégias podem, simultaneamente, indicar ameaças às democracias. Para isso, foram produzidas categorias analíticas baseadas nas comunidades intencionais da Fundação para Comunidades Intencionais (FIC) com o objetivo de identificar as principais dimensões associadas às dinâmicas presentes nas comunidades intencionais. Reconhecemos as oportunidades de reinvenção das democracias por meio de: 1. Solidariedade; 2. Formação de Bases de Legitimidade; 3. Agentes de Mudança, Temporalidade e *Assemblage*; 4. Institucionalismo Utópico-Pragmático; 5. Abordagem voltada para a Resolução de Problemas; 6. Busca pelo Comum; 7. Construção de Cidades Insurgentes; 8. Articulações em Rede; 9. Pragmatismo Vitalista. Já as possíveis ameaças às democracias são exploradas por: 1. Apoio ou Incentivo às Condutas Antidemocráticas; 2. Reforços Negativos à Participação; 3. Acentuação das Desconfianças, Polarização e Desinformação; 4. Assimetrias e Fragmentação Social; 5. Invisibilidade Programática.

Palavras-chave: comunidades intencionais; inovações democráticas; desafios democráticos; utopias pragmáticas; espaços democratizantes.

ABSTRACT

Intentional communities, known as the group of people who have chosen, in a non-coercive or tradition-mediated way, to live together or share resources based on common values or for some other mutually agreed reason, ensuring that their prescribed ways of life and institutions are legitimized and practicable, can express a *conatus*, in order to conquer time and space in conditions where social fabric is confronted. In the face of nowadays' broad context that highlights a crisis in democracies, we recognize the need for innovation to restore effective representative channels, organize and develop societies' capabilities of organization and advance the project of good governance to restore trust in democracies. In this sense, we assume the potential brought by intentional communities to present these experiences as new bases of legitimacy, provided by potential democratizing spaces, in order to allow democratic innovations to become possible and necessary. In order to that, intentional communities deal with everyday practices and mutual recognition that rely on the inventive effort and creative activity of citizens as a way of reinventing democracies. However, due to the liminal movement assumed by these structures, as well as the risky nature arising from the highly dynamic environments of democratic innovations, we recognize the ambivalent character of these experiences. Considering the aforementioned, this project aims to investigate whether, and how, intentional communities can represent opportunities for democratic reinvention, and whether, and how, these strategies can, simultaneously, indicate threats to democracies. To achieve that, analytical categories are produced based on the communities from the Foundation for Intentional Communities (FIC), with the aim of identifying the main dimensions associated with the dynamics that are presented in intentional communities. We recognize the opportunities for reinventing democracies through: 1. Solidarity; 2. Formation of Legitimacy Bases; 3. Agents of Change, Temporality and Assemblage; 4. Utopian-Pragmatic Institutionalism; 5. Problem Solving Approach; 6. Search for the Common; 7. Construction of Insurgent Citizenships; 8. Network Articulations; and 9. Vitalist Pragmatism. Possible threats to democracies are explored by: 1. Support or Encouragement of Anti-Democratic Conduct; 2. Negative Reinforcements to Participation; 3. Increased distrust, polarization and misinformation; 4. Asymmetries and Social Fragmentation; and 5. Programmatic Invisibility.

Keywords: intentional communities; democratic innovations; democratic challenges; pragmatic utopias; democratizing spaces.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Principais atributos relacionados às comunidades intencionais na FIC	109
Figura 2	– Classes Identificadas	116
Figura 3	– Dendrograma	117
Figura 4	– Análise de Similitude	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Ano de Formação x Viver Conjuntamente	94
Gráfico 2	– Diagrama de Zipf	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Distribuição Geográfica	91
Tabela 2	– Tipo de Comunidade	95
Tabela 3	– Características dos Membros	97
Tabela 4	– Estilos de Vida	98
Tabela 5	– Habitação	100
Tabela 6	– Governança	102
Tabela 7	– Economia	105
Tabela 8	– Práticas Sustentáveis	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Questões Centrais	89
Quadro 2 – Dimensões Potenciais de Reinvenção das Democracias nas Comunidades Intencionais	134
Quadro 3 – Dimensões das Possíveis Ameaças às Democracias nas Comunidades Intencionais	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUA	Associação Unitária Americana “ <i>American Unitarian Association</i> ”
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CLT	Fundo Comunitário de Terras “ <i>Community Land Trusts</i> ”
EDD	Empowered Deliberative Democracy
FEC	Federação de Comunidades Igualitárias “ <i>Federation of Egalitarian Communities</i> ”
FIC	Fundação para Comunidades Intencionais “ <i>Foundation for Intentional Communities</i> ”
PDD	Poliarquia Diretamente Participativa
TAZ	Zonas autônomas temporárias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DEMOCRACIAS ENTRE CRISES E RESISTÊNCIAS: UTOPIAS PRAGMÁTICAS E INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS	21
1.1 Narrativas contemporâneas sobre as democracias	22
1.1.1 <i>Crises, fragilidades e rupturas</i>	27
1.1.2 <i>Resistência, ação criativa e utopia</i>	31
1.2 Inovações democráticas	36
1.2.1 <i>Disputas conceituais e tipologias</i>	37
1.2.2 <i>Inovações democráticas dentro, acima e abaixo das democracias</i>	45
2 COMUNIDADES INTENCIONAIS: ESPAÇOS DIFERENCIAIS EM BUSCA DO COMUM	51
2.1 Comunidades Intencionais	51
2.1.1 <i>Breve histórico</i>	53
2.1.2 <i>Uma proposta conceitual – descritiva</i>	57
2.2 Espaço: uma produção relacional	62
2.2.1 <i>Totalidade, cotidianidade e localidade: dinâmicas espaciais de cidadania ...</i>	65
2.2.2 <i>Em busca do comum: as práticas do desvio no espaço</i>	72
3 A FUNDAÇÃO PARA COMUNIDADES INTENCIONAIS: ARTICULAÇÕES EM REDE E DIRETÓRIO GLOBAL	79
3.1 Origem e formação	79
3.1.1 <i>Associação para Comunidades Intencionais (1949 – 1986)</i>	80

3.1.2	<i>Associação de Comunidades Intencionais (1986 – 2019)</i>	83
3.1.3	<i>Fundação para Comunidades Intencionais (2019 – Presente)</i>	85
3.2	Comunidades Intencionais na FIC	86
3.2.1	<i>Metodologia</i>	87
3.2.2	<i>Panorama</i>	90
3.2.2.1	Estatísticas Descritivas	91
3.2.2.1.1	Tipo de Comunidade	94
3.2.2.1.2	Características dos Membros	96
3.2.2.1.3	Estilo de Vida	98
3.2.2.1.4	Habitação	100
3.2.2.1.5	Governança	101
3.2.2.1.6	Economia	104
3.2.2.1.7	Práticas Sustentáveis	106
3.2.2.2	Declarações proferidas pelas comunidades intencionais da FIC	107
3.2.2.2.1	Nuvem de Palavras	108
3.2.2.2.2	Análise Lexicográfica	114
3.2.2.2.3	Análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)	115
3.2.2.2.4	Análise de Similitude	119
3.2.3	<i>Reivindicações das Comunidades Intencionais da FIC</i>	121
4	O MOVIMENTO AMBIVALENTE DE TRANSFORMAÇÃO NAS COMUNIDADES INTENCIONAIS: ENTRE POTENCIAIS ESPAÇOS DEMOCRATIZANTES E POSSÍVEIS AMEAÇAS ÀS DEMOCRACIAS	123
4.1	Comunidades Intencionais: Espaços Democratizantes Potenciais e Ambíguos	123
4.1.1	<i>Metodologia</i>	128

4.2	Dimensões Potenciais de Reinvenção das Democracias nas Comunidades Intencionais	130
4.2.1	<i>Solidariedade</i>	134
4.2.2	<i>Formação de Bases de Legitimidade</i>	135
4.2.3	<i>Agentes de Mudança, Temporalidade e Assemblage</i>	136
4.2.4	<i>Institucionalismo Utópico-Pragmático</i>	138
4.2.5	<i>Abordagem voltada para a Resolução de Problemas</i>	138
4.2.6	<i>Busca pelo Comum</i>	140
4.2.7	<i>Construção de Cidadanias Insurgentes</i>	141
4.2.8	<i>Articulações em Rede</i>	142
4.2.9	<i>Pragmatismo Vitalista</i>	143
4.3	Dimensões das Possíveis Ameaças às Democracias nas Comunidades Intencionais	144
4.3.1	<i>Apoio ou Incentivo às Condutas Antidemocráticas</i>	147
4.3.2	<i>Reforços Negativos à Participação</i>	147
4.3.3	<i>Acentuação das Desconfianças, Polarização e Desinformação</i>	148
4.3.4	<i>Assimetrias e Fragmentação Social</i>	149
4.3.5	<i>Invisibilidade Programática</i>	150
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de uma crise nas democracias contemporâneas nos convida a discutir a própria ideia de democracia e como ela tem sido interpretada em diferentes contextos (Streeck, 2013; Fukuyama, 2014; Della Porta, 2015; Fischer, 2017; Runciman, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Norris e Inglehart, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020). Alguns desses argumentos são representados, por exemplo, nas incapacidades dos Estados em lidar com as crises econômicas (Posner, 2010; Streeck, 2013; Offe, 2013) ou na crise de representatividade estabelecida entre os partidos e os cidadãos (Dean, 2016; Castells, 2018). Não obstante, por meio de múltiplos argumentos, notamos o papel centralmente exprimido pela perda de legitimidade nas narrativas sobre a crise a perpassar as democracias, chamando atenção aos movimentos e alternativas desenvolvidos mediante a expectativa de reconquista da legitimidade democrática.

Uma grande contribuição dada a partir desse momento para a teoria democrática reside no fato de que, ao mesmo tempo em que são levantadas hipóteses para o fornecimento de um diagnóstico sobre a crise, também são recuperados atores, instituições, mecanismos, processos e instrumentos que podem expressar oportunidades de reinvenção e resistência, em especial, pelo reconhecimento das capacidades humanas de, ao mesmo tempo, sofrer e agir sobre o mundo (Assunção e Mendonça, 2016; Dewey, 2010; Arendt, 2005; Hendricks, Ercan e Boswell, 2020). A aposta pragmática, nesse sentido, opera de modo a sinalizar as possibilidades de reinvenção do jogo democrático, assim como do fazer político e da vida em sociedade (Graeber, 2013), por meio de ações orientadas para a resolução de problemas (Cohen, 2003; Pogrebinschi, 2023) e que visam retomar relações de legitimidade e confiança fundamentais para o jogo democrático (Rosanvallon, 2011; Warren, 2021).

É nesse sentido em que se tematizam nesta pesquisa as inovações democráticas, concebidas como as instituições, os processos e os mecanismos capazes de reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos (Elstub e Escobar, 2019) e que possuem como finalidade o aprimoramento das democracias mediante a participação cidadã em ao menos um estágio do ciclo de formulação de políticas públicas (Pogrebinschi, 2023). Consideramos que a ideia de que a legitimidade das democracias se dá graças aos diferentes tipos de práticas e instituições para além da democracia eleitoral (Rosanvallon, 2011) nos permite compreender que a necessidade, mas não suficiência, dos canais de representação eleitoral para o sustento das

democracias (Warren, 2021). Nesse movimento, demarcamos, portanto, a necessidade de “inovar de forma a restaurar vínculos representativos eficazes, organizar e desenvolver as capacidades dos cidadãos, e levar adiante o projeto da boa governança, de forma a restaurar a confiança dos cidadãos” (Warren, 2021, p.17).

Assumimos os potenciais dados por essas alternativas, em especial pelo caráter recente e espontâneo, geralmente afastadas dos núcleos burocráticos típicos, com ênfase no processo criativo como espaço fecundo à emergência de práticas distintas em conteúdo e forma de ação política, pois são essas alternativas capazes de oferecer interpretações singulares e dinâmicas que oportunizam a reinvenção de normas pela conscientização e pela reflexividade, apontando para o novo (Assunção e Mendonça 2016; Blanco, Lowndes e Salazar, 2021; Asenbaum, 2021; Felicetti, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). No entanto, pelas mesmas razões que tornam tais propostas inovadoras, e por geralmente se estabelecerem em cenários de incertezas e em contextos altamente dinâmicos aos quais as ideias de inovação nem sempre estabelecem regras de forma rigorosa ou mudanças profundas (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021), é preciso considerar também o caráter arriscado de tais alternativas, exigindo, assim, maiores esforços na compreensão dessas propostas para que sejam reinterpretadas e reconduzidas levando em consideração as suas particulares e contextos, sem que sejam vistas como respostas substantivas e estratégias fixas e rigorosas a serem amplamente reproduzidas (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023).

Nessa perspectiva, em busca de dinâmicas subexploradas em termos de suas capacidades de reinvenção das democracias, a aposta deste trabalho é construída à luz de abordagens que reconhecem a dimensão cotidiana da democracia e dos processos políticos (Dewey, 1927; Habermas, 2003a), bem como o potencial de estratégias espaciais associativas de buscar interpretações públicas para suas experiências e interesses (Habermas, 2003a; Cohen, 2007). Destacam-se as capacidades das sociedades civis de mediante as suas organizações e grupos de *advocacy*, múltiplos em seus desenhos, repertórios e formas de ação, influenciarem os processos políticos em diferentes níveis, podendo representar oportunidades às inovações democráticas (Fung e Wright 2001; Habermas, 2003a; Cohen e Fung, 2004; Grant e Keohane, 2005; Cohen, 2007; Montanaro, 2017; Baiocchi e Ganuza, 2017; Warren, 2021; Pogrebinschi, 2023).

Encontramos nas utopias pragmáticas a materialização e a concretude de processos dinâmicos, críticos e experimentais de orientação, anseios e conquistas dos indivíduos e

grupos (Jarvis, 2017; Levitas, 2013). Ao trazer para o tempo e espaço presentes ativismos particulares dos movimentos prefigurativos e pragmáticos, expondo contradições, silêncios e inadequações, ao passo em que questionam suposições sobre as potencialidades e limites dos sistemas, as utopias não são apenas uma tentativa de imaginar o mundo de modo diferente, mas a própria forma de construção desse mundo (Levitas, 2013). As utopias representam e incorporam preocupações com instituições potenciais de uma sociedade justa, equitativa e sustentável (Levitas, 2013), estimulando novas bases de legitimidade capazes de se colocarem enquanto lugares-chave para as inovações democráticas se fazerem possíveis e necessárias (Fung, 2003; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021).

Notamos nas utopias valores e práticas que não só questionam as partilhas de um mundo e suas distribuições de recursos e acessos às bases de poder, de forma material e simbólica, mas também apontam para prováveis caminhos, evidenciando forte potencial de fazer político mediante a apresentação de práticas e dinâmicas que transformam e reconstróem esse mesmo mundo. Ressaltamos que a oportunidade de transformação e construção política é evidenciada neste percurso, justamente, pelas capacidades humanas de produção de algo novo no mundo comum, ao passo em que a existência de um mundo partilhado depende essencialmente de sua visibilidade no espaço público (Arendt, 2005).

A dimensão espacial é acrescentada à análise, uma vez que as estratégias tomadas pelas organizações sociais nas utopias pragmáticas se apresentam enquanto um *conatus*: “uma forma de conquistar o tempo e o espaço em condições cujo tecido social é confrontado com desapropriações cada vez mais rápidas e violentas, lógicas extrativas e expulsões” (Gago, 2018, p.235, tradução nossa), em tempo em que a razão é confrontada ao esforço humano de preservação de sua própria existência. Espaço e tempo não são puramente materiais (Schmid, 2012: Lefebvre, 1991), mas são resultado e pré-condição da sociedade, pela noção de que “cada sociedade – e, portanto, cada modo de produção com suas subvariantes (...) – produz um espaço, seu próprio espaço” (Lefebvre, 1991, p.31).

Nessa direção, contra uma ideia de que os espaços sejam homogêneos, o espaço diferencial (Lefebvre, 1991), mobilizado pelas utopias pragmáticas, surge como *locus* para a ambientação de relações socioespaciais distintas e que sinalizam reivindicações sobre os modos de organização. A esse tipo de espaço se relacionam práticas que evidenciam, com ajuda da ação criativa e da vontade de totalidade (Lefebvre, 1974a), a centralidade das dinâmicas locais na produção de cidadania e governança (Castells, 1992; Friedmann e

Douglass, 1998; Rocco, 2000; Magnusson, 2000; Isin, 2000), ilustrando o papel dos espaços de cidadania insurgente (Holston, 1999) no fomento da distinção dessas espacialidades, bem como suas capacidades de articulação e construção de realidades possíveis fazendo uso da esfera pública (Garber, 2000).

Introduzimos, assim, as comunidades intencionais, compreendidas como um grupo de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição (Metcalf e Christian, 2003), viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994), assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991), como expressão dessas experiências de conquista do tempo e espaço. Com uma ampla gama de formatos, as comunidades intencionais podem abranger cooperativas, falanstérios, ecovilas, *co-housing*, repúblicas de estudantes, *okupas*, ocupações, *squatts*, *kibutzim*, entre outros, e destacam o potencial de superar os paradigmas estabelecidos ao redor da ideia tradicional de comunidade, apontando não para uma substituição, mas para uma “justaposição radical ao capital cultural dominante contemporâneo, oferecendo um exemplo prático e visível de diferença como alternativa” (Schehr, 1997, p.13, tradução nossa).

Aproximando-se de movimentos prefigurativos, cotidianamente e por intermédio de suas práticas, as comunidades intencionais expressam formas de transformação e resistência, apontando para possíveis novos caminhos de organização e estabelecendo seus sentidos, a partir do distanciamento das instituições e dos procedimentos típicos das democracias representativas, da experimentação de formas alternativas de tomada de decisão, organização e mobilização, e do estabelecimento de redes alternativas de redistribuição, educação e comunicação (Mouffe, 2013; Van de Sande, 2018; Graeber, 2013). Assim, enquanto utopias dinâmicas (Schehr, 1997) e comunidades utópicas (Kanter, 1972), as comunidades intencionais representam espaços democratizantes, definidos pelos espaços nos quais é fortalecida uma consciência coletiva de cidadania que reconhece os direitos humanos fundamentais e a pluralidade de sujeitos (Tourraine, 1998) recorrendo a apropriações e práticas de radicalização do uso do espaço, expressas pelas práticas do desvio que, sob uma perspectiva liminar, atuam de modo a reinventar a vida e a sociedade através de um espaço novo (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017).

No entanto, pelo próprio movimento liminar de transformação social (Turner, 1994) promovido pelas capacidades criativas dos agentes dessas organizações, as comunidades

intencionais fundam-se em ambiguidades que evidenciam o caráter experimental e arriscado dessas alternativas. Por um lado, as comunidades intencionais podem representar espaços reivindicados de democracia, apontando para formas associativas civis que clamam por mudanças sobre paradigmas políticos e que potencialmente avançam sobre o aprofundamento de utopias democráticas (Asenbaum, 2023). Desse modo, representando instituições, processos e mecanismos capazes de reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos (Elstub e Escobar, 2019), e, conseqüentemente e potencialmente, cooperando no aprimoramento das democracias graças a participação cidadã no ciclo de formulação de políticas públicas (Pogrebinski, 2023).

Por outro lado, o projeto de autonomia e as noções de liberdade que são estabelecidas nas experiências autogestionárias trazidas pelas comunidades intencionais, exigindo a ausência de assimetrias e a reflexão e o reconhecimento das leis e liberdades pelos membros, além da recusa de uma heteronomia em escala mais ampla (Castoriadis, 1992), combinada à tática de desaparecimento (Bey, 1991) e a reconstrução de noções de cidadania e laços entre os indivíduos pode levar a projetos de autoenclausuramento e separatismos aos quais as trocas não se fazem possíveis, minando a perspectiva democratizante. É diante desse espaço, ambivalente, que orientamos as principais questões deste trabalho, visando explorar as oportunidades e limitações deixadas por essas experiências às inovações democráticas. São estas perguntas:

As comunidades intencionais podem representar oportunidades de reinvenção das democracias? Se sim, em que contextos e sob quais condições? Se não, poderiam essas estratégias representar ameaças as democracias? De que modo?

Motivados pelo caráter pioneiro dessa produção de apreensão das comunidades intencionais a partir dos elementos e potenciais políticos explorados por essas estruturas, antes de avançarmos sobre mecanismos, processos e instituições desempenhados por esses assentamentos que apresentem soluções específicas para os problemas políticos notados pelos grupos, é preciso concentrarmos esforços para uma primeira apreensão abrangente dessas experiências, voltada à construção de categorias analíticas que permitam com que tais elementos sejam notados e explicados. Para a construção dessas categorias, lidamos, simultaneamente, com referenciais teóricos sobre as inovações democráticas e as comunidades intencionais, e também empíricos, consolidados a partir de dados fornecidos pela *Foundation for Intentional Community*, em português: Fundação para Comunidades

Intencionais (FIC), organização não-governamental localizada nos Estado Unidos, fundada em 1987, e que concentra um diretório com milhares comunidades intencionais a nível mundial.

Entendemos a centralidade da FIC em ao menos dois sentidos que extrapolam sua relevância quantitativa, igualmente ressaltada. Em primeiro lugar, a FIC é responsável pela construção de redes espaciais que evidenciam estratégias de integração, em diferentes escalas, das práticas desenvolvidas nas diferentes comunidades, corroborando na visibilidade pública das questões contestadas, além de beneficiar a solidariedade e a ajuda mútua. A organização elabora materiais diversos que auxiliam na sistematização e identificação de práticas e valores observados pelas comunidades intencionais, apresentando os sentidos atribuídos às práticas.

É relevante ressaltar, de saída, algumas limitações e desafios encontrados pelo trabalho, ao restringir o escopo de análise para as comunidades intencionais referenciadas na FIC. Primeiro, a centralização das informações sobre as comunidades intencionais em uma organização de sede única, incorporada por uma das comunidades, pode ser compreendida enquanto uma limitação do caráter horizontal da rede espacial, que recorre a uma instância de representação que detém relativa autonomia para expressão do todo. Além disso, a tentativa de sistematização e busca por uma coesão interna promovida pela FIC pode levar a uma simplificação dos múltiplos e complexos arranjos possíveis dentre as diferentes tipologias de comunidades intencionais. Ainda assim, dado o caráter difuso e relativamente recente das investigações acerca das comunidades intencionais, esse recorte amostral é importante como forma de viabilizar os estudos e auxiliar no mapeamento do cenário.

Ademais, sem a utilização de técnicas de observação em campo e ou participação, em vista das condições de viabilidade da pesquisa, seja pela questão pioneira ou por condições operacionais mediante aos prazos da proposta, é importante ressaltar que as práticas elucidadas partem de autodeclarações das próprias comunidades, o que não necessariamente aponta para a realidade, mas para as expectativas mobilizadas para a construção e proposição das dinâmicas.

São desenvolvidos quatro capítulos, para além desta breve introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, “Democracias entre crises e oportunidades: utopias pragmáticas e inovações democráticas”, apresenta as narrativas contemporâneas ao redor das democracias, considerando tanto os espaços de crises e rupturas (Streeck, 2013; Fukuyama, 2014; Della Porta, 2015; Fischer, 2017; Runciman, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Norris e

Inglehart, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020; Mendonça, 2020), quanto as oportunidades de reinvenção e resistência (Arendt, 2005; Hallam e Ingold, 2007; Dewey, 2010; Micheletti e McFarland, 2012; Assunção e Mendonça, 2016; Hendriks, Ercan e Boswell, 2020). Neste momento são resgatadas questões pragmáticas ao redor dos potenciais da criatividade e da utopia (White, 2008; Levitas, 2013; Jarvis, 2017; Felicetti, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Por fim, as inovações democráticas são introduzidas como categoria e escala de análise de experimentações com características particulares que podem permitir o adensamento das democracias, buscando compreender quais os papéis dados às estratégias associativas e cotidianas nesse sentido (Fung e Wright, 2001; Saward, 2003; Cohen e Fung, 2004; Fung, 2006; Smith, 2009; Elstub e Escobar, 2019; Warren, 2021; Asenbaum, 2021; Pogrebinski, 2023).

O segundo capítulo, “Comunidades intencionais: espaços diferenciais em busca do comum”, introduz as comunidades intencionais como utopias pragmáticas (Jarvis, 2017; Levitas, 2013), de forte viés contestatório e propositivo, visualizadas na realidade a partir de suas formas espaciais e associativas e que conduzem práticas distintas. Para isso, inicialmente é realizada uma recuperação teórica ao redor das comunidades intencionais, buscando a apresentação de uma definição (Bey, 1991; Sargent, 1994; Metcalf e Christian, 2003, Shenker, 2011; FIC, 2023). Em sequência, a discussão se desenvolve, com base em uma abordagem ao redor da produção relacional do espaço (Lefebvre, 1974a) sob dois pontos centrais. O primeiro é articulado pela vontade de totalidade (Lefebvre, 1977) e as subsequentes ações cotidianas e locais como forma de construção de cidadania (Castells, 1992; Friedmann e Douglass, 1998; Holston, 1999; Rocco, 2000; Magnusson, 2000; Garber, 2000; Isin, 2000). O segundo ponto dialoga com as práticas espaciais de desvio presentes no espaço diferencial e em busca do comum (Lefebvre, 1991; Bey, 1991; Souza, 2010; Gago, 2018; Dardot e Laval, 2015; Tonucci e Magalhães, 2017).

No terceiro capítulo, “Fundação para Comunidades Intencionais: Articulações em Rede e Diretório Global”, o foco é dado à apresentação do recorte amostral que dá suporte à pesquisa, necessário para a proposição das categorias analíticas. Primeiro, é desenvolvida uma breve recuperação histórica da Fundação para Comunidades Intencionais (FIC). Em seguida, são levantados os principais indicadores presentes na FIC para o acompanhamento das comunidades intencionais, visando a construção de um panorama estatístico-descritivo sobre as comunidades intencionais a suas dimensões. Também são realizadas análises sobre os

discursos produzidos pelas comunidades intencionais da FIC. Essas análises são apresentadas a partir de uma Nuvem de Palavras, e de Análises Lexicográfica, da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e de Similitude. A terceira seção, atendendo as reivindicações das comunidades intencionais, recupera suas ambivalências visando explorar as oportunidades de transformação deixadas por essas experiências às democracias, bem como suas ameaças.

O quarto e último capítulo, “O Movimento Ambivalente de Transformação nas Comunidades Intencionais: entre potenciais espaços democratizantes e possíveis ameaças às democracias” tem como objetivo investigar se, e como, as comunidades intencionais podem representar oportunidades de reinvenção democrática, e se, e como, essas estratégias podem, simultaneamente, representar ameaças às democracias, considerando as ambivalências presentes tanto nos momentos de inovação (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023) quanto nas comunidades intencionais. Para isso, primeiramente, é introduzida a ambiguidade das comunidades intencionais a partir da ideia de espaços democratizantes, construída com base nos ambientes democráticos (Tourraine, 1998), dos espaços reivindicados de democracia (Asenbaum, 2023) e das práticas de desvio (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017). Depois, é apresentada a metodologia, sinalizando a construção de agenda presente mediante a produção das categorias de análise às comunidades intencionais frente as oportunidades de reinvenção das democracias, em seus potenciais e desafios. A partir da categorização produzida, são apresentadas as dimensões potenciais de reinvenção das democracias e aqueles referentes às possíveis ameaças às democracias notadas nas comunidades intencionais.

1 DEMOCRACIAS ENTRE CRISES E RESISTÊNCIAS: UTOPIAS PRAGMÁTICAS E INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Este capítulo tem como objetivo compreender as narrativas contemporâneas ao redor das democracias, considerando tanto os espaços de crises e rupturas (Streeck, 2013; Fukuyama, 2014; Della Porta, 2015; Fischer, 2017; Runciman, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Norris e Inglehart, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020; Mendonça, 2020), quanto as oportunidades de reinvenção e resistência (Arendt, 2005; Hallam e Ingold, 2007; Dewey, 2010; Micheletti e McFarland, 2012; Assunção e Mendonça, 2016; Hendriks, Ercan e Boswell, 2020). Neste momento, são resgatadas questões pragmáticas ao redor dos potenciais

da criatividade e da utopia (White, 2008; Levitas, 2013; Jarvis, 2017; Felicetti, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). As inovações democráticas são introduzidas como categoria e escala de análise de experimentações com características particulares que podem permitir o adensamento das democracias, buscando compreender quais os papéis dados às estratégias associativas e cotidianas, nesse sentido (Fung e Wright, 2001; Saward, 2003; Cohen e Fung, 2004; Fung, 2006; Smith, 2009; Elstub e Escobar, 2019; Warren, 2021; Asenbaum, 2021; Pogrebinschi, 2023

1.1 Narrativas contemporâneas sobre as democracias

As discussões sobre teoria democrática na contemporaneidade têm adquirido, progressivamente, maior refinamento, densidade e criatividade (Warren, 2017). Em decorrência disso, ainda que a proposição de modelos sobre as democracias nos auxilie na ilustração de perspectivas normativas claras e que permitem traçar comparações de forma mais fácil (Macpherson, 1977), esses mesmos modelos podem dificultar o desenvolvimento da teoria democrática. Isso porque, ao colocarem em primeiro plano práticas específicas, dispositivos institucionais, normas ou resultados para a verificação ou não do progresso, são adicionados adjetivos para a diferenciação dos casos, não captando com integridade os significados, as práticas e as consequências advindas das multiplicidades presentes de modo difuso na construção democrática vigente (Warren, 2017).

Buscando captar com maior profundidade as mudanças experimentadas pelas democracias, Warren (2017) propõe que a teoria democrática seja construída por um conjunto de respostas orientado pelos tipos de problemas aos quais um sistema político necessita resolver para operar democraticamente. Para isso, são levantadas três funções tipicamente necessárias para que um sistema político aja democraticamente: (a) a inclusão emponderada; (b) a agenda coletiva e formação de vontade; e (c) a tomada de decisão coletiva (Warren, 2017).

A inclusão emponderada parte do valor democrático fundamental trazido pela igualdade política (Dahl, 1998), chamando atenção ao fato de que os cidadãos não devam apenas ser incluídos nos processos políticos, mas também possam ser capacitados para a inclusão nesses processos, detendo poderes e direitos iguais de fala, voto, organização, representação e dissenso (Fung, 2013; Goodin, 2007; Habermas, 1996; Young, 2000; Warren,

2017; Rancière, 2006). A responsividade aparece como caminho possível (Warren, 2017) ao aprofundamento do papel da sociedade civil no ambiente democrático (Cohen e Fung, 2004; Warren, 2017), jogando luz sobre práticas que podem ser desenvolvidas diante dessa função.

A agenda coletiva e a formação de vontade destacam as capacidades de defesa, argumentação e barganha, pois, “uma vez que os interesses, valores, perspectivas e preferências dos indivíduos ou suas classes são incluídos em uma comunidade por meio de empoderamentos, esses, precisam ser construídos comunicativamente em agendas e vontades coletivas” (Warren, 2017, p. 44, tradução nossa). Privilegia-se a ideia de que os indivíduos tenham consciência sobre como suas preferências se relacionam aos julgamentos coletivos, compreendendo as razões que justificam essas ações. Abordagens deliberativas podem conduzir formas práticas de legitimação das democracias (Werle e Melo, 2007), reforçando a necessidade da ação argumentativa ao redor das proposições coletivas.

A tomada de decisão coletiva reforça o empoderamento sobre a perspectiva coletiva, ensejando sobre as capacidades dos coletivos de tomar e impor decisões baseadas em abordagens essencialmente pragmáticas (Habermas, 1996; Ober, 2008; Mansbridge, 2011; Martin e Mansbridge, 2015; Warren, 2017). Essas abordagens tanto evocam a possibilidade de que os grupos consigam produzir bens e valores comuns, regulando-os em comunidades quase autônomas (Warren, 2017), quanto podem fornecer as condições de inclusão empoderada e formação de vontade coletiva, esperadas às democracias (Habermas, 1996; Warren, 2017). Além disso, a tomada de decisão coletiva nos permite observar atores e práticas negligenciados em termos de suas capacidades explicativas ao redor das democracias, recusando a visão tradicional e que prevê que a democracia se faz “possível apenas dentro de contextos estatais fortes e regulados constitucionalmente, em grande parte porque se supõe que as qualidades obrigatórias da decisão coletiva requerem coerção estatal” (Warren, 2017, p.45, tradução nossa).

Podemos adicionar que a experiência cotidiana e as associações da sociedade civil, nessa ótica, estruturam-se enquanto elementos-chave para as interpretações ao redor das dinâmicas atribuídas às funções tipicamente desempenhadas pelas democracias descritas por Warren (2017). Em relação à experiência cotidiana, Habermas (2003a) reconhece a presença de múltiplos papéis sociais que se entrelaçam e permitem a construção de um sujeito que é capaz de elaborar seu julgamento. A participação na esfera pública, gerada por sujeitos, leva à

produção de opiniões públicas que são fundamentadas pelas experiências cotidianas vivenciadas pelos indivíduos.

Portanto, a dinâmica cotidiana do processo comunicativo vivenciado na esfera pública pode apoiar na transformação e invenção dos significados coletivos que abrangem *status* articulador daquilo que é interesse público. Segundo Habermas (2003a), a esfera privada incorpora e agrega informações que influenciam a vida cotidiana, permitindo reflexões sobre a mesma, enquanto a esfera pública é capaz de captar, realçar e problematizar temáticas existentes na esfera privada, trazendo-as para o debate público. Desse modo, o que determina a colocação de um tema privado na esfera pública é a capacidade dos atores de se articularem para que o debate se mostre relevante ao interesse geral. A dinâmica é descrita de tal modo que:

Os canais de comunicação da esfera pública engatam-se nas esferas da vida privada – as densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc. – de tal modo que as estruturas espaciais de interações simples podem ser ampliadas e abstraídas, porém não destruídas. De modo que a orientação pelo entendimento, que prevalece na prática cotidiana, continua valendo também para uma comunicação entre estranhos, que se desenvolve em esferas públicas complexas e ramificadas, envolvendo amplas distâncias (Habermas, 2003a, p. 98).

Dewey (1927) busca aproximar a democracia à vida cotidiana e suas práticas ao delinear que “a pura consciência de uma vida comunal, com todas as suas implicações, constitui a ideia de democracia” (Dewey, 1927, p. 149). Por conseguinte, mesmo que a democracia pareça se desenvolver predominantemente no campo político por instrumentos burocráticos-legais, é no campo social e pelos modos de vida que se reforçam as “potencialidades e as capacidades dos indivíduos que são desenvolvidas por intermédio de atividades cooperativas levadas a cabo pela comunidade” (Pogrebinschi, p.46, 2004). Desse modo, são as práticas que evidenciam o compromisso democrático e representam, de forma material, seu sentido, dado que, “a experiência é sempre, e, ao mesmo tempo, meio e fim” (Pogrebinschi, 2004, p.52).

A esse ponto, recorreremos ao potencial trazido pelas associações da sociedade civil em se colocarem enquanto fontes de transformação e reposicionamento do debate mediante a esfera pública, uma vez que “formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais” (Habermas, 2003a, p.100). As associações da sociedade civil podem representar tanto

interesses subrepresentados, a exemplo dos sindicatos, como também podem se construir a partir das buscas pela resolução de problemas que se relacionam aos processos tradicionais e domínios presentes nas políticas públicas (Cohen, 2003). No segundo caso, são criadas novas arenas para a deliberação pública, fora das arenas públicas do sistema político tradicional, orientadas para a resolução dos problemas, e que podem apoiar na construção de novas solidariedades sociais através da redefinição de interesses comuns, acentuando a solidariedade e incentivando a participação e o bem comum, apresentando gramáticas e práticas específicas que ressaltam a forma pela qual essas solidariedades são construídas e experimentadas, potencialmente transformando dinâmicas presentes nas democracias (Cohen, 2007).

Entendemos as comunidades intencionais como uma das representações das associações civis. Uma comunidade intencional é apresentada enquanto o grupo de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição (Metcalf e Christian, 2003), viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994), assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991). Nesses espaços, onde são redefinidas solidariedades, práticas e interesses comuns (Cohen, 2007), encontramos movimentos em direção às funções tipicamente necessárias para que um sistema político aconteça democraticamente, representados pela: (a) inclusão emponderada; (b) agenda coletiva e formação de vontade e; (c) tomada de decisão coletiva (Warren, 2017).

Em relação à inclusão emponderada, as comunidades intencionais promovem relações particulares sobre os processos de participação e governança diante das necessidades de tomada de decisão e resolução de problemas enfrentadas nesses espaços, apontando para estratégias criativas e laços de solidariedade que recuperam dinâmicas singulares e adensadas sobre as perspectivas de inclusão. Notamos esse relacionamento graças a proposta trazida pelas comunidades intencionais de organização com base em valores comuns ou razões mutuamente acordadas, entendendo que esses princípios deverão ser estabelecidos pelos membros para que as demais práticas possam ser instituídas, acentuando as dinâmicas participativas.

Em respeito a agenda coletiva e a formação de vontade, as comunidades intencionais trazem de forma empírica, as contestações postas ao redor dos interesses, valores, perspectivas e preferências de seus membros, necessárias à própria constituição dos grupos.

São essas contestações, ainda, responsáveis pela legitimação das instituições e dos modos de vida prescritos a essas comunidades, tornando-os praticáveis. Em relação à tomada de decisão coletiva, as práticas ilustradas no viver conjuntamente ou no compartilhamento de recursos promovidas nas comunidades intencionais apoiam o reconhecimento de abordagens que centralizam as capacidades das estruturas associativas de produção de bens e valores comuns e de deter autonomia, jogando luz sobre oportunidades deixadas ao aprimoramento das democracias fazendo uso de espaços dissociados de estruturas, atores, mecanismos e processos políticos tradicionais.

As comunidades intencionais parecem interagir com alguns dos desafios explorados pelas democracias contemporâneas, em especial pela ambivalência admitida por essas formas. Por um lado, as comunidades intencionais, por uma estruturação voltada para a resolução de problemas, tornam públicas questões necessárias de atenção e ação coletivas. Diante disso, são evidenciadas fragilidades e contestações sobre partilhas de um mundo e suas distribuições de recursos e acessos às bases de poder, materiais e simbólicos, exigindo transformações para que os modos de vida e as instituições sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991). É diante dessa expectativa que as comunidades intencionais podem estimular a formação de novas bases de legitimidade para que as inovações democráticas sejam possíveis (Habermas, 2003, Fung, 2003; Cohen, 2007; Dewey, 2010; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021).

Por outro lado, lidando com propostas de ação por meio de práticas e formas organizativas amparadas em construções personalizáveis (Bennett e Sergerberg, 2013), ao mesmo tempo em que são estabelecidas em contextos de incertezas e de ambientes altamente dinâmicos e informalizados, as práticas estabelecidas nas comunidades intencionais não necessariamente conseguem dialogar com os desafios trazidos pela erosão democrática (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Nesse caso, as comunidades intencionais podem reforçar lógicas e paradigmas que acentuam confrontos vivenciados pelas democracias contemporâneas, acirrando condutas antidemocráticas, segregações e contribuindo de forma negativa para o estabelecimento de pontos de concílio e ou reconhecimento mútuo.

Reconhecendo as ambivalências trazidas pelos movimentos de transformação, é levantada a expectativa de que a própria demarcação de uma crise é capaz de agir como mecanismo de descoberta para oportunidades e estratégias de ações de reinvenção e

resistência que desenvolvam a participação criativa. Em decorrência, esta seção se estrutura em dois momentos articulados a partir das vantagens admitidas por uma apreensão abrangente das democracias e que ressaltam os papéis da experiência cotidiana e das associações da sociedade civil nesse percurso, destacando uma abordagem pragmática (Dewey, 1927; Pogrebinschi, 2004; Cohen, 2003; Cohen, 2007; Habermas, 2003a). Primeiro, pela ótica da crise, são explorados argumentos a partir dos diferentes atores, instituições, instrumentos e processos que caracterizam e tomam parte do cenário vigente. Depois, é privilegiada uma abordagem relacionada às potencialidades de ação criativa voltada para a resolução de problemas, intensificadas pelas crises, e reapropriadas como oportunidades nestas condições.

1.1.1 Crises, fragilidades e rupturas

Não é raro o reconhecimento de que há uma crise sobre as democracias contemporâneas. Sem uma resposta uníssona que demonstre um amplo acordo sobre a natureza da crise, é apresentada uma multiplicidade de narrativas para o processo de erosão democrática, trazendo atenção aos diferentes atores, condições e instrumentos que se fazem presentes em cada narrativa e que nos auxiliam a compreender o fenômeno. Em recusa ao argumento da normalidade histórica, amparado na ideia de que a democracia não é mais percebida como o “único jogo na cidade” (Runciman, 2018), o caso atual se enreda na medida em que a própria amplitude de fatores apresentados em sua composição parece promover aberturas para a intensificação do fenômeno, questionando a suposta estabilidade trazida pelas democracias (Fukuyama, 2014).

Em sua dimensão objetiva, a crise é ilustrada pela expansão de regimes e medidas autoritários, agravados, por exemplo, nas restrições postas aos processos eleitorais, às liberdades civis ou à prestação de contas. Em sua dimensão subjetiva, monitorada pelo aspecto qualitativo das democracias e como ela é percebida pela sociedade, a crise avança sobre questões de representatividade e legitimidade das instituições e do sistema político (Castaldo, 2018).

Notamos que a crise é complexificada na medida em que são explorados os atravessamentos entre seus aspectos objetivos e subjetivos. Isso, pois, ainda que a democracia não deva ser confundida com o maquinário institucional que a viabiliza (Dewey, 1927), podemos notar que a erosão da legitimidade ultrapassou atores, mecanismos e processos

políticos específicos e, de uma forma geral, foi capaz de atingir o sistema político completamente (Keane, 2009), fazendo com que, não só o modo de operação das democracias seja questionado, como a própria ideia de democracia seja confrontada (Mendonça, 2018).

Reconhecemos esses atravessamentos ao notar que as fontes de legitimação da autoridade democrática não são estanques, e, ao contrário, se transformam ao longo da história (Rosanvallon, 2011). Acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas, são ascendidas fontes alternativas de legitimação, como a imparcialidade, a reflexividade e a proximidade, de tal forma a deslocar os fundamentos de justificação do poder político, forjando situações de instabilidade. Dessa forma, as relações de forças estabelecidas pelas instituições, cujo equilíbrio é central às democracias, são modificadas, fazendo com que a hipertrofia de algumas instituições e a hipotrofia de outras promova desbalanços e comprometa a crença na qualidade do sistema. Ao mesmo tempo, é por esse movimento que se torna lugar-comum a ideia de que “a democracia funciona bem quando as instituições representativas estruturam conflitos, os absorvem e os regulam de acordo com suas regras” (Przeworski, p.198, 2020).

É nessa seara que, paradoxalmente, a própria rigidez intelectual e funcional que estrutura as instituições originam suas instabilidades (Fukuyama, 2014). Calcadas em um desenho conservador, as instituições tendem a advogar em resposta aos paradigmas tradicionais e que não necessariamente correspondem aos novos interesses e demandas populares, a essas instituições é notado menor desempenho e credibilidade, também acentuando o colapso. Concomitantemente, ao passo em que são percebidos avanços nas democracias contemporâneas sob o triunfo da tradição liberal, são colocados como resultados esperados para a política e para as instituições, à semelhança do mercado, a agregação de interesses privados, sem as estruturas necessárias para uma busca pluralista de interesses diferentes e conflitantes, isto é, desconsiderando as dimensões de deliberação e participação do cerne da questão democrática (Habermas, 1997).

Enquanto perspectiva normativa majoritariamente adotada neste caminho, Brown (2015) destaca sobre este processo, reconhecido como desdemocratização, a ascensão de uma razão neoliberal enquanto racionalidade dominante dentre as instituições, apresentando uma visão de existência que caminha normativamente aos direcionamentos trazidos pelo neoliberalismo, reforçados por individualidades e sem a existência de espaços aos quais as trocas possam ser fundamentadas, de forma com que a construção do *demos* já não mais se faz

possível. Os espaços institucionais de deliberação, contestação e partilha democrática do poder são substituídos por espaços em que se privilegiam a gestão, a lei e a tecnocracia.

Reconhecemos nesse seguimento a interpretação crescente dada pela sociedade civil ao fato de que a prosperidade e o crescimento econômico são coincidentes ao momento político, de tal forma que a economia possa ser utilizada como indicador de eficiência política, ainda que essas associações não possam ser comprovadamente correlacionadas (Kurlantzick, 2013). As capacidades dos Estados de lidar com as adversas situações econômicas, portanto, passam a exprimir valor central para a ordem democrática, acentuando instabilidades políticas e impulsionando dinâmicas de apatia e superengajamento que revelam o esgotamento das capacidades dos Estados (Posner, 2010; Streeck, 2013; Offe, 2013). As injustiças epistêmicas (Santos, 2007), ilustradas pelas negações postas em relação ao reconhecimento de formas alternativas de construção da relação com o mundo para além dos termos de propriedade e utilidade econômica, reforçam questionamentos sobre as legitimidades das democracias como discurso e forma, abrindo margem às disputas importantes e complexas num contexto de fragilidade das arenas políticas formais. Sob outro foco, o capitalismo comunicativo (Dean, 2016), também notado enquanto condição fundamental para a interpretação de um mundo liberalizado, privilegia a reconfiguração das relações entre as massas, a democracia, o capitalismo e as classes, incentivando ações individuais por meio da noção de que “a chamada democrática pelo apoio das massas reforce e seja reforçada pela hegemonia de ideais de descentralização e organização própria” (Dean, 2016, p.13). No entanto, a busca por formas de ação personalizáveis e horizontais pode se articular em cenários mais amplos de individualização e contestação da institucionalidade enquanto mediadora da política (Mendonça e Birchal, 2022), chamando a atenção para o desenho de propostas de organização e mediação política e social que produzam configurações arriscadas, pois, ainda que essas alternativas sejam “saudadas por sua capacidade de romper com hierarquias, elas também apontam para uma desconfiança contra instituições estabelecidas, como a mídia e os partidos políticos, e podem ser usadas para ataques à democracia” (Mendonça e Birchal, 2022, p.21).

Combinando frustrações econômicas ao embate quanto à titularidade de direitos de bem-estar social, o nacionalismo importante é resgatado por esses questionamentos (Mendonça e Birchal, 2022). Diante desse paradigma, as incapacidades do Estado são atravessadas por discursos de líderes autoritários que podem ressoar com maior intensidade

nesses espaços em que se buscam respostas às ansiedades geradas pelo enfraquecimento do Estado (Olson, 2016; Brown, 2015). Esse momento pode trazer à tona a retórica populista, ganhando espaço na sociedade civil a contar com um líder autoritário que reivindica local de poder e que se reconheça enquanto legítimo para exercício do interesse das pessoas comuns – interesses esses contrastados aos novos valores culturais e econômicos apresentados por meio da Revolução Silenciosa e que são colocados por esses líderes como em hegemonia (Norris e Inglehart, 2019).

A legitimidade das democracias também é desafiada desde a crescente desconfiança sobre a idoneidade de atores políticos tradicionais. Recorrendo à ideia de que a esfera pública é o espaço mediador entre o sistema político e a sociedade civil, no que tange aos diversos interesses expressos (Habermas, 1997), tem sido notada nas democracias a intoxicação deste lugar por estratégias de desinformação e saturação informacional (Mendonça e Birchall, 2023). Aqui, a própria ideia de democracia é contestada, admitindo significados distintos entre diferentes grupos e indivíduos e que representam disputas no contexto de erosão democrática, apontando para rachaduras e desgastes (Mendonça e Birchall, 2022; Mendonça, 2018; Mendonça, 2020; Talisse, 2019; Przeworski, 2019; Brown, 2015; Nancy, 2012; Todorov, 2012).

O reconhecimento de uma crise nas democracias contemporâneas nos convida a discutir a própria ideia de democracia e como ela tem sido interpretada em diferentes contextos (Streeck, 2013; Fukuyama, 2014; Della Porta, 2015; Fischer, 2017; Runciman, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Norris e Inglehart, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020). Múltiplos argumentos são mobilizados para a caracterização da crise, expressando os principais elementos mobilizados para a construção das distintas narrativas. Enquanto alguns desses argumentos são representados, por exemplo, nas incapacidades dos Estados em lidar com as crises econômicas (Posner, 2010; Streeck, 2013; Offe, 2013), outros são estruturados a partir da crise de representatividade estabelecida entre os partidos e os cidadãos (Dean, 2016; Castells, 2018). Dadas as diversas dimensões as quais se relacionam ao conflito democrático, essas, centram-se no reconhecimento de uma crise de legitimidade a perpassar as democracias considerando diferentes frentes. É diante desse paradigma, portanto, em que são articuladas possíveis alternativas em direção à recomposição e conquista dos espaços de legitimidade, apontando para o desenho de ações criativas e inovadoras.

1.1.2 Resistência, ação criativa e utopia

Ao passo em que são levantadas hipóteses para o fornecimento de um diagnóstico sobre a crise, podemos recuperar atores e instrumentos que expressam oportunidades de resistência na medida em que são desenvolvidas ações, também múltiplas e de origens distintas, com expectativa de mitigação ou contenção da crise (Hendriks, Ercan e Boswell, 2020). Isso, pois, “a crise é um *locus* privilegiado para a imaginação porque há uma porosidade cognitiva, os conceitos são postos em movimento, e as sensibilidades expressam a comoção e reorganizam os limiares do que é considerado possível e como é expresso” (Gago, 2018, p.233, tradução nossa).

Acompanhando os processos de mudança, a criatividade (White, 2008) corporifica momentos de improvisação e resolução de problemas, permitindo o desenvolvimento de estratégias de ação que operam numa interface entre as dimensões racional e emocional e que exprimem um potencial transformador, envolvendo oportunidades distintas dos modos de ação e evidenciando a força de atores e instrumentos dissociados da abordagem convencional. Ao tensionar paradigmas instituídos (Hallam e Ingold, 2007), a criatividade é o motor para a inovação (Campos e Sarrouy, 2020), construindo identidades sociais que contribuem para a formação de vínculos grupais e de um conjunto de bens simbólicos (Willis, 1990; Hebdige, 1976; Bennett, 2015) que podem direcionar ações e dinâmicas próprias de organização. Institui-se uma nova atitude em relação ao mundo e que caracteriza a participação criativa (Micheletti e McFarland, 2012), tornando a própria crise – e suas estratégias de contenção e enfrentamento em diferentes escalas – um mecanismo de descoberta às oportunidades de reinvenção e resistência de uma democracia fragilizada.

Dewey (1939) é um dos pioneiros ao apontar para o fato de que uma das maiores fragilidades da democracia se dá na interpretação de que elas se autopreservam e perpetuam automaticamente como mero mecanismo político funcional na medida em que os cidadãos sejam razoavelmente fiéis no cumprimento de seus deveres políticos. Negando essa alternativa, a ação democrática somente é incentivada pelo esforço inventivo e atividade criativa, oferecendo um novo sentido prático às velhas ideias, ao mesmo tempo em que se torna tarefa permanente à vitalidade democrática a criação de experiências mais livres e humanas na qual todos devem compartilhar e contribuir na possibilidade de administrar disputas e controvérsias.

Diante dessa necessidade de revitalização, despontam dinâmicas múltiplas que dialogam com as expectativas e práticas de reconstrução destes lugares. As capacidades humanas atuam nesse sentido como forma de, ao mesmo tempo, sofrer e agir sobre o mundo, mediadas por formas de ações propositivas inovadoras e importantes no processo de reimaginação das dinâmicas políticas e sociais em diferentes escalas, além de permitirem a continuidade democrática (Assunção e Mendonça, 2016; Dewey, 2010; Arendt, 2005). Essas capacidades são importantes para a recuperação de um panorama que dinamiza o cenário de organização política e social, abrindo margem às alternativas distintas e que permitam ações horizontalizadas e que reconheçam a potencialidade das dinâmicas políticas e sociais construídas fora das arenas políticas formais e cujas iniciativas resgatem as múltiplas formas de resistência.

O potencial inventivo é necessário às democracias, já que elas não se mantêm por uma crença no potencial ainda não inteiramente desbravado da ação política, mas sobre as “múltiplas e infinitas potencialidades da experiência humana e da experiência social” (Pogrebinski, 2004, p.52). Logo, em uma performance ambivalente, as resistências, resultantes de disputas que, por vezes, acentuam a instabilidade democrática, são também responsáveis pelo processo de reconstrução de sentidos. Crise e oportunidade instalam-se na medida em que reconhecemos que:

É a resistência – o problema colocado pela concretude do mundo – que nos faz buscar soluções. É isso que fornece o material e o contexto para vivenciarmos experiências singulares, e possivelmente estéticas. O problema surge como essa ruptura na continuidade da experiência que possibilita reinventar o cotidiano, organizando novas e originais formas de fazer e sentir o mundo (Assunção e Mendonça, 2016, p.110).

É possível considerarmos que o valor dessas propostas não se dá, necessariamente, na proposição de soluções abrangentes e efetivas, mas pela reimaginação de realidades a partir de questionamentos diversos. Levitas (2013), introduz as utopias como um método tomado como forma de reimaginação das realidades a partir da exposição de contradições, silêncios, inadequações que levam ao questionamento de suposições, vistas e ocultas, sobre as potencialidades e limites da natureza humana. As utopias atuam de forma particular no ambiente social, trazendo para o tempo presente, com ajuda de componentes afetivos e cognitivos, a prática e as vontades esperadas para o futuro.

Podemos pensar nas utopias com base em três chaves conceituais. Primeiro, a utopia pode ser vista como a “expressão do desejo de uma forma melhor de ser ou viver, constituída levando em conta a cultura humana” (Levitas, 2013, p. xii, tradução nossa). A essa definição, a utopia é, simultaneamente, existencial e relacional. Existencial, porque as consequências ultrapassam discussões materiais, implicando uma posição ontológica que depende de questionamentos além das lógicas de verificação (Steiner, 1989). E é relacional, pois, envolve as partes emocional, cognitiva e física, exigindo o desenvolvimento de habilidades incorporadas ao ambiente utópico. Apesar de as aberturas permitidas por esse significado, ele reduz a capacidade racional de engajamento das ações, atribuindo ao utópico sempre o campo do intangível.

O segundo significado, apresentado por Levitas (2013) enquanto o mais difundido socialmente, atribui à utopia o caráter de fantasia, como imaginação impossível e improvável de conquista. Bloch (1970) critica essa concepção pois a utopia aparece aqui enquanto reino definido e demasiadamente rígido, desconsiderando as complexas e dinâmicas abordagens e desenhos que corporificam esse reino desconhecido. No limite, mesmo que uma fantasia não seja meramente imaginária num sentido fantasioso, ela poderá possuir implicações que detém capacidades de moldar e redesenhar a história.

O terceiro significado lê a utopia de forma mais analítica do que descritiva, a partir de um método que é primeiramente hermenêutico e depois “repetidamente nos introduz preocupações existenciais e estéticas para o domínio social e estrutural” (Levitas, 2013, p. xiii, tradução nossa). Na prática, a utopia, enquanto método hermenêutico, permite a interpretação de formas e artefatos sociais que atravessam questões de produção cultural e reprodução. O imaginário da reconstituição da sociedade é apresentado como aspiração e proposta para discussão e negociação, fornecendo à utopia a demarcação do início de um processo mais do que uma declaração de encerramento.

Isso significa vislumbrar alternativas, mas também expor as imagens da boa sociedade enterradas na constante enxurrada de retórica políticas e políticas públicas. O método utópico envolve tanto a explicitação dos tipos de sociedade implicados nos programas políticos existentes quanto a construção de alternativas. Implica também considerar os tipos de pessoas que queremos nos tornar e que diferentes formas de sociedade promoverão ou inibirão. Nossos arranjos institucionais afetam tanto a imaginação quanto a realidade do florescimento humano por meio dos valores, habilidades, capacidades, experiências e relacionamentos que eles encorajam ou suprimem. Em outras palavras, a utopia como método está preocupada com as instituições potenciais de uma sociedade justa, equitativa e sustentável que começa a fornecer as condições para o sucesso. (Levitas, 2013, p. 219 – tradução e grifo nossos).

Aqui, notamos uma outra qualidade trazida pela admissão da utopia como método e que dialoga com a noção de espaço público trazida por Arendt (2005). A partir do entendimento de que a política se faz justamente pelas capacidades humanas de produção de algo novo no mundo comum, deduz-se que a existência de um mundo partilhado depende essencialmente de sua visibilidade. As utopias são importantes por permitirem a visualização de valores e práticas que não só questionam uma partilha, também apontam para prováveis caminhos, evidenciando forte potencial de fazer político. Enquanto local ideal para o estabelecimento de relações sociais que tenham uma prática prefigurativa e transformadora, as utopias expressam não apenas a tentativa de imaginar o mundo de outra forma, mas sua própria construção.

É entendido como prefigurativo o movimento de incorporação, dentro das práticas políticas em curso, de formas de relações sociais e decisões sobre o fazer, a cultura e a experiência humana que são o objetivo final da própria ação (Boggs, 1977; Breines, 1980). Van de Sande (2018) argumenta que há dois direcionamentos importantes sobre o debate prefigurativo. Primeiro, as práticas desempenhadas pelos movimentos prefigurativos destacam que o objetivo de sua organização política não pode ser reduzido a questões de igualdade socioeconômica ou visões de trabalho, cabendo à igualdade política, à participação democrática e à liberdade de associação, prováveis justificativas para o desempenho de ações contestatórias. Depois, mais do que a elaboração de estratégias que se fazem possíveis num futuro, as práticas desempenhadas sob essa abordagem apresentam uma forma particular de ativismo político orientada para a realização experimental no presente daquilo que se espera para o futuro. Assim, quando considerados os novos espaços de deliberação propostos pela sociedade civil, em especial, as associações, a orientação para a resolução dos problemas enunciados naquela nova arena pode aludir às práticas típicas desse tipo de ativismo. São características nos movimentos prefigurativos: (a) o distanciamento de instituições e procedimentos típicos da democracia representativa (Mouffe, 2013); (b) a experimentação de formas alternativas de tomada de decisão, organização e mobilização (Van de Sande, 2018); e (c) o estabelecimento de redes alternativas de redistribuição, educação e comunicação (Graeber, 2013).

Em relação ao distanciamento das instituições e procedimentos típicos da democracia representativa, Mouffe (2013) demonstra que tal característica faz parte do debate prefigurativo na medida em que, pelo próprio movimento contestatório da política

hegemônica, é esperado que essas reações ocorram em espaços e oportunidades que resgatem novos e distintos atores, bem como seus símbolos e práticas. Em relação à experimentação de formas alternativas de tomada de decisão, organização e mobilização, Van de Sande (2018) destaca que também é uma prática comum e que define o próprio embate prefigurativo, já que esse vocaliza a priorização da realização experimental de um futuro ideal por meio das práticas desenvolvidas.

Ao destacar o estabelecimento de redes alternativas de redistribuição, educação e comunicação, Graeber (2013) resgata elementos deliberativos para pensar em possibilidades de reinvenção do jogo democrático, bem como do fazer político e da vida em sociedade. Nota-se que o debate prefigurativo:

Não é sobre se opor à organização. Trata-se de criar novas formas de organização. Não é sobre falta ideologia. Essas novas formas de organização são sua ideologia. Trata-se de criar e implementar redes horizontais em vez de estruturas de cima para baixo, como Estados, partidos ou corporações; redes baseadas em princípios de democracia consensual descentralizada e não hierárquica. No fundo, aspira a ser muito mais do que isso, porque no fundo aspira a reinventar o cotidiano na sua totalidade (Graeber, 2002, p. 10).

É nesse sentido que Fischer (2017), ao notar a predominância dos debates tecnicista diante das crises climáticas, destaca a necessidade de ampliação do apoio e do incentivo intelectual, político e material para minimizar as propostas imediatistas oriundas da vertente autoritária, a fim de promover transformações sociais amplas e que encontrem resultados concretos e sustentáveis, redimensionando as escalas de ação dos cidadãos para um nível local. Isso pois:

Essencial aqui tem sido uma demonstração do papel das organizações da sociedade civil para enfrentar os desequilíbrios de poder que surgem no curso de uma mudança social e política, o reconhecimento do papel participativo de múltiplos atores na produção de conhecimento e, portanto, a necessidade de “parcerias de conhecimento”, a importância do trabalho em rede que inclua cidadãos marginalizados e a promoção da investigação que identifique e explore os elementos que constroem e facilitam a deliberação para a governança participativa. (Fischer, 2017, p.183, tradução nossa).

As comunidades intencionais, enquanto organizações da sociedade civil, mediante o viver conjuntamente ou do compartilhamento de recursos com base em valores comuns ou por alguma outra razão mutuamente acordada, permitem e incentivam o estabelecimento de novas formas de organização social e política que direcionam maiores possibilidades de ação aos

cidadãos que compõem essas estruturas, ampliando as capacidades de agência. Podemos, também, pensar nas comunidades intencionais como utopias pragmáticas. As utopias pragmáticas carregam a expressão dos métodos baseados nas utopias, trazendo à tona, questões sobre experimentação e que apontam para dinâmicas de orientação, anseios e conquistas dos indivíduos e grupos (Jarvis, 2017), podendo despontar enquanto possibilidades de construção de espaços de representação e articulação de interesses e demandas da sociedade.

Ao pensarmos na questão democrática e em especial sobre as narrativas vigentes sobre rupturas e possibilidades de ação de resistência, recorreremos às alternativas dentro e fora das arenas políticas formais que questionam significados, práticas e valores e incorporam formas potenciais de atingirem os objetivos contestados por aquelas dinâmicas. É importante ressaltar que, justamente por emergirem de atores distantes dos núcleos e das arenas políticas tradicionais, muitas dessas iniciativas dialogam com dimensões cotidianas e que enfatizam um papel mais participativo e empoderado dos cidadãos, que passam a admitir centralidade na organização de dinâmicas que jogam luz sobre a necessidade da estruturação de decisões de forma coletiva, envolvendo a formação de vontade e agenda comuns.

Os processos de reinvenção e resistência democrática mobilizam atores e espaços distintos, provocando interações entre diferentes níveis institucionais, atores e arenas políticas para o desenvolvimento de importantes e novos espaços de construção democrática. Torna-se central, portanto, o debate situado pelas inovações democráticas, em especial pelo caráter contestatório de suas práticas, voltadas para um sentido de experimentação que induz a novos desenhos institucionais, formais e informais, e que podem apontar novas interpretações e práticas sobre as democracias (Pogrebinschi, 2023).

1.2 Inovações democráticas

Mendonça e Cunha (2012) destacam que, ao tempo em que as teorias participacionista e deliberacionista ganharam maior espaço dentro das reflexões sobre as democracias, houve uma expansão notável de experiências práticas em busca de novas possibilidades de engajamento dos cidadãos. A partir da década de 1960, nos Estados Unidos e na Europa, e na década de 1980, no Brasil, com o apoio de governos, fundações privadas e atores da sociedade civil (Sintomer, 2010; Chambers, 2009; Warren, 2007; Fung, 2004) foram

promovidas globalmente diversas experiências, dentre elas: minipúblicos, públicos participativos, fóruns deliberativos, orçamentos participativos e conselhos. De maneira geral, essas experiências são importantes na recuperação do significado democrático pois chamam a atenção para a ressignificação da participação cidadã nos contextos democráticos, inaugurando, logo, as inovações democráticas.

Sem uma definição compartilhada de forma abrangente, as disputas teóricas sobre as inovações democráticas chamam atenção para elementos e características importantes para a compreensão dessas experiências e seus potenciais de transformação., Esta seção se divide em duas partes. Primeiro, são apresentados alguns dos principais conceitos ao redor das inovações democráticas, assim como suas tipologias. Depois, exploram-se criticamente perspectivas e oportunidades de desenvolvimento das inovações democráticas em relação às estruturas das democracias hegemônicas e vigentes.

1.2.1 Disputas conceituais e tipologias

Antes mesmo da introdução das inovações democráticas, enquanto categoria de análise, Fung e Wright (2001) se debruçaram sobre inovações que poderiam aprofundar as democracias, em especial por suas características de mobilização e engajamento da sociedade civil. A partir de cinco experimentos distintos, como o orçamento participativo de Porto Alegre, no Brasil, e os conselhos de governança de bairros, em Chicago, nos Estados Unidos, os autores apresentam que essas ações se encontram no grupo das iniciativas da EDD – *Empowered Deliberative Democracy*, em português: “Democracia Deliberativa Fortalecida”. Reconhecem-se três princípios a orientarem as práticas deste grupo, sendo eles: a finalidade prática, a participação do estilo *bottom-up* e a geração de soluções deliberativas.

Diferentes em seus desenhos, essas experiências se encontram no sentido de “desejar aprofundar os modos pelos quais as pessoas comuns podem efetivamente participar e influenciar as políticas que afetam diretamente suas vidas” (Fung e Wright, 2001, p.7, tradução nossa). Diante do desafio de localizar tendências, são apresentadas duas categorias gerais. A primeira delas inclui as reformas que indicam falhas de atuação específicas dos governos ou de algum ponto da regulação. A segunda, abrange aquelas experiências que incluem tentativas mais gerais de reestruturação dos processos de tomada de decisão das democracias.

De toda forma, mesmo com suas particularidades, Fung e Wright (2001) destacam três princípios fundamentais e comuns aos experimentos: o foco em problemas específicos e tangíveis, o envolvimento de pessoas comuns afetadas por esses problemas e representantes da estrutura política formal, próximos a eles, e o desenvolvimento deliberativo de uma solução para esses problemas. Também são localizadas três características sobre os desenhos institucionais, importantes para a garantia de estabilidade e aprofundamento dos princípios básicos da EDD, são elas: a garantia de autoridade de decisão pública para unidades locais, a criação de redes formais de responsabilidade, distribuição de recursos e comunicação que coordenem e centralizem essas unidades a uma unidade superior com autoridade centralizada, e o uso de novas instituições estatais para apoiar e guiar os esforços tomados pelas iniciativas de resolução de problemas, evitando que elas sejam inteiramente desempenhadas por voluntários.

Apesar das tendências e características, os contextos nos quais as ações são desempenhadas têm papel definidor nas ações. Além disso, a própria necessidade de coordenação e forte presença do Estado trazem questionamentos em relação ao desempenho dessas ações de caráter autônomo e espontâneo, levando à prova a durabilidade dessas iniciativas, bem como a capacidade de atração de cidadãos informados e interessados no engajamento exigido pela ação. Outra crítica, diz respeito à dimensão tangível e específica dada ao problema a ser resolvido, não englobando a amplitude de investigações advindas de contestações pós-materiais e culturais presentes nas democracias modernas (Inglehart e Welzel, 2005).

Smith (2009), define as inovações democráticas como instituições desenhadas especificamente para aprofundar a participação cidadã nos processos de tomada de decisão. Dentre esses modos de ação, encontram-se minipúblicos (arenas deliberativas), orçamentos participativos, legislação direta (referendos) e *e*-democracia. Uma importante consideração sobre essa definição é que ela, mediante o deslocamento para os processos de tomada de decisão, joga luz sobre como as práticas são incorporadas pelas dinâmicas já existentes, sem que a visão fornecida se reduza à interpretação da prática em si, indiferente aos contextos.

Consideramos a proposta de Smith (2009) restritiva no sentido de que, ao fornecer um recorte institucional concreto para se pensar em inovações democráticas, é desconsiderada a amplitude de formatos que podem advir das organizações ao redor de processos participativos e de tomada de decisão (Elstub e Escobar, 2019). Não obstante, as instituições costumam

apresentar um nível de estabilidade e continuidade ao longo do tempo (Warren, 2017), dificultando a permeabilidade de novas e pontuais iniciativas, excluindo do debate, importantes processos que não sejam oriundos das instituições tradicionais (Hendriks e Dzur, 2015).

Nota-se assim, que as inovações democráticas expressam um “compromisso crítico com os valores democráticos de participação popular e igualdade política, aliados a um imperativo urgente para que os teóricos articulem e analisem novas soluções para os problemas da democracia” (Saward, 2003, p.4, tradução nossa). Sobre a democracia representativa, as inovações democráticas não objetivam a substituição das práticas representativas, mas a realização de reformas que permitam uma nova interpretação sobre o papel cidadão nesses ambientes (Elstub e Escobar, 2019; Trettel, 2015; Fung, 2006). Em direção às práticas da sociedade civil, as inovações democráticas não agem no rompimento das atividades da sociedade civil organizada, de grupos de *advocacy* ou associações de outras naturezas, mas permitem a construção de um sujeito universal¹ de participação (Baiocchi e Ganuza, 2017) e que prioriza formas de construção política por meio da proposta deliberativa.

Em uma outra interpretação, Geissel (2012) entende as inovações democráticas como “novas práticas ou processos introduzidos de forma consciente e proposital com o objetivo de melhorar a qualidade da democracia” (Geissel, 2012, p.164, tradução nossa). Nesse mesmo caminho, Elstub e Escobar (2019) definem as inovações democráticas como “processos ou instituições que são novas em uma questão política, papel político ou nível de governança desenvolvidos para reimaginar a aprofundar o papel dos cidadãos nos processos de governança a partir do crescimento de oportunidades de participação, deliberação e influência” (Elstub e Escobar, 2019, p.11, tradução nossa). Ao expandir o escopo de processos de tomada de decisão para processos de governança, o objetivo dos autores é de ressaltar a tendência de democratização a partir de processos de governança e de formulação de políticas, compreendidos como um campo fértil a este tipo de prática e investigação (Warren, 2009).

Para a construção das tipologias, Elstub e Escobar (2019) se debruçam sobre quatro componentes presentes na reimaginação e no aprofundamento do papel cidadão nos processos

¹“O sujeito universal é uma figura especulativa, de enorme pregnância cultural e presença política, que funciona como um dispositivo equivalente, no plano intersubjetivo, à moeda. Enquanto esta é a medida, a referência comum, a *ratio* determinante da comensurabilidade dos objetos, o dispositivo de comutação intersubjetivo é a razão, que reduz à unidade inteligível o múltiplo das razões empíricas (Simmel 1982)” (Soares, 1993, p.114).

de governança. O primeiro aspecto aponta para quais cidadãos participam das ações, entendendo os processos necessários à formação do grupo, bem como os critérios de seleção e condições de inclusão. O segundo aspecto se preocupa com os modos de participação, buscando a leitura de como os participantes comunicam entre si e como se dá o processo deliberativo. Em relação ao terceiro componente, são visualizados os modos de tomada de decisão, presentes nas iniciativas. O quarto aspecto dimensiona as influências dos participantes sobre as autoridades políticas, relacionando questões de autoridade e poder.

Em conjunto, é mais uma vez sugerida a incorporação dos fatores contextuais presentes nas inovações democráticas para a análise. Dessa forma, torna-se igualmente relevante a verificação da área na qual a ação política ou as questões e os problemas específicos que as inovações democráticas estão inseridas, chamando atenção para os tipos de problemas que influenciam esses fatores. O nível de governança também é incluído nessa investigação, entendendo a abrangência das iniciativas e suas escalas. Ainda, as inovações democráticas podem ser envolvidas em diferentes estágios do processo de formulação de políticas públicas, incluindo “*agenda-setting*, mapeamento de alternativas, debates e discussões, tomada de decisão, implementação e revisão” (Elstub e Escobar, 2019, p.22-23, tradução nossa).

É central o papel da reimaginação do papel cidadão na definição trazida por Elstub e Escobar (2019) na medida em que traz à tona a relevância dos elementos contextuais que tomam parte das inovações democráticas, localizando os papéis atribuídos aos cidadãos e suas interpretações políticas. Com uma abordagem voltada para as práticas sem a antecipação das expectativas das ações, “as inovações democráticas são compreendidas pelo que elas são, e não necessariamente ao que elas podem ser” (Elstub e Escobar, 2019, p.15 – tradução).

Os autores, ainda, apresentam cinco famílias de inovações democráticas, sendo elas: os minipúblicos, os orçamentos participativos, os referendos e as iniciativas civis, a governança colaborativa e a participação digital. Uma crítica frequentemente endereçada a essa tipologia é de que as famílias apresentadas misturam formas de participação com desenhos institucionais concretos (Pogrebinschi, 2023), além de não incorporarem a vasta diversidade empírica de desenhos sobre as inovações democráticas existentes na América Latina (Pogrebinschi, 2023). Ao apontarem para as inovações democráticas como processos e mecanismos desenvolvidos para reimaginar o papel cidadão, Elstub e Escobar (2019) reforçam uma visão funcionalista das inovações democráticas, desconsiderando o fato de que

“as inovações democráticas não são necessariamente novas e nem sempre são conscientemente ou propositalmente introduzidas” (Pogrebinschi, 2023, p.26, tradução nossa), uma vez que:

Inovações democráticas (...) raramente foram projetadas para o propósito único de aumentar a participação. Em vez disso, elas geralmente são criadas para abordar problemas específicos (por exemplo, a formulação e implementação de planos de saúde políticas) relacionadas a desafios mais amplos (por exemplo, a provisão deficiente e desigual de um bem social primário como a saúde) e empregar a participação cidadã como um meio para alcançar um fim democrático (por exemplo, a promoção da igualdade social). (Pogrebinschi, 2023, p.26, tradução nossa).

É diante do paradigma trazido pela visão demasiadamente funcionalista que prevê a participação como fim, frente às inovações democráticas que Pogrebinschi (2023) propõe, balizada pela democracia pragmática (Pogrebinschi, 2013; Pogrebinschi, 2018), que a transformação é mobilizada na medida em que “os meios de participação e os fins de inovação interajam para responder aos problemas públicos” (Pogrebinschi, 2023, p.59, tradução nossa). As expectativas trazidas pelas inovações democráticas tonam-se centrais para a interpretação de seus significados, visto que mobilizam projetos e valores distintos a “dependem dos problemas aos quais cada desenho específico tem intenção explícita de abordar” (Pogrebinschi, 2023, p.4, tradução nossa).

Com base nisso, “as inovações democráticas são definidas como instituições, processos e mecanismos cujo fim é aprimorar a democracia por meio da participação cidadã em, pelo menos, um estágio do ciclo de formulação de políticas públicas” (Pogrebinschi, 2023, p.5, tradução nossa). Nessa definição, Pogrebinschi (2023) se ampara em uma abordagem pragmática, entendendo que muitas das inovações partem de iniciativas voltadas para a resolução de problemas, importantes tanto para a combinação dos meios e fins, como também para a indicação de problemas públicos por parte de agentes presentes nas arenas políticas não só formais, como também extrainstitucionais. A participação, dessa maneira, não é compreendida enquanto um fim em si mesmo, mas como um meio de construir alternativas e possibilidades dentro do ciclo político, por intermédio das instituições, dos processos e dos mecanismos.

São consideradas como instituições as regras e os procedimentos, formais e informais, que orientam e coordenam as ações daquela iniciativa, podendo englobar assembleias de bairros e consultas públicas. Os processos são as ações participativas, localizadas de forma

sequencial ou simultânea no tempo e no espaço com um objetivo comum. Sobre esse formato, encontram-se principalmente planos de ação e campanhas que necessitam de maior envolvimento e acompanhamento. As ferramentas são aqueles instrumentos utilizados de forma pontual para a realização de tomada de decisão acerca de determinado tópico, como referendos e algumas das apostas e consultas digitais.

Por diferentes instrumentos, Pogrebinschi (2023) aponta para o fato de que os meios de participação engajados pelas inovações democráticas estão presentes em quatro tipos de iniciativas, sendo elas: a deliberação, as formas não eleitorais de representação civil, o engajamento digital e o voto direto. Apesar de haver importantes sobreposições sobre essas categorias, além do fato das ações poderem articular mais de um meio, a apresentação desses tipos é importante para expor os principais meios para as iniciativas de inovação democrática.

Ao introduzir os estágios de formulação de políticas públicas como parte da finalidade das inovações democráticas, Pogrebinschi (2023) permite aberturas para formas de ação em quatro diferentes sentidos. Em relação à *agenda-setting*, chama-se atenção ao fato de que as inovações democráticas podem auxiliar na identificação e definição de problemas públicos, trazendo, à tona, discussões que partam de ações *bottom-up*. Em relação ao momento de formulação, as inovações democráticas podem apoiar tanto na elaboração em si da proposta, quanto na escolha sobre alternativas de propostas a serem adotadas e descartadas. Em relação à implementação, as inovações democráticas têm se mostrado importantes na condução de algumas das atividades de execução, trazendo maior abrangência às iniciativas tradicionais mobilizadas pelo Estado. Na etapa de avaliação, as inovações democráticas detêm capacidades importantes sobre a geração dos dados.

A apreensão das inovações democráticas em direção aos potenciais efeitos sobre estágios distintos da formulação de políticas públicas permite aberturas à investigação das comunidades intencionais como espaços possíveis de inovação democrática. Devido à sua forma associativa, as comunidades intencionais levantam ações *bottom-up* que endereçam, por meio do viver conjuntamente ou do compartilhamento de recursos, respostas aos problemas visualizados na identificação de valores comuns ou pelas razões mutuamente acordadas estabelecidas. Essas experiências chamam atenção para as capacidades de publicização dos problemas identificados, potencialmente refletindo sobre ampliações dos interesses públicos e que por sua vez podem evidenciar questões relevantes ao aprimoramento qualitativo das democracias.

Considerando o aprimoramento das democracias, também são apresentados os principais fins para os quais os meios de inovação democrática são desenvolvidos, sendo eles: a *accountability*, a responsividade, a proteção de alguma noção de estado de direito, a garantia de igualdade social ou a busca por inclusão política. Podendo mais de um fim estar associado a uma mesma iniciativa, algumas dessas dimensões dialogam com aquelas localizadas por Cohen e Fung (2004) como necessárias à materialidade democrática, evidenciando a centralidade da responsividade, da igualdade política e da autonomia nessa perspectiva.

É interessante notar que, para Pogrebinschi (2023), o aprofundamento qualitativo das democracias não está atrelado à instituição da inovação democrática em si, mas ao cumprimento integral de seus propósitos, responsáveis pela garantia de sucesso das ações. Ainda, é relevante o fato de que fatores contextuais corroboram conjuntamente para o sucesso e o cumprimento efetivo dos fins planejados. Podemos considerar como fatores influenciáveis no resultado o envolvimento dos governos, tal qual os aspectos institucionais e a capilaridade das iniciativas conduzidas pela sociedade civil naquelas oportunidades.

São igualmente endereçadas críticas à proposta de Pogrebinschi (2023). Ao deslocar as tipologias sobre a ação digital como um meio distinto dos outros, denominado engajamento digital, pode-se observar uma compreensão bastante estrita da arena deliberativa, bem como das formas de representação não-eleitorais e sobre o voto direto, englobados em categorias distintas. A proposta de verificação de acréscimo qualitativo e aprofundamento das democracias somente a partir do cumprimento integral dos objetivos e finalidades, propostos pelos meios de ação desempenhados pelas inovações democráticas, pode, igualmente, gerar uma interpretação restritiva, ignorando os efeitos e desdobramentos das possíveis transformações nas finalidades advindas dos próprios processos deliberativos e participativos. Ao incluir a participação em ao menos um estágio do processo de formulação de políticas públicas como condição para as inovações democráticas, acrescentam-se questionamentos sobre, por exemplo, como demonstrar as capacidades de influência da sociedade civil, complexificando as interpretações sobre o envolvimento efetivo da sociedade civil nas diferentes etapas.

Ao avançarmos sobre essas alternativas, de caráter espontâneo e cotidiano, notamos as gambiarras como maneiras propositivas e reativas de ações mobilizadas por agentes externos ao ambiente político formal, incorporando formas particulares, difusas e excêntricas frente as possibilidades de construção das inovações democráticas. Pois, “a gambiarra, enquanto

objeto, gesto ou processo, é evidência, indício e concretização dessa capacidade humana, lembrando-nos não apenas da contingência do mundo, mas da possibilidade de intervir sobre ele” (Assunção e Mendonça, 2016, p.110).

Algumas dessas iniciativas deslocam-se para o núcleo da ação política formal em arenas institucionais típicas, como os mandatos coletivos, recuperando contestações sobre a participação cidadã, dinâmicas de representação e o engajamento democrático (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Por outro lado, o caráter recente e espontâneo dessas atividades, com ênfase no processo criativo, faz com que essas iniciativas sejam geralmente afastadas dos núcleos burocráticos típicos, propiciando a emergência de práticas distintas em conteúdo e forma de ação política, assim evidenciando as capacidades humanas e propositivas da sociedade civil mesmo em situações de fragilidade, e que admitem valor justamente por evidenciar aquilo que é contestado e reimaginando (Assunção e Mendonça, 2016; Asenbaum, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023).

Apesar disso, é preciso nos atentarmos também ao caráter arriscado de tais alternativas (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Inertes em contextos de incertezas altamente dinâmicos e cujas ideias de inovação nem sempre envolvem o estabelecimento de regras de forma rigorosa e nem de mudanças profundas (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021), são exigidos maiores esforços na compreensão dessas propostas para que sejam reinterpretadas e reconduzidas, de tal forma que não possam ser vistas como respostas substantivas com estratégias fixas e rigorosas a serem amplamente reproduzidas (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023).

Trabalharemos, aqui, numa interface entre as definições e tipologias propostas por Pogrebinschi (2023) e Elstub e Escobar (2019). Ao lidarmos com as inovações democráticas enquanto “instituições, processos e mecanismos cujo fim é aprimorar a democracia por meio da participação cidadã em, pelo menos, um estágio do ciclo de formulação de políticas públicas” (Pogrebinschi, 2023, p.5, tradução nossa), valoriza-se a compreensão do processo político de forma ampla, em suas múltiplas e heterogêneas etapas, admitindo particularidades existentes nas iniciativas para além das ações de governança, bem como refletindo as possíveis influências das diversas formas de associação da sociedade civil. Apesar disso, é igualmente relevante o destaque dado por Elstub e Escobar (2019) às capacidades dessas iniciativas de reimaginar a aprofundar o papel dos cidadãos, deslocando das dinâmicas tradicionais de representação.

Sendo assim, entendemos que as inovações democráticas devam ser tratadas enquanto as instituições, processos e mecanismos, capazes de reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos (Elstub e Escobar, 2019) e que possuem como finalidade o aprimoramento das democracias por meio da participação cidadã em ao menos um estágio do ciclo de formulação de políticas públicas (Pogrebinschi, 2023). Essa definição é valiosa no sentido de resgatar o compromisso crítico dessas iniciativas (Saward, 2003; Fung, 2006; Trettel, 2015; Baiocchi e Ganuza, 2017), além de retirar a perspectiva predominantemente institucional (Smith, 2009) e que pode comprometer a efervescência de possibilidades oriundas de espaços excluídos do ambiente político tradicional (Hendriks e Dzur, 2015; Warren, 2017).

1.2.2 Inovações democráticas dentro, acima e abaixo das democracias

A ideia de que a legitimidade das democracias se dá por meio de diferentes tipos de práticas e instituições para além da democracia eleitoral (Rosanvallon, 2011) é central para a compreensão das inovações democráticas, evidenciando a necessidade, mas não suficiência, dos canais de representação eleitoral para o sustento das democracias (Warren, 2021). Nesse sentido, os movimentos de reconstrução dos espaços democráticos, inseridos em contextos de fragilidade e crises, sugere a interação com as inovações democráticas (Warren, 2021). Diante disso, nota-se o desafio e a necessidade de “inovar de forma a restaurar vínculos representativos eficazes, organizar e desenvolver as capacidades dos cidadãos, e levar adiante o projeto da boa governança, de forma a restaurar a confiança dos cidadãos” (Warren, 2021, p.17).

Importante destacar que esses movimentos não partem de um campo inóspito, havendo “novos canais de envolvimento dos cidadãos no governo, na maioria dos países, operando, frequentemente por fora das políticas mais visíveis da representação eleitoral, e especialmente impulsionados por problemas de governança em sociedades complexas” (Warren, 2021, p.17). Nessa sequência, ainda que essas experiências se mostrem fragmentadas e segmentadas, é destacado o potencial transformador dessas ações na natureza e na estrutura da governança democrática (Geissel, 2012; Elstub e Escobar, 2019; Warren, 2021), cooperando na identificação de atores para além dos governos interessados na promoção e desenvolvimento dessas iniciativas (Warren, 2021; Pogrebinschi, 2023).

Warren (2021), propõe a compreensão das oportunidades de inovações democráticas em três níveis: (a) aquelas que ocorrem por “dentro” das democracias representativas; (b) aquelas “abaixo” da democracia eleitoral, em áreas descentralizadas e desconcentradas de governança; e (c) aquelas “acima” da democracia eleitoral, entre e além dos Estados-nação. Atuando de forma conjunta, a expectativa trazida pelas inovações democráticas em suas diferentes oportunidades é de que os motivadores dos cidadãos estejam alinhados ao desenvolvimento institucional e ao fortalecimento das capacidades e organizações políticas.

Em relação às oportunidades que ocorrem por dentro das democracias representativas, destacam-se as ações que dinamizam as estruturas burocráticas do Estado. Considerando o papel-chave do voto e das instituições eleitorais como protetores dos cidadãos e capazes de garantir a representação em larga escala, as inovações desenvolvidas nessa oportunidade discutem a noção de que “os eleitores deveriam receber maior apoio em suas decisões infundindo, nas eleições, processos deliberativos, particularmente de tipos que tornam mais difícil para os estrategistas eleitorais enquadrar e direcionar mensagens” (Warren, 2021, p.19). Aqui, são representadas principalmente alternativas que visam aumentar a qualidade deliberativa dos processos anteriormente instituídos, corroborando na formação de ambientes informativos, deliberativos e representativos que possam reforçar as dinâmicas de governança. Exemplos dessas iniciativas se dão nos minipúblicos deliberativos, em estruturas de “governança em rede”, em novas câmaras de representantes não eleitos e nos referendos.

As oportunidades abaixo das democracias eleitorais são motivadas pelo desenvolvimento de ações de descentralização aos níveis inferiores de governo, por meio de arranjos federais, desconcentração de poder e privatização, apresentando oportunidades mais diretas de inovação democrática (Leighniger, 2006). É valorizada a capacidade dos governos locais de envolverem os cidadãos em questões locais, motivadas tanto pelas ações dos ativistas e dos grupos de *advocacy* quanto pelos burocratas envolvidos nas atividades, ou até mesmo pelas motivações de ordem do compromisso político com a justiça distributiva (Landwher e Faas, 2016). O orçamento participativo é o maior exemplo dessas iniciativas, que acompanham as fortes tendências de descentralização experimentadas pelas democracias (Warren, 2021).

As oportunidades acima da democracia eleitoral destacam um tipo de governança que “ultrapassa os limites do Estado-nação que requer legitimidade democrática, tanto quanto qualquer outro tipo ou nível de governo, sob pena do afastamento, por governos populistas,

no enfrentamento aos desafios globais” (Warren, 2021, p.23). Assim, os espaços criados estimulam novas bases de legitimidade capazes de se colocarem enquanto lugares-chave para as inovações democráticas se fazerem possíveis e necessárias (Fung, 2003; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021).

Dentre as experiências que ilustram esses espaços, primeiro localizam-se os regimes de processos temáticos de governança de demandas complexas e ou jurisdições cruzadas presentes em distritos de transporte, regimes de segurança e organizações comerciais, e as organizações internacionais definidas por temas ou questões, uma vez que, precisam criar legitimidade. O segundo espaço pode ser reconhecido no interior dos estados membro e as organizações internacionais, em especial pelas condições de relacionamento aos constituintes sobre as questões temáticas trabalhadas. Apesar de não necessariamente apresentarem ações democráticas, reconhece-se o potencial que esses espaços têm de serem democratizados e de se beneficiarem das inovações democráticas (Fung, 2006; Dryzek, 2006; Keohane *et al.*, 2009; Warren, 2021). Por fim, é explorado o espaço desenvolvido pela sociedade global que atua em resposta aos desafios globais e suas formas de organização por trazerem, à superfície, estruturas e formatos que podem ser democratizados (Grant e Keohane, 2005; Montanaro, 2017; Warren, 2021).

É sobre o espaço desenvolvido pela sociedade global em respostas aos desafios identificados pelas organizações da sociedade civil, em diferentes formas, e representando oportunidades acima das democracias eleitorais, que as comunidades intencionais podem cooperar na melhoria qualitativa das democracias, admitindo perspectivas democratizantes. Valendo-se de abordagens voltadas à resolução de problemas, pactuados pelos valores comuns compartilhados ou pelas razões mutuamente acordadas que as originam, as práticas contestatórias e dissidentes conduzidas pelas comunidades intencionais representam, de forma empírica, expectativas ao redor de transformações que se fazem necessárias para a construção de um novo mundo em busca da ampliação de recursos, capacidades de agência e acessos às bases de poder.

Ademais, como consequência de sua própria definição, as democracias exigem a possibilidade de divergir (Rancière, 1996; Dahl, 1997; Mouffe, 2005; Mendonça e Birchal, 2022). Na contramão de leituras homogeneizantes sobre as democracias e que apontam para componentes e estruturas que privilegiam uma visão sistêmica, debates recentes sobre as inovações democráticas têm apontado para a multiplicidade de lógicas, atores e experiências

que compõem as próprias democracias, chamando atenção para espaços de contestação e desvio. A admissão das dimensões prática e cotidiana das democracias também têm desafiado essa lógica, permitindo aberturas de importante valor para a reconstrução da legitimidade das democracias, ação importante nos contextos de crise.

Reconhecemos também que as inovações democráticas permitem uma reflexão teórica e prática ao redor dos princípios institucionais e normativos que definem as democracias, chamando a atenção para atores, contextos e problemas que são construídos por lógicas que desafiam paradigmas instituídos, levando à reimaginação de modos de ação. Felicetti (2021) introduz a ideia de práticas democráticas para a visualização de oportunidades de inovação democrática e aprimoramento institucional, visto que as práticas têm capacidade de “contrariar a tendência de pensar que a democracia tem algum tipo de núcleo fixo em torno do qual um sistema político deve ser organizado – como eleições, deliberação ou participação – e para olhar em novas direções no desenho institucional” (Felicetti, 2021, p.1589, tradução nossa).

As práticas democráticas são entendidas como um “conjunto de atividades humanas que abordam problemas políticos e são centralmente organizadas em torno de um entendimento prático compartilhado que é inclusivo e igualitário” (Felicetti, 2021, p.1589, tradução nossa). Essa discussão chama atenção para três campos importantes, ainda que não tão visualizados, em relação às apreensões práticas das democracias, representados pelas noções de: (a) agentes de mudança; (b) temporalidade; e (c) *assemblage*.

O primeiro ponto é trazido pelos agentes de mudança, contemplados principalmente pelos atores sociais locais e fora do ambiente político tradicional. Geralmente afastados de desenhos sistêmicos (Fominaya, 2017), esses atores são responsáveis por evidenciar que os argumentos racionais, o *storytelling* coletivo e as narrativas compõe a deliberação efetiva ao redor de mudanças sociais (Doerr, 2018). Além disso, o foco trazido pelos agentes de mudança evidencia as naturezas das demandas trazidas pelos atores que objetivam não só o engajamento na inovação institucional, mas a superação de problemas reconhecidos e enfrentados pelos mesmos (Herzog e Zacka, 2017). É importante, por isso, a visualização desses agentes justamente pelas diferentes concepções de democracia apresentadas em suas práticas e pelas capacidades de lidar com as heterogeneidades e os desafios reconhecidos de forma prática (Felicetti, 2021).

O segundo ponto deriva das mudanças políticas e das investigações sobre a temporalidade. A mudança política muitas vezes é concebida apenas a partir da visualização da transformação de um estágio para o outro, retirando a oportunidade de reconhecimento de transformações muitas vezes nuançadas. A dimensão do tempo, nessa proposta, aparece enquanto “um reino de possibilidade em vez de certeza, fato estabelecido ou resultado conhecido” (Saward, 2019, p.277).

O terceiro ponto problematiza a concepção de sistemas presentes nas democracias, caminhando para uma nova ideia representada pela noção de *assemblage*. *Assemblage* se refere ao termo inaugurado por Jean Dubuffet para colagens com objetos e materiais tridimensionais incorporados à obra de arte, evidenciando uma “estética da acumulação”. No campo político, Felicetti (2021) sustenta que o termo é bem-vindo por superar duas condições presentes nas ideias sistêmicas e que limitam a interpretação das ações dissonantes e heterogêneas nas democracias. Uma noção sistêmica requer um conjunto de elementos identificáveis. Depois, esses elementos precisam agir em sinergia, e não, apenas, de forma a coexistir. Pela imagem da *assemblage*, definida enquanto “o conjunto de entidades que se mostram associadas – em vez de trabalharem em sinergia – e são sujeitas às contingências e mudanças” (Felicetti, 2021, p.1597, tradução nossa), é possível pensarmos nas experiências múltiplas e heterogêneas, ora divergentes, capazes de influenciar os processos de transformação e mudança presentes nas democracias e que podem incorporar as inovações democráticas.

Algumas dessas experiências podem ser visualizadas pelas comunidades intencionais, justamente por suas condições de interação às relações estabelecidas entre as abordagens voltadas aos problemas políticos e a busca por inclusão e igualdade. Lidando com a dimensão prática e compartilhada dessas experiências, nas comunidades intencionais, em razão do movimento desenvolvido em busca do viver conjuntamente ou do compartilhamento de recursos, baseado em valores comuns ou por razões mutuamente acordadas, despontam soluções pragmáticas em direção aos significados trazidos sobre os entendimentos compartilhados estabelecidos pelos membros das comunidades, potencialmente inclusivos e igualitários. Isso, pois, refletindo sobre as propostas trazidas pelas utopias pragmáticas, as comunidades intencionais oferecem alternativas que expressam as instituições potenciais de uma sociedade sustentável, justa e equitativa (Jarvis, 2017; Levitas, 2013).

A dimensão política, necessária às práticas democráticas e dimensionada a partir de um problema político, é explorada pelas comunidades intencionais por dois pontos. Primeiro, a busca posta pelas comunidades intencionais, de saída, no desenvolvimento de formas de ação e organização que objetivam assegurar não só que os modos de vida, mas também que as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991), parece lidar com alguns dos desafios postos às democracias contemporâneas, em especial em termos de suas legitimidades, refletindo sobre novas formas de construção de bases de legitimidade, muito orientadas pela resolução de problemas e necessárias às inovações democráticas (Fung, 2003; Rosanvallon, 2011; Offe, 2013; Iserina e Fishkin, 2014; Fukuyama, 2015; Warren, 2021; Pogrebinski, 2023).

Segundo a dimensão de cidadania explorada nesses espaços, insurgentes mediante o reconhecimento das capacidades de ação e mobilização dos atores locais e às margens dos sistemas políticos e econômicos em hegemonia, são evidenciadas criticamente as contestações e os anseios da sociedade civil (Castells, 1992; Friedmann e Douglass, 1998; Holston, 1999; Rocco, 2000; Magnusson, 2000; Garber, 2000; Isin, 2000). O direito ao florescimento humano (Friedmann e Douglass, 1998), explorado nesses espaços, interage ao fortalecimento das democracias na medida em que revela lutas que buscam acessar bases materiais de poder social, trazendo, à visão, contestações sobre habitação, trabalho, saúde, educação, meio ambiente e economia, que visam, como decorrência das práticas estabelecidas e que detém desejo de expansão, a transformação do Estado (Friedmann e Douglass, 1998, p.2, tradução nossa).

É diante desse contexto que fundamentamos esta proposta, entendendo que é possível localizarmos, espacial e temporalmente, experiências práticas orientadas por pragmáticas cotidianas e de *assemblage* que podem apontar para agentes de mudança particulares, admitindo potenciais novas bases de legitimidade para as inovações democráticas (Fung, 2003; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021). Reconhecemos algumas dessas experiências, bem como suas características e potenciais relações estabelecidas ao redor dos processos de cidadania, no capítulo seguinte a partir das comunidades intencionais.

2 COMUNIDADES INTENCIONAIS: ESPAÇOS DIFERENCIAIS EM BUSCA DO COMUM

Este capítulo introduz as comunidades intencionais como utopias pragmáticas (Jarvis, 2017; Levitas, 2013), de forte viés contestatório e propositivo, visualizadas na realidade a partir de suas formas espaciais e associativas e que conduzem práticas distintas. Para isso, inicialmente é realizada uma recuperação teórica ao redor das comunidades intencionais, buscando a apresentação de uma definição (Bey, 1991; Sargent, 1994; Metcalf e Christian, 2003, Shenker, 2011; FIC, 2023). Em sequência, a discussão se desenvolve, por meio de uma abordagem ao redor da produção relacional do espaço (Lefebvre, 1974a) sob dois pontos centrais. O primeiro é articulado pela vontade de totalidade (Lefebvre, 1977) e as subsequentes ações cotidianas e locais como forma de construção de cidadania (Castells, 1992; Friedmann e Douglass, 1998; Holston, 1999; Rocco, 2000; Magnusson, 2000; Garber, 2000; Isin, 2000). O segundo ponto dialoga com as práticas espaciais de desvio presentes no espaço diferencial e em busca do comum (Lefebvre, 1991; Bey, 1991; Souza, 2010; Gago, 2018; Dardot e Laval, 2015; Tonucci e Magalhães, 2017).

2.1 Comunidades Intencionais

Cohen (2003) introduz as comunidades como entidades cujo pertencimento excede à noção de família, mas cujas apreensões são mais imediatas do que as abstrações do que conhecemos como sociedade. Com uma ampla gama de apropriações e formas espaciais, as comunidades intencionais podem abranger cooperativas, falanstérios, ecovilas, *co-housing*, repúblicas de estudantes, *okupas*, ocupações, *squatts*, *kibutzim*, entre outros, e destacam o potencial de superar os paradigmas ao redor da ideia tradicional de comunidade, apontando não para uma substituição, mas para uma “justaposição radical ao capital cultural dominante contemporâneo, oferecendo um exemplo prático e visível de diferença como alternativa” (Schehr, 1997, p.13, tradução nossa).

Com frequência, as comunidades intencionais são vistas como “reações às pressões de um mundo em constante mudança e laboratórios vivos para o desenvolvimento de novos modos de viver coletivamente” (Cnaan e Breyson, 2008, p.255, tradução nossa), chamando atenção para aspectos importantes ao redor das implicações teóricas e práticas promovidas por

esse tipo de organização social. Diante disso, algumas particularidades são sugeridas pelo componente da intencionalidade destas comunidades e que direcionam para seis características essenciais dessas formas associativas: a escolha, o compartilhamento de modo de vida, a escala humana, o propósito comum, os valores compartilhados e o comprometimento (Cnaan e Breyson, 2008).

Em relação à escolha, nas comunidades intencionais, para que os indivíduos as integrem, é necessário que eles voluntariamente expressem suas vontades em participar do grupo para que os demais membros possam deliberar sobre a participação ou não daquele que deseja, baseando em testes ou regras construídos conjuntamente pela comunidade e que ajudarão no processo de tomada de decisão. Em relação ao compartilhamento do modo de vida, sendo que em alguns casos são incluídas as estruturas de habitação, mais do que “morarem em proximidade, as pessoas também engajam em atividades comuns ou tarefas compartilhadas que as diferenciam das pessoas do mundo externo” (Cnaan e Breyson, 2008, p.247, tradução nossa). Atividades domésticas, de educação e de partilha da terra, nesse sentido, ilustram o modo de vida coletivo.

A escala humana² revela nas comunidades intencionais que a preocupação ao redor do tamanho desses grupos tem mais a ver com as possibilidades de reconhecimento e interação do grupo do que a uma limitação quantitativa de membros preestabelecida, entendendo que as relações de reconhecimento mútuo dos membros são um fator chave para a construção dos interesses coletivos. O propósito comum e os valores compartilhados emergem para que os membros promovam ações que evidenciem as motivações que levaram à formação do grupo, indicando os estilos de vida. O comprometimento torna-se característica central das comunidades intencionais, visto que elas são balizadas por uma forma de vida coletiva e que requer forte percepção de pertencimento para a manutenção do grupo.

Este capítulo se estrutura em duas partes. Primeiro, é construído um breve histórico ao redor da ideia de comunidade, evidenciando características destas associações (Tönnies, 1957; Thompson, 1987; Duvignaud, 1995; Featherstone, 1997; Castells, 1999; Etzioni, 2000; Simmel, 2006). Na sequência, a discussão se encerra por uma definição conceitual-descritiva

² Na Arquitetura e nas Artes, a escala humana faz referência à proporção estabelecida entre as dimensões dos projetos e dos corpos. Considerando questões de planejamento do espaço, a escala humana faz referências às alternativas as quais são privilegiadas maior interação entre os ambientes, contando com percursos caminháveis e proximidades entre os membros que vivem em sociedade.

para as comunidades intencionais (Bey, 1991; Sargent, 1994; Metcalf e Christian, 2003, Shenker, 2011; FIC, 2023).

2.1.1 Breve histórico

São várias as interpretações e significados dados à comunidade ao longo do tempo.

Emaranhado em signos construídos de forma simbólica e material por construtos discursivos (Anderson, 1991; Cohen, 1985), “o conceito de comunidade só pode ser entendido enquanto polissêmico, com diversas acepções, sendo por si só um objeto de disputas, uma vez que determinados critérios (...) são escolhidos em detrimento de outros, de acordo com os interesses dos sujeitos” (Polivanov, 2014, p.112). Além disso, a noção de comunidade esteve tradicionalmente colocada em oposição à sociedade, chamando atenção para duas formas de construção dessas dicotomias.

Como uma primeira forma, destacam-se esforços na apreensão de comunidade a partir da disputa entre o espaço da racionalidade e o espaço da afetividade e da emoção. Tönnies (1957) inaugura o debate entre comunidade e sociedade pelos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. A comunidade, *Gemeinschaft*, é marcada pela tradição, aproximando sua construção da estrutura familiar e indicando que, ainda que o livre arbítrio e a racionalidade permitam que o indivíduo determine sua permanência na família, por exemplo, a existência desse relacionamento independe de sua vontade racional. Nessas estruturas destacam-se um altruísmo comum, construído por um misto de simpatia e compreensão em relação ao outro que leva ao reconhecimento mútuo de direitos e deveres que consolidam a associação comunitária.

A sociedade, *Gesellschaft*, emerge como resultado da modernização e do avanço do secularismo e do individualismo, retirando as relações de proximidade entre os indivíduos por intermédio de uma busca de interesses individuais, motivada pelo cálculo racional a respeito dos ganhos particulares, insensíveis ao bem comum. Para Tönnies (1957), esse movimento acompanha as mudanças estruturais vivenciadas no mundo ocidental e representadas na transformação de um mundo corporativista e comunal para um individualista e racional no qual não só o contrato adquire um *status* de organização desse novo espaço, como também retira a apreensão sagrada-comunal das localidades para o desenvolvimento de um lugar secular-associativo.

As diferenciações entre comunidade e sociedade demarcadas por Tönnies (1957) e postas em resposta à própria modernidade se assemelham aos tipos de solidariedade visualizados por Durkheim (1960) neste mesmo movimento de legitimação do contrato social e da racionalidade. A solidariedade mecânica (Durkheim, 1960) é baseada nas tradições, nos hábitos e na moralidade, fazendo aparecer componentes presentes nas comunidades compreendidas pelo seu elemento tradicional, como evidenciado por Tönnies (1957). A solidariedade orgânica (Durkheim, 1960) se origina da interdependência estimulada pela especialização do trabalho no modo de produção capitalista. Por isso, “a antítese da comunidade é representada pelas relações impessoais, anônimas e fracionadas, instauradas na Idade da Razão” (Albuquerque, 1999, p.51).

Ainda diante deste paradigma, Simmel (2006) discute que as aproximações físicas, proporcionadas pelas comunidades em maiores condições do que as sociedades, reduzem a ação racional, pois “a intensificação do grau emocional – como se o número daqueles que estão fisicamente próximos fosse em certa medida o multiplicador da potência do sentimento portado pelo indivíduo – passa longe da intelectualidade desse indivíduo” (Simmel, 2006, p.51-53). Mais uma vez, é dado à sociedade uma ideia de substituição do paradigma afetivo e emocional, presente nas comunidades, por um de viés racional.

Weber (2005) apresenta quatro tipos de ação social que também nos ajudam a pensar sobre o embate estabelecido entre razão e emoção para a constituição das formas associativas. São eles: (a) a ação racional em relação a fins, (b) a ação racional em relação a valores, (c) a ação determinada pela afetividade e (d) a ação determinada pela tradição. Nas comunidades perduram-se as ações determinadas pela tradição e pela afetividade, enquanto na sociedade prevalecem as ações racionais voltadas para fins ou valores. Em suma:

A comunidade seria o lugar do afeto, das relações primárias, da tradição, da partilha de interesses e território em comum, ao passo em que a sociedade seria o seu contrário, marcada pela racionalidade, pelas relações secundárias com pouco contato face-a-face, pela modernidade, interesses pessoais com fins econômicos e desterritorialidade (Polivanov, 2014, p.113).

Por uma outra abordagem, em uma segunda forma de construção da dicotomia entre comunidade e sociedade, concentram-se esforços para sua instituição a partir das dinâmicas de homogeneização e de heterogeneidade presentes nessas estruturas. Na visão tradicional e fundamentada pela primeira dicotomia, as comunidades são lidas enquanto lugares homogêneos, sendo a própria homogeneidade a condição para a organização dos sujeitos, e a

sociedade seria heterogênea, justamente pelo estabelecimento de “relações impessoais, anônimas e fracionadas” (Albuquerque, 1999, p.91).

No entanto, o avançar do capitalismo e a neoliberalização do espaço nos direcionam à compreensão de que a sociedade capitalista opera por dinâmicas de homogeneização (Lefebvre, 1991; Harvey, 1992; Soja, 1993; Peck et al, 2009; Castriota, 2016), levando ao questionamento sobre as formas heterogêneas dadas à sociedade em relação à comunidade. Além disso, ao considerar a existência de sociedades alternativas, Duvignaud (1995) apresenta que estas são instituídas a partir de solidariedades errantes que “permitem suprimir o que a vida moderna tem de abstrato e a vida cotidiana de administrativo” (Duvignaud, 1995, p.186-187). Ao mesmo tempo em que é considerada uma estrutura alternativa e errante, são resgatados apontamentos que indicam para uma sociedade e solidariedade primordiais e corretas, demarcando um caminho comum e relativizando a heterogeneidade atribuída à sociedade.

É Thompson (1987) quem desfaz a dicotomia entre sociedade e comunidade tanto pelo viés racionalista quanto pelo de homogeneização. Reconhecendo as múltiplas dinâmicas culturais nas ações cotidianas, o papel de resistência se faz presente nas comunidades. Sem um modelo ou forma de estruturação das comunidades *a priori*, e nem tampouco definindo suas ações enquanto essencialmente boas ou ruins, são reconhecidos os conflitos presentes de forma interna às comunidades e que ilustram uma autoconsciência coletiva, destacando as capacidades reflexivas e a condição heterogênea das comunidades. A “comunidade é um lugar heterogêneo, marcado pela multiplicidade de pensamentos e costumes, pelas negociações e disputas e pela convivência, conflituosa ou não, de antigos e novos hábitos’ (Polivanov, 2014, p.115).

Podemos notar essas dinâmicas ambíguas e que evidenciam os limites das visões dicotômicas nas comunidades intencionais. Pelo próprio movimento contestatório reivindicado pelas comunidades intencionais em sua estruturação, evidenciadas pelo componente da intencionalidade formado por valores e razões que justificam a formação do grupo, princípios racionais, pactuados pela definição de objetivos e interesses comuns, interagem ao desenvolvimento dessas comunidades. Ao mesmo tempo, essas comunidades, por meio de suas características, práticas e escalas, também buscam expandir laços de afetividade e modos de vida que recuperam noções de proximidade e afetividade, complexificando suas estruturas.

Juntamente, a ação local influencia as interpretações sobre as comunidades. Featherstone (1997) nota que as comunidades incorporam independências, rivalidades, lutas de poder e conflitos que apontam para diferenças e discursos sobre o corpo social, questionando a ideia de que estes arranjos sejam, necessariamente, mais igualitários, simples e homogêneos. Apesar disso, o movimento de questionamento sobre diferenças e discursos sobre o corpo social, intensificado pelas dinâmicas locais da comunidade, destacam a força política angariada por essas bases (Castells, 1999), indicando o retorno à vida em comunidade na contemporaneidade por objetivos que se distinguem da concepção clássica, mas a partir de “argumentos que enfatizam a busca de uma forte identidade coletiva, alguma nova forma de comunidade, nas sociedades modernas” (Featherstone, 1997, p.165).

A aposta nas comunidades enquanto formas de representação de ações as quais são “revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido” (Castells, 1999, p.79) permite uma nova reflexão ao redor dos princípios que destacam a lógica capitalista como universal sobre as ações sociais, reforçando o viés de resistência presente nas comunidades modernas. As comunas territoriais são adotadas enquanto expressão dessas novas lógicas na medida em que:

aparecem como reação às tendências sociais predominantes, as quais opõem resistência em defesa de fontes autônomas de significado (...) constituem identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo hostil (...) são construídas culturalmente, isto é, organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de autoidentificação (Castells, 1999, p.84).

É neste momento em que uma segunda característica emerge nas comunidades, acompanhando o caráter de resistência: a formulação de identidades defensáveis (Polivanov, 2014). Essas identidades, portanto, estariam direcionadas à defesa de um conjunto específico de valores com usos e símbolos compartilhados e que demarcam os códigos de pertencimento e autoidentificação daquele grupo. Nesse sentido, acompanhando a ideia de Honneth (2003) de que “a vivência dos afetos tem importância política e não pode ser negligenciada (e) o privado é político não apenas porque nele se conformam relações de dominação que sustentam assimetrias sociais” (Mendonça, 2012, p.138), essas identidades podem se mostrar importantes ao apontarem criticamente para algumas dessas relações impostas interna e externamente.

A ideia de liberdade, também, é tensionada nas comunidades. Isso, pois, “a comunidade realmente existente, se nos achássemos ao seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar” (Bauman, 2003, p.9-10). O conforto e a segurança prometidos pelas comunidades são postos às custas das capacidades de mobilidade e liberdade. O paradoxo presente nas comunidades é dado, pois, ao mesmo tempo, elas permitem com que outras vivências sejam capazes de se realizar, mas este próprio movimento é responsável por condicionar a realização de outras dinâmicas para além daquilo que constitui a comunidade.

Resta, ainda, uma outra perspectiva sobre as comunidades. A abordagem comunitarista, como uma terceira via em relação ao Estado e ao Mercado (Etzioni, 2000), assenta-se no princípio ético de que as pessoas devem ser tratadas como fins, e não como meios, e por isso, focalizam num parceiro negligenciado: as comunidades. Aqui, as comunidades se amparam em dois fundamentos: o fornecimento de laços afetivos capazes de transformar grupos de pessoas em entidades sociais, recuperando uma ideia de família estendida (Etzioni, 2000) e a transmissão de uma cultura moral compartilhada, delimitada por um conjunto de significados e valores sociais e comportamentais compartilhados que caracterizam – e diferenciam – a comunidade de outros grupos sociais. Princípios de responsividade, mutualismo, igualdade de oportunidades e liberdade de expressão são associados a esse tipo de agrupamento, ainda que o último elemento seja questionável mediante a instituição da coesão do grupo.

Consideramos que uma fragilidade trazida pelas apreensões tradicionais de comunidade se dá na vinculação dessas formas às motivações que exigem valores homogêneos, condicionados pelo movimento histórico ou de tradição e relativamente imutáveis, e que levam ao apagamento de disputas. Também consideramos como limitadoras à compreensão das múltiplas dinâmicas comunitárias a percepção de que há um movimento de progresso que parte das comunidades para a sociedade, visto que, assim, as distintas formas de solidariedade, presentes nas comunidades, tornam-se enfraquecidas e inferiorizadas, indicando uma impossibilidade de coexistência dessas lógicas, além de sugerir um sentido único para o movimento de progresso.

2.1.2 Uma proposta conceitual – descritiva

A primeira concepção sobre as comunidades intencionais é trazida por Bey (1991) quem as nota, ainda no século XVIII, e as descreve como “mini-sociedades completas vivendo conscientemente fora da lei e determinadas a mantê-las, mesmo que apenas por um curto período, mas alegre” (Bey, 1991, p.95, tradução nossa). As comunidades intencionais, como utopias dinâmicas (Schehr, 1997) e comunidades utópicas (Kanter, 1972), representam uma ação direta e concreta, materializada no tempo e espaço, e que é definida pelas aberturas e transformações praticadas, destacando sua composição abstrata-propositiva sobre o modo de viver consciente e desejado.

Nessas experiências, os significados são construídos pelas “comunidades voluntárias amparadas em valores ou princípios compartilhados como forma de transformação social” (Firth, 2018, p.496, tradução nossa). A união dos egoístas, versando sobre as associações de pessoas que se opõem aos coletivos abstratos em contraposição à sociedade, à nação, ao Estado e à família (Stirner, 1993), assim como o anarquismo social, levando ao estabelecimento de uniões voluntárias de indivíduos em uma comunidade (Landauer, 1983) nos ajudam na visualização da dimensão racional e proposital presentes nas formas associativas das comunidades intencionais.

Numa outra interpretação, as comunidades intencionais são vistas como “um grupo de cinco ou mais adultos e seus filhos, caso tenham, que partam de mais de um núcleo familiar e que decidam viver de forma partilhada para aprofundar seus valores comuns ou por alguma outra razão mutuamente acordada” (Sargent, 1994, p.2, tradução nossa). Sem grandes justificativas para o número mínimo de adultos presentes nos agrupamentos, a ideia trazida por Sargent (1994) ao discutir as comunidades intencionais parte do interesse de afastamento dessas conformações às concepções tradicionais de comunidade e que caminham para um desenho familiar-associativo. Além disso, ao apontar para a defesa de valores e interesses partilhados, a dimensão propositiva das comunidades intencionais é fortalecida, entendendo que suas práticas e estruturas partem da imbricação entre um paradigma normativo sobre o que é desejado e o que é vivido, de forma material e prática, chamando atenção para debates prefigurativos.

Metcalf e Christian (2003) atribuem mais duas características base às comunidades intencionais: a escolha declarada, e não coercitiva, dos indivíduos em participar da comunidade, e a definição de metas comuns a serem alcançadas. A respeito da escolha não coercitiva, no limite, podemos pensar que os próprios motivadores à definição das metas em

comum, como a busca pelo enfrentamento de desigualdades ou exclusões, possa ser um fator a operar no encorajamento das dinâmicas. De forma estrita, o aspecto não coercitivo joga luz para a não inclusão de prisioneiros e demais grupos que possuem convivência comunal forçada no campo das comunidades intencionais, dado que não se faz presente a liberdade e nem necessariamente o reconhecimento mútuo das identidades, privilegiando a não-autonomia e a coerção. Excetuam-se dessa definição ainda as comunidades tradicionais, como indígenas, pois a organização social é dada por um padrão de convivência definido, e não pela escolha objetiva do modo de vida.

Acerca do segundo elemento, representado pela definição de metas comuns a serem alcançadas, Metcalf e Christian (2003) caminham sobre uma argumentação ambígua. Num primeiro sentido, a expectativa trazida pela declaração confere às comunidades intencionais a organização ao redor de soluções práticas voltadas para problemas reconhecidos pelo grupo. Porém, num outro sentido, esse mesmo movimento reforça apreensões funcionalistas dessas experiências, sem que sejam notadas as dinâmicas de reconhecimento mútuo e que levam à construção do núcleo a ser compartilhado sobre valores e práticas.

As comunidades intencionais enfrentam desafios em função de suas escalas, diversidades e descentralizações, fazendo com que essas experiências recorram às formas federadas, como a Fundação para Comunidades Intencionais (FIC) e a Federação de Comunidades Igualitárias (FEC) para lidar com esses desafios (Smith, 2002). As formas federativas são importantes pois indicam uma estratégia que prevê “a ideia básica de reprodução dos coletivos, e não da expansão” (The Red Sunshine Gang, 1999, p.151, tradução nossa). Ainda:

Comunidades intencionais são como pessoas – você pode categorizá-las com base em determinadas características distintivas, mas nunca duas são idênticas. As diferenças entre eles, sejam óbvias ou sutis, podem ser atribuídas a variações na filosofia, na missão ou ênfase do projeto, nas normas comportamentais, ou na personalidade e estilo dos líderes (se o grupo identificou líderes) e nos membros individuais. Cada grupo é de alguma forma único (Kozeny, 1995, s/p, tradução nossa).

Shekner (2011) introduz a ideologia como um aspecto chave às comunidades intencionais, identificando seu papel dúbio e arriscado na condução das práticas estabelecidas e valorizadas pelas experiências, pois “a ideologia nunca é perfeitamente estruturada ou desenvolvida logicamente para que se torne um sistema perfeito” (Shenker, 2011, p.32,

tradução nossa). Identificando o papel das ideologias no comprometimento dos indivíduos à comunidade, Shekner (2011) aponta para o dilema presente nas comunidades intencionais posto na “necessidade de formular e manter uma ideologia explícita e inteligível para assegurar que as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis, com a igual necessidade de reconhecer que tal perfeição é impossível e a mudança inevitável” (Shenker, 2011, p.32, tradução nossa).

É relevante notar ainda que, trazendo o componente ideológico à constituição das comunidades intencionais, evidencia-se que estas não são definidas por relações que independem ao ambiente externo, mas por ênfases nos interesses comuns e compartilhados que se diferenciam de estratégias de autoenclausuramento, motivadas pela rejeição do ambiente externo. Isso, porquê:

Para persistir, não há razão *a priori* para que uma comunidade intencional se envolva ou se afaste de seu ambiente externo, mas a ideologia de cada uma de nossas comunidades prescreve tal envolvimento ou afastamento. Ao mesmo tempo, nossas Comunidades têm desejado expandir-se individual e coletivamente; também não se contentaram com uma viabilidade econômica mínima, mas quiseram proporcionar padrões de vida razoáveis (...) tudo isso inevitavelmente significou que as comunidades buscaram uma ligação com a sociedade mais ampla, foram dependentes dela e foram "procuradas" por ela - ainda pela natureza de seus objetivos e crenças deve estar em alguma oposição a ela. Este delicado equilíbrio de aceitação-rejeição caracterizou a história das comunidades. (Shenker, 2011, p.44-45, tradução nossa).

Em suas múltiplas relações ao ambiente externo, e considerando as distintas formas de organização das comunidades intencionais, as relações das comunidades com a sociedade de uma forma ampla tomam aspecto secundário na distinção desse tipo de associação. Em decorrência disso, espaços como condomínios fechados não correspondem às comunidades intencionais uma vez que, além de reproduzirem dinâmicas próprias de lógicas hegemônicas, constituem-se enquanto associações privadas de administração, sem compromisso com a produção de um modo de vida comum.

A Fundação para Comunidades Intencionais (FIC) define como comunidade intencional um grupo de pessoas que escolheram viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns.³ A FIC aponta que as comunidades intencionais buscam modos de vida mais cooperativos, sustentáveis e justos. Por essa definição, a preocupação central trazida para a identificação do grupo é a abordagem voltada para o

³ Disponível em: <https://www.ic.org/foundation-for-intentional-community/>. Último acesso em: 13/07/2023.

compartilhamento baseado em valores comuns, seja pela habitação ou pelos recursos produzidos e adquiridos, retirando possíveis limitações sobre as formas de estruturação dos grupos e de suas práticas.

Entendendo as comunidades intencionais referenciadas pela FIC como corpo empírico deste trabalho, e sabendo que a identificação das comunidades intencionais presentes na FIC parte de autodeclarações, sugere-se que haja relativa anuência das comunidades representadas pela FIC ao significado proposto pela fundação, tomando-o, dessa forma, como base para a proposição de uma definição que considere as disputas discursivas ao redor de seu teor. Isso posto, apontamos que uma comunidade intencional deva ser compreendida como um grupo de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição (Metcalf e Christian, 2003), viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994), assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991).

Em relação ao agrupamento de pessoas, nessa definição, o objetivo trazido por esse elemento é a apresentação da forma e do caráter associativo das comunidades intencionais, sem restrições quanto às relações pessoais estabelecidas ou número de participantes. A não coerção e a não mediação pela tradição (Metcalf e Christian, 2003) são importantes por demarcarem tanto a instituição não violenta da forma associativa das comunidades intencionais, quanto seu estabelecimento para além de relações tradicionais e de ordem familiar. Ao evidenciar aspectos como a vida comunitária ou o compartilhamento de recursos com base em valores comuns (FIC, 2023), destaca-se o modo ao qual as práticas estabelecidas nas comunidades intencionais são assentadas, demonstrando sobre uma busca pelo comum (Dardot e Laval, 2015).

A motivação para as práticas via razão mutuamente acordada (Sargent, 1994) é importante por incluir outras abordagens, inclusive, voltadas para a resolução de problemas, presentes na construção das práticas comunitárias, expandindo o campo para além de ações exclusivamente valorativas. O componente da intenção nas comunidades intencionais é representado pela interlocução entre as os modos de vida e as instituições para que sejam legitimadas e praticáveis, superando as contestações advindas das formas hegemônicas de organização que não fazem mais sentido ao grupo (Shenker, 2011; Bey, 1991).

As comunidades intencionais enfrentam desafios associados às experiências emancipatórias, como escala, fugacidade e capacidade de estabelecer conexões. Para lidar com a escala, essas experiências buscam, intermediadas pelas formas federadas, a reprodução, não, a expansão, de suas estruturas. A construção de propostas em rede é facilitada pela produção de guias e materiais informativos por essas formas. Quanto à fugacidade, tentativas de institucionalização e circunscrição das práticas em regras e normas buscam superar esse desafio, embora possam trazer maior rigidez às propostas. Também, o estabelecimento de razões mutuamente acordadas para a vida em comum contribui para driblar esses desafios, assegurando a legitimidade e praticabilidade dos modos de vida e das instituições prescritas às comunidades. Em relação às capacidades de estabelecer conexões, tanto a ação em rede quanto a criação de laços entre os indivíduos e as interações ao ambiente externo podem atuar nessas perspectivas.

Apesar das dimensões espacial e material não serem os únicos modos para o reconhecimento das comunidades intencionais, múltiplas em suas formas, é no espaço delimitado por cada uma que encontramos as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. As relações no espaço tornam-se local de interação entre o simbólico e o cotidiano na proposição de estratégias, fazendo sentido com que o espaço, e as práticas fomentadas e evidenciadas nestas estruturas, sejam incorporados à compreensão das dinâmicas presentes nas comunidades intencionais. Nos dedicamos a esta investigação a seguir.

2.2 Espaço: uma produção relacional

Reconhecemos que “novas configurações espaço-temporais que determinam o nosso mundo clamam por novos conceitos de espaço correspondentes às condições sociais contemporâneas” (Schmid, 2012, p.90). Recusando a ideia de que o espaço finda em si mesmo e que se dá de forma invariável e estanque, “cada sociedade – e, devido a isso, cada modo de produção com suas subvariantes (...) - produz um espaço, seu próprio espaço” (Lefebvre, 1991, p.31). Espaço e tempo não são puramente materiais (Schmid, 2012: Lefebvre, 1991), mas são, resultado e pré-condição da sociedade, como produtos sociais que representam, simultaneamente e reciprocamente, as ordens sincrônica e diacrônica da realidade social, demarcando o processo histórico da produção social.

Num movimento dialético, Lefebvre (1991) busca a compreensão espacial a partir de uma tríade que resgata “a prática social material (Marx); a linguagem e o pensamento (Hegel); e o ato criativo, poético (Nietzsche)” (Schmid, 2012, p.94). Esses momentos interagem de forma conjunta e recíproca, e de igual valor, na produção de, em ordem, espaços físicos, espaços mentais e espaços sociais, evidenciando “a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético” (Schmid, 2012, p.95).

O primeiro momento resgata a dimensão do espaço percebido. Para Lefebvre (1991) a percepção do espaço é combinada à prática espacial no sentido de que ela não se baseia apenas no interior do indivíduo, mas numa materialidade concreta e produzida, sendo compreendido a partir dos sentidos – visão, tato, audição, olfato e paladar. A prática espacial, incorporando a dimensão material das atividades e interações sociais, devido a isso, toma parte desse espaço, relacionando as redes de interação e comunicação na vida cotidiana, bem como os processos de produção e demais elementos que articulam as atividades.

O segundo momento se relaciona ao espaço concebido. Resgata-se a dimensão do pensamento na concepção prévia do espaço e na articulação propositalmente ocasionada para a formação do conjunto, evidenciando questões próprias das áreas de conhecimento. O espaço concebido se relaciona à representação do espaço, ilustrando as imagens que o definem. Por essa lógica, as representações do espaço emergem no nível do discurso englobando teorias, descrições e definições que constituem o espaço como tal. Também, nesse momento torna-se ressaltada a dimensão do planejamento e da especialização, atuantes na concepção do espaço.

O último momento se relaciona ao espaço vivido. Com foco principalmente nas práticas cotidianamente desempenhadas pelos indivíduos, em suas múltiplas potencialidades conflitantes ou não em relação aos outros dois momentos, o “vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível” (Schmid, 2012, p.103). Os espaços de representação, assim, retratam a dimensão simbólica do espaço, englobando tanto os espaços propriamente ditos, quanto o processo de criação de conexões entre os símbolos e sua produção.

Lefebvre (1991) adiciona que a produção do espaço é “intimamente ligada à reprodução do modo de produção capitalista, englobando os níveis da reprodução biofisiológica familiar, da reprodução da força de trabalho e da reprodução ampliada das relações sociais de produção” (Bastos *et al*, 2017, p.254). O espaço abstrato (Lefebvre, 1991),

como correspondente às expressões espaciais do trabalho abstrato gerado pela produção capitalista e controladas pelo Estado moderno, em seu papel controlador, opera por três características centrais: a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização.

Em relação à homogeneização, o espaço abstrato atua na negação das diferenças, ainda que elas não sejam eliminadas por completo. A fragmentação, por sua vez, diz respeito ao espaço que é ocupado pelas propriedades privadas, segregadas em função formal. A hierarquização, por fim, é dimensionada no espaço abstrato pelas formas de organização e de dominação que se dão na relação centro-periferia. O espaço abstrato é “ocupado, controlado e orientado para a reprodução das relações sociais de produção, ele consolida uma lógica burocrática de controle e repetição” (Bastos *et al*, 2017, p.254). Logo, as contestações espaciais provenientes de outras lógicas se dispersam da construção da organização espacial no espaço abstrato, privilegiando a reprodução de formas de produção e contradições originárias do capitalismo.

Ainda assim, podemos pensar nos espaços recorrendo ao caráter contestatório e do potencial de transformação prática e política de suas representações, dinâmicas e ações em diferentes escalas. Lefebvre (1991) chama atenção para o espaço diferencial como contraprojeto que visa “restituir os diferentes usos possíveis do espaço, isto é, a possibilitar a apropriação espacial contra a homogeneização patogênica de um espaço racionalizado, coercitivo, hierárquico, comandado pela lógica capitalista e estatal” (Bastos *et al*, 2017). O espaço diferencial se dá pelas contradições do espaço abstrato, por meio de relações sociais originadas pelas dinâmicas de homogeneização, fragmentação e hierarquização e que radicalizam os usos dos espaços em suas qualidades múltiplas a partir das práticas cotidianas que demarcam a diferença espacial. O espaço diferencial é aquele que “religará o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social” (Lefebvre, 1991, p. 64, tradução nossa).

Os movimentos sociais tomam parte relevante das explicações ao redor das transformações e contestações expostas sobre as contradições dos espaços (Lefebvre, 2009; Bastos *et al*, 2017). Isso, porque os movimentos sociais ilustram que o espaço não é apenas subordinado à dimensão econômica, dada pelo valor de troca, e nem pode ser reduzido ao caráter instrumental dado à sua dimensão política e homogeneizante (Bastos *et al*, 2017). Em razão de:

Tal qual o tempo, o espaço é um protótipo perpétuo do valor de uso que resiste à generalização do valor de troca e do trabalho sob o capitalismo. Ainda que não tenham o caráter contínuo e institucionalizado do trabalhismo, a pressão desses movimentos aponta para a explosão de todos os espaços impostos, para a produção de um espaço autogerido pelos “interessados” (Bastos *et al*, 2017, p.254).

Apesar das tendências à homogeneização, à fragmentação e à hierarquização, o espaço, como produto social, consegue interagir com as distintas dinâmicas da sociedade. Enquanto as manifestações próprias do espaço abstrato buscam reforçar hegemonias, comandadas por atores centrais nos processos produtivos capitalistas, as manifestações do espaço diferencial se dão às margens dos processos de produção, chamando atenção para atores e práticas distintas, exploradas pelo componente criativo e cotidiano presente na interação entre pensamento e ação social (Lefebvre, 1991; Schmid, 2012; Brenner, 2018).

As estratégias associativas, a exemplo das comunidades intencionais, parecem dar sentido às dinâmicas contestadas pela expressão do espaço diferencial. Representando solidariedades singulares que redefinem a participação e o bem comum por meio de práticas construídas e experimentadas (Cohen, 2007), ao mesmo tempo em que são desenvolvidos no espaço a partir de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de autoidentificação (Castells, 1999), as formas associativas admitem configurações espaciais distintas que redefinem questões de distribuição e poder. Ao mesmo tempo, por sua própria distinção, essas formas detêm a expectativa e o potencial de que, mediante a reinvenção do espaço, sejam representadas também mudanças fundamentais nas relações de poder que as configuram, mostrando de modo claro as oportunidades importantes na compreensão da estruturação política destes espaços e que potencialmente detém capacidades de inovação.

Buscando nortear as discussões ao redor dessas interações, esta seção se divide em dois momentos. Primeiro, são exploradas as naturezas cotidiana e criativa da escala local do espaço, a fim de evidenciar como esses elementos se relacionam na produção de cidadania (Castells, 1992; Friedmann e Douglass, 1998; Holston, 1999; Rocco, 2000; Magnusson, 2000; Garber, 2000; Isin, 2000). Depois, recupera-se uma visão orientada para as práticas estabelecidas nos espaços (Gago, 2018; Souza, 2010; Bey, 1991) e como elas se organizam na produção do comum (Dardot e Laval, 2015; Tonucci, 2015).

2.2.1 Totalidade, cotidianidade e localidade: dinâmicas espaciais de cidadania

A realidade social é marcada por contradições e somente pode ser entendida a partir do reconhecimento dessas contradições (Lefebvre, 1991; Schmid, 2012). A vida cotidiana, assim, é central para revelá-las na medida em que aponta para imagens e conotações presentes nas ações corriqueiras que incorporam os símbolos tomados como base para o imaginário social. Por uma proposta de fenomenologia materialista (Schmid, 2012), Lefebvre (1977) reconhece na produção do espaço uma tridimensionalidade que aponta para uma troca constante entre a experiência material, recorrendo as práticas, e o simbólico, por meio dos signos e dos discursos, de modo que a ação e a teoria sejam apreendidas juntas como um terceiro elemento.

Acompanhando os movimentos sociais presentes na década de 1970 e que apontavam para um esgotamento do modelo fordista e demandavam por mais autonomia e participação, Lefebvre (2014a) entende que a “práxis política radical não é apenas uma transcendência de formas herdadas de dominação, também surge de transformações do cotidiano” (Ronneberger, 2008, p.134, tradução nossa). O cotidiano, além de ser a categoria central para a interação entre a economia e as experiências individuais, permite uma valorização das subjetividades, chamando a atenção para a exploração de espaços que direcionem maior autonomia e criatividade, considerando não exclusivamente as dinâmicas de reprodução, observadas em análises sistêmicas e motivadas pelas hegemonias, como as formas de produção que constroem as ações coletivas nas sociedades, avançando para além da economia política.

Contra a ideia de que as dinâmicas cotidianas estarão inevitavelmente no campo da reprodução das dinâmicas hegemônicas, e em recusa à retirada das capacidades cotidianas “de se proporem totais, contribuindo para uma espécie de imobilismo crônico das práticas ou mesmo para uma noção de estabilidade inercial do cotidiano” (Fernandes, 2021, p.151), Lefebvre (2014) revela a necessidade de retomada da análise cotidiana para a compreensão das mudanças existentes no campo do possível, de modo a retirar as supostas estabilidade e imutabilidade da realidade. A vontade de totalidade, igualmente entendida como, a vontade de abstração (Lefebvre, 2014; Goonewardena, 2008), aparece de forma crítica em relação à continuidade do impulso à universalidade trazido pelas hegemonias do espaço abstrato, demarcando um “movimento estratégico e programático que busca reabilitar uma compreensão transformadora das práticas da vida cotidiana” (Fernandes, 2021, p.150). Isso, visto que:

Lefebvre reconhece a íntima relação entre conhecimento e poder, mas se recusa a conceber esse poder como essencialmente próprio daqueles que atualmente dominam o conhecimento enquanto atividade institucional (Estado, Igreja, Ciência, etc.) (...) Se toda prática humana que ganha uma forma mais ou menos definida

durante seu desenvolvimento cotidiano se projeta ao nível total, caberia interrogar o que é que impede que essas práticas, que não apontam para atividades já constituídas em termos hegemônicos (burocracia, tecnocracia, racionalismo, etc.), se constituam também enquanto totalidade (Fernandes, 2021, p.150-151).

A busca pela totalidade não revela necessariamente uma condição de superação das contradições, mas uma tentativa de ultrapassar a alienação reproduzida pelas dinâmicas hegemônicas e que restringe as possibilidades de ação criativa e dissidente. A alienação, interpretada não como teoria, mas como resultado e ação, possui o objetivo de levar o indivíduo a “excluir sua existência viva em favor de uma verdade, e definir-se por essa teoria ou se reduzir às abstrações” (Lefebvre, 2014a, p.312, tradução nossa). A vontade de totalidade, ao contrário, evidencia a resistência presente e as oportunidades para ações e interpretações críticas que apontam para outros significados.

Sem uma perspectiva sobre a totalidade, para Lefebvre (2014), os processos e as dinâmicas sociais aparecem de forma fragmentária, sem que sejam exploradas sua coesão e estruturação. De toda forma, ainda que com a inclusão da perspectiva de totalidade haja o risco de que as dimensões críticas sejam enfraquecidas pela busca por uma ação articulada e coesa, “uma vez que tenha assumido uma forma definida na prática social, cada atividade humana deseja o universal. Ela aspira à universalidade. Ela quer ser total” (Lefebvre, 2014a, p.329, tradução nossa). As totalidades fragmentárias (Lefebvre, 2014b), mobilizadas pelas diferentes apropriações que subvertem ou contestam a ordem hegemônica, tornam concretas as implicações do conceito de alienação, evidenciando os papéis críticos e efetivos da negatividade dialética. Pois, “é precisamente por se proporem totais que podemos transformar os resíduos, deixados de lado durante o processo de sua constituição, em ferramentas de crítica da própria totalidade fragmentária” (Fernandes, 2021, p.154).

Ao mesmo tempo, Castells (1996) aponta para o fato de que, enquanto as zonas de poder e riquezas são projetadas de forma global, as experiências cotidianas e a vida da população são assentadas nas localidades, na cultura e na história. Mesmo que haja uma tendência homogeneizante sobre as dinâmicas sociais de forma global, mediadas pela consolidação do capitalismo, existem experiências locais e que apontam para formas distintas de ação e construção social, política e econômica. Nesse movimento, a sociedade civil e o Estado requerem um sistema econômico para reprodução de suas existências materiais, enquanto os sistemas econômicos precisam do apoio do Estado e das formas de cooperação

social e cultural para serem reproduzidos, dependendo de uma consolidação polivalente (Friedmann e Douglass, 1998).

No entanto, para além das dinâmicas de reprodução, a sociedade civil detém valor sobre a vida social para além do que é alcançado pelo Estado e pelos sistemas económicos, jogando luz sobre histórias compartilhadas, memórias coletivas e normas de cultura mútua e solidariedade importantes para a interpretação da construção do espaço e das relações nele estabelecidas (Castells, 1972). O espaço define e é definido pelas relações proporcionadas em diferentes instâncias sobre as estruturas social, económica, política e cultura desempenhadas em seus contextos. Por consequência, o espaço é sempre tanto uma forma social quanto resultado de uma conjuntura histórica, apresentando as condições de realização de reprodução de poder em relação ao trabalho e quais as implicações dessas contradições e disputas na construção espacial. Diante disso, as dinâmicas de cidadania estabelecidas nos diferentes espaços destacam relações importantes entre o espaço e a sociedade. Pois:

Cidadão é um termo político que reconhece (a) uma unidade territorial organizada para uma vida em comum – uma comunidade política; (b) os direitos e obrigações de membros desta política – os cidadãos – e sua reivindicação, legitimada pela teoria democrática, de ser o soberano dessa política à qual o estado deve prestar contas; e (c) o direito dos cidadãos de reivindicar novos direitos para si. Cidadania nesta visão implica uma teoria – uma teoria normativa – de organização política (Friedmann e Douglass, 1998, p.1, tradução nossa).

Podemos observar nos processos de cidadania contemporâneos interações entre o espaço e a busca por ampliação dos direitos a partir de três reivindicações centrais, expressas por: (a) o direito à voz; (b) o direito à diferença; e (c) o direito ao florescimento humano (Friedmann e Douglass, 1998). O direito à voz representa uma luta democrática pela inclusão dos cidadãos nos procedimentos democráticos, buscando também por *accountability* e o direito dos cidadãos de serem consultados e ouvidos em assuntos que tenham relação aos interesses do grupo e às preocupações em relação ao espaço e a vida da comunidade. Assim, o direito à voz reflete os processos e as formas de engajamento e participação cidadã, buscando entender no espaço como são as dinâmicas que permitem o alcance dos fins desejados pelo grupo.

O direito à diferença expressa as lutas sociais por políticas públicas que são capazes de reconhecer o valor das identidades coletivas construídas pelos diferentes grupos que fazem parte da sociedade civil, buscando superar as tendências homogeneizadoras tomadas para a

compreensão da sociedade. Tal direito, é importante por reconhecer as diferenças sobre os interesses e perspectivas materiais e ideológicas expressas pelos grupos em suas formas territoriais, especialmente, marginalizados, nas discussões sobre promoção de política.

O direito ao florescimento humano diz respeito ao próprio fortalecimento das democracias a partir de lutas que buscam acessar as bases materiais de poder social, por meio de contestações sobre habitação, trabalho, saúde e educação, meio ambiente e recursos financeiros. É válido notar que “todas essas são reivindicações e lutas contra o Estado, não para derrubá-lo ou substituí-lo, mas transformá-lo de forma que sirva a todos os seus cidadãos, e especialmente aos menos poderosos, como ideologia e intenção, bem como prática real” (Friedmann e Douglass, 1998, p.2, tradução nossa).

As comunidades intencionais, ao enfatizarem o viver conjuntamente ou o compartilhamento de recursos a partir de valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994), evidenciam como seus membros espacializam o exercício e a defesa de seus interesses e vontades, oportunizando, hipoteticamente, o fortalecimento de espaços de cidadania insurgente (Friedmann e Douglass, 1998). Na medida em que estes interesses são expressos, as vozes dos participantes são amplificadas e práticas que correspondam a estes anseios desenvolvidas, materializando as identidades coletivamente construídas pelos grupos. Em alguns desses casos, sinalizamos ainda a expectativa de que se faça possível localizar o florescimento humano a partir da correspondência dos valores e interesses defendidos pelas comunidades intencionais às práticas estabelecidas em lutas que buscam acessar as bases materiais de poder social, por meio de contestações sobre habitação, trabalho, saúde e educação, meio ambiente e recursos financeiros, contribuindo para o fortalecimento das democracias.

Consideramos as dificuldades trazidas à esfera pública, enquanto lugar-comum, quando um dos principais objetivos de expansão dos direitos e da cidadania é de trazer as particularidades e as diferenças para o centro da questão política, chamando atenção para quatro tipologias associadas aos reflexos, no espaço, dessas ações em disputa (Garber, 2000). No primeiro caso, “os indivíduos agem a partir do espaço, porque suas identidades, experiências e interesses estão materialmente ligados ao espaço” (Garber, 2000, p.402, tradução nossa). Os elementos que fazem parte da contestação ajudam as pessoas a se guiarem sobre formas de ocupação e uso do espaço, de maneira a sinalizar as diferenças apresentadas pelo grupo. As ocupações informais nas cidades, por meio de guetos e favelas, são trazidas

como exemplos que sinalizam formas de ocupação particulares e que evidenciam dinâmicas de exclusão, dribladas por práticas cotidianas materiais de resistência.

No segundo caso, “as pessoas agem sobre os espaços para torná-los ‘particulares’, para moldarem física ou simbolicamente seu caráter ou para controlarem o escopo dos conflitos sobre as características de pertencimento àquele espaço” (Garber, 2000, p.403, tradução nossa). Destacamos como exemplo a ideia de *queerspaces* (Ingram, Bouthillete e Retter, 1997). Nessas dinâmicas, membros da comunidade *queer* agem intencionalmente, por meio de práticas sociais, políticas, econômicas, culturais e sociais, na demarcação de espaços físicos que tornem clara a identidade de pertencimento do grupo, ilustrando, de forma prática, os símbolos e valores compartilhados e que oferecem o caráter ao espaço.

O terceiro caso carrega as dinâmicas em que as pessoas “agem no espaço, no sentido de que o espaço físico é um recipiente temporário para as concepções abstratas da esfera pública” (Garber, 2000, p.403, tradução nossa). É diante disso que Garber (2000) recupera a perspectiva trazida por Mitchell (1996) sobre como os protestos situados em espaços públicos subvertem as lógicas espaciais concebidas e, ainda que de forma efêmera, representam espaços onde novos interesses são imaginados e demandados.

O quarto e último caso é construído ao passo em que “as pessoas criam o espaço, promovendo as junções entre os espaços metafóricos e a política” (Garber, 2000, p.403, tradução nossa). A esfera pública atua, portanto, na criação de oportunidades e incentivos para a própria expansão de seu escopo. Como exemplo, notamos as organizações de mulheres no Canadá durante a década de 1990 para a criação de espaços de proteção e educação a respeito da violência doméstica, justamente pela capacidade de transformar o espaço e estimular para que outros atores e práticas sejam fortalecidos (Garber, 2000; Andrew, 1995).

O convite deixado pela abordagem espacial sobre as formas de ação, reconhecimento e participação na esfera pública leva ao entendimento de que “a política não é abstrata se ela pode ser identificada pelos cidadãos como uma forma política plausível” (Garber, 2000, p.406, tradução nossa). Pois, mesmo que enquanto manifestações do espaço abstrato:

Dentro de meus esboços sobre as quatro esferas públicas e os direitos dos cidadãos, as liberdades e as oportunidades de participação política aparecem com destaque. Uma característica central dessas dimensões da cidadania é o fato de que elas possuem um caráter fortemente não abstrato ou simbólico, ou seja, não são simplesmente disputas sobre significados ou representações. Mesmo abstrações como o direito à fala ou ser permitido a ficar sozinho nos espaços públicos da cidade se manifestam enquanto atividade concreta (reunindo, passeando, beijando) ou como um diálogo ao qual as pessoas pudessem participar e acompanhar a partir de

atividades como falar, ouvir, ler, escrever ou assistir (Garber, 2000, p.405, tradução nossa).

Isso significa dizer que, ao contrário do apontado por Lefebvre (1991) sobre o político enquanto um campo estrito ao Estado que por sua vez atua ao serviço do capital, e concordando com Magnusson (2000) que destaca que frequentemente objetos de análise são construídos de forma abstrata, naturalizando a prática de agentes políticos, novas formas de articulação e organização civil podem tomar parte do campo político. Sendo, assim, relações e significados sobre a cidadania possuem qualidade em si, justamente pelas capacidades de articulação e construção de realidades possíveis (Garber, 2000).

Notam-se, aqui, sob o espaço diferencial, os espaços de cidadania insurgente, descritos por Holston (1999), como aqueles em que a ordem dos discursos dominantes do Estado e do capital são subvertidos ou evitados, demonstrando forte caráter de resistência e de novas construções políticas, sociais, culturais e econômicas. Ao mesmo tempo, considerando que o espaço define e é definido pelas relações em diferentes instâncias sobre as estruturas sociais desempenhadas naquele contexto (Castells, 1972), o espaço é sempre tanto uma forma social quanto resultado de uma conjuntura histórica, apresentando as condições de realização de reprodução de poder em relação ao trabalho e quais as implicações culturais dessas contradições e disputas na construção espacial e das relações de cidadania subscritas.

Nessa perspectiva, as estratégias espaciais associativas permitem articular contestações e reivindicar direitos, alcançando maior durabilidade, permanência e continuidade (Isin, 2000). O espaço reivindicado pelas associações, portanto, exprime caráter simbólico e material para expressão de suas demandas, pois:

Essas abordagens, então, sugerem uma forma de expandir o conhecimento teórico e parâmetros conceituais das noções de cidadania e reivindicações de direitos que permitem um nível de especificidade analítica e empírica que pode explicar as novas estratégias de inclusão política e reivindicações de direitos enraizadas na estratégias e práticas associativas caracterizadas por relações de confiança, reciprocidade e intercâmbio mútuo desenvolvido dentro dos espaços tomados pela sociedade civil em resposta aos efeitos da globalização. Essas redes associativas funcionam dentro de ambientes institucionais muito específicos ou 'lugares' que intermediam o relacionamento entre a família e as instituições que controlam os recursos primários de poder econômico, político e cultural (Rocco, 2000, p.355, tradução nossa).

Além disso, valendo-se das prerrogativas trazidas sobre a influência da localidade nos arranjos sociais e que organizam o espaço e as demandas sobre direitos e cidadania, Isin (2000) reconhece que as dimensões usualmente exploradas sobre as organizações locais,

como o foco nas autoridades, nas capacidades de autonomia, na taxaço e na representaço, possuem apelo à racionalidade institucional, negligenciando outros tipos de racionalidade que evidenciam formas particulares de organizaço de base societal. O autor enfatiza cinco racionalidades presentes de forma abrangente nas formas de organizaço social local: a lealdade, a virtude, o civismo, a disciplina e a subsidiariedade.

Em relaço à lealdade, privilegiam-se as capacidades do indivíduo de identificaço ao espaço e como esse processo leva à construço de laços de lealdade (Durkheim, 1890; Tönnies, 1957; Isin, 2000). A virtude por sua vez expressa o engajamento dos cidadãos na política, pela ideia de que as condutas a serem tomadas pelo indivíduo não só são refletidas e conduzidas pelos outros, como também compõem parte de seus direitos e obrigaço (Mill, 1861; Tocqueville, 1966; Isin, 2000). Sobre o civismo, destacam-se as açoes que fazem com que os cidadãos se orientem a partir das dinâmicas cotidianas, tornando os cidadãos governáveis (Arkes, 1981; Strauss, 1964; Rousseau, 1962; Isin, 2000). A disciplina, amparada pelas três racionalidades anteriores, soma-se à liberdade para estabelecer limites sobre o que pode ser exercido e por quais atores, definindo quem são os cidadãos e quem são os não-cidadãos (Frug, 1980; Gierke, 1900; Maitland, 1898; Isin, 2000). A subsidiariedade revela os relacionamentos entre o Estado e o espaço, em especial pela forma das cidades, na entrega dos serviços públicos aos cidadãos (Tiebout, 1956; Boyne, 1998; Isin, 2000).

O cotidiano é importante por evidenciar as tentativas de totalidade, que, por sua vez, possuem valor crítico sobre o caráter alienante das relaçoes sociais, chamando atenço para algo de novo a ser explorado. Nas açoes cotidianas, a criatividade e a subjetividade atuam no espaço social para a ambientaço de relaçoes particulares e que trazem novos significados. Recorremos à escala local para resgatar os imaginários e as realidades que expandem as capacidades de açao dos atores. Nessas oportunidades, os espaços de cidadania insurgente viabilizam articulaçoes e contestaçoes que alcançam maior durabilidade, permanência e continuidade, trazendo à tona a concretude necessária à materializaço das abstraçoes ensejadas pelas múltiplas associaçoes na esfera pública.

2.2.2 Em busca do comum: as práticas do desvio no espaço

Entre o espaço abstrato e o diferencial se dão as práticas espaciais do desvio (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017). O desvio “deve ser estudado como prática intermediária

entre a dominação e a apropriação, entre a troca e o uso. Opô-lo à produção ou dissociá-lo dela é desconhecer seu sentido” (Lefebvre, 1991, p. 425, tradução nossa). Além disso, as práticas espaciais do desvio revelam proposições pragmáticas e orientadas para o uso do espaço, diferenciando-se das apropriações pelo projeto de “mudar a vida, mudar a sociedade, orientando a reflexão para a assimilação dos erros e acertos das comunidades políticas, efêmeras ou duradouras, que, neste momento, tentaram inventar uma vida nova por meio de um espaço novo” (Bastos *et al*, 2017, p.255). Assentadas sob uma perspectiva de liminaridade, podemos pensar nos ritos de passagem que acompanham as mudanças sociais provocadas pelas práticas de desvio, por três fases sequenciais: a separação, a margem ou o limen e agregação (Turner, 1977).

A separação e a agregação se dão pelos signos sociais presentes de forma clara em suas etapas, “porém, a etapa intermediária é marcada por imprecisão e ambiguidade: na transição, há um domínio da cultura em que os atributos do estado passado e do que está por vir ficam em suspenso.” (Meira, 2014, p.117). O lugar intermediário, na fase marginal, revela um percurso que é transição e modo de vida, fazendo da própria liminaridade um modo de interação social que revela as questões contestadas.

É importante o reconhecimento de que:

O modo de interação típico dos liminares é um espírito comunitário de irmandade e solidariedade chamado “*communitas*” (TURNER, 1974), que ganha existência em lugares sociais especificamente liminares: nos interstícios, nas bordas e por baixo da estrutura – liminaridade, marginalidade e inferioridade têm a mesma carga ontológica. A forma de vida liminar é comunal e não hierárquica, transcende distinções de grau, idade, parentesco e, até mesmo de sexo, em certos grupos de culto pagão. Sua existência, porém, é efêmera, ensejando “desdobramentos estruturais, em que as relações livres entre indivíduos se convertem em relações normativas governadas por pessoas sociais” (TURNER, 1969, p. 132). A *communitas* “espontânea” ou “existencial” não tem forma social duradoura, “ao contrário, espera-se que surja nos intervalos entre os encargos das posições e condições sociais, naquilo que se costuma conhecer como ‘os interstícios da estrutura social’” (TURNER, 1974, p. 168) (Meira, 2014, p.117-118).

Inerte em contextos de incerteza e mudança social, balizados por relações de criatividade, a *communitas* carrega a organização social por meio de uma relação de indivíduos concretos que se veem como seres humanos totais, e não segmentados em funções e status (Turner, 1974). Enquanto antiestrutura, a *communitas* vocaliza as estratégias presentes na liminaridade do fluxo da vida, tornando a ação estrutural árida e mecânica

(Turner, 1974), e buscando por alternativas as quais o corpo social tenha maior autonomia e agência.

Simultaneamente, é possível pensarmos nestes espaços de dissenso enquanto o espaço do comum (Dardot e Laval, 2015; Tonucci e Magalhães, 2017; Tonucci, 2015). O comum, enquanto princípio político, exterioriza, por diferentes práticas fundamentadas pela coatividade e pela coobrigação que produzem regras de responsabilização e anuência, uma construção política coletiva que reconfigura e pactua as relações sociais por noções maiores de liberdade, participação e democracia direta (Dardot e Laval, 2015). Essas práticas revelam estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social que apontam para a recuperação da criatividade e da produção enquanto valores na ação coletiva e cotidiana.

Algumas experiências práticas ilustram as tentativas de mudanças sociais promovidas por grupos autogeridos em prol de contestações e reflexões sobre modos de vida, como podemos encontrar nas comunidades intencionais a partir de suas definições e perspectivas. Estes espaços de desvio (Lefebvre, 1991) são importantes por resgatarem a capacidade criativa dos agentes, que, inertes em ambiguidades referentes ao movimento liminar de transformação social (Turner, 1994), apresentam estratégias de ação variadas. O comum (Dardot e Laval, 2015), como horizonte e princípio político, ajuda-nos a visualizar como essas estratégias que reconfiguram as relações sociais, por meio de antiestruturas que apostam em maior autonomia (Castoriadis, 1992) e que contrariam a ação árida e mecânica estruturalmente dada pela estrutura ao corpo social (Turner, 1974), interagem às formas associativas e contestatórias.

As práticas espaciais emancipatórias, como aquelas que têm servido “à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao governo, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente” (Souza, 2010, p.23), ilustram, de maneira geral, tentativas de espacializar o projeto de autonomia das sociedades, distanciando-se das leis e normas que regulam a vida social por meio dos espaços heterônomos cujas práticas são caracterizadas pela imposição do poder explícito e implícito de políticas coercitivas. Dentre as práticas espaciais emancipatórias desempenhadas pelas estratégias espaciais associativas, como as comunidades intencionais, destacam-se ações voltadas à criação material e simbólica de espaços que correspondam aos valores, anseios e perspectivas sustentados pela associação. Além disso, as comunidades intencionais influenciam a

construção de redes espaciais que, por meio de uma práxis espacial contestatória e dissidente buscam integrar autonomia, horizontalidade e liberdade em busca de novas interpretações sobre o poder.

É relevante notar, ainda, que, autonomia e liberdade interagem nessas práticas ao reforçar instâncias reflexivas sobre ações desempenhadas no espaço e permitir a compreensão das ações realizadas pelo indivíduo quando considerado em sua unidade, ou de forma conjunta, por grupos. A autonomia, em vista disso, faz-se presente em ações diretas e insurgentes que somente fazem sentido se “eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa também é a minha lei” (Castoriadis, 1992, p.132). Os processos de autoenclausuramento ou separatismo que conquistam relativa autonomia às custas de uma heteronomia em escala mais ampla, tais como condomínios privados, não representariam os processos de transformação emancipatória, mas sim uma usurpação da autonomia. Notamos essa situação, por exemplo, a partir das restrições aos indivíduos nos condomínios considerando os papéis atribuídos aos moradores e prestadores de serviço, cujas ações não operam com reflexividade. Juntamente, a reprodução de dinâmicas do espaço abstrato nestas formas retira o caráter liminar e experimental de suas práticas, não fazendo sentido que sejam lidas enquanto expressões do espaço diferencial.

As transformações espaciais advindas do espaço diferencial, bem como suas implicações políticas, podem ser observadas a partir das dinâmicas presentes no corpo social na construção dos significados e das práticas que revelam os sentidos das interações, demarcando a centralidade da dimensão propositiva do corpo social (Gago, 2018), pois:

O social, quando entendido como uma instância de demandas a serem atendidas, reparadas e consertadas, reduz a dinâmica coletiva autogerida a uma posição passiva, majoritariamente vitimista, negando as capacidades produtivas imediatas das organizações. A consolidação de uma leitura (politicista) a partir dos grupos hegemônicos acaba por falhar em dos sentidos. Primeiro, ao negar a forma política elaborada pelos grupos marginalizados, ela perde informações, senso de oportunidades e até mesmo os caminhos possíveis. Em segundo lugar, não é efetiva na criação de uma ilusão sobre uma consistência impossível: a imagem de uma hegemonia onipotente para o Estado, que é, mais do que tudo, uma nostalgia (Gago, 2018, p.233, tradução nossa).

Devemos reconhecer nas relações de produção espacial tanto os movimentos oriundos de um grupo hegemônico, que pressiona as dinâmicas sociais, políticas e econômicas, “por cima”, como também de atores em resistência, que atuam “por baixo”, por intermédio de práticas que contestam a ordem estabelecida com o auxílio do desejo e da ironia, construindo

lógicas próprias. Ao segundo momento, expresso no espaço diferencial, são reconhecidas as pragmáticas vitalistas (Gago, 2018), indicando que os agentes à margem das dinâmicas econômicas e políticas não são inanimados, alienados ou passivos, mas portadores de desejos e articuladores de suas vontades. Nesses espaços, não se pode atribuir um ideal anticapitalista *a priori*, apesar de que as forças hegemônicas sejam contestadas, apresentando diferentes modos de produção, distribuição e consumo por meio da autogestão. Sobre esses projetos, destacam-se tanto as capacidades de expressão de lógicas e modos de vida particulares quanto a capacidade de negociar com instituições políticas tradicionais e modelos abrangentes de mercado.

A resposta dos populares aparece, primeiro, por uma lógica barroca que disputa a ideia de progresso, em seu significado acumulativo, hegemônico e linear, expandindo o campo para a investigação de outros valores e forças presentes na construção do desenvolvimento (Gago, 2018). Segundo, e em uma expansão da lógica barroca, essas respostas surgem como uma pragmática vitalista que revela a presença de ações e razões que contestam o *homo economicus* reforçado pelo imaginário liberal. Portanto, a estratégia tomada pelos populares apresenta um *conatus*: “uma forma de conquistar o tempo e o espaço em condições cujo tecido social é confrontado com desapropriações cada vez mais rápidas e violentas, lógicas extrativas e expulsões” (Gago, 2018, p.235, tradução nossa).

Diante do desafio de se pensar em conquista de tempo e espaço, as Zonas Autônomas Temporárias (TAZ) podem representar também essas ilhas de ação em redes socioespaciais, buscando alternativas ao mundo hegemônico, não como forma de substituição ao Estado, mas por experiências liminares que não se finalizam em si mesmas, lidando com dinâmicas típicas dos cotidianos para sua estruturação e efervescência. Como estruturas abertas, as TAZ se recusam formas hierárquicas ou tradicionais, privilegiando ideias de ajuda mútua (Kropotkin, 2009), e são tomadas pelo nomadismo psíquico, enquanto tática, que evidencia uma busca e construção estratégica de um lugar melhor (Bey, 1991).

Além disso, as TAZ não são criadas com um propósito funcional pré-estabelecido, admitindo abordagens criativas para a incorporação de movimentos de mudança e ritmos de intensidade que chamam atenção às formas aos quais os espaços se estabelecem e as práticas são vivenciadas. De modo singular, “as TAZ podem envolver táticas de violência e defesa, mas sua maior força está em sua invisibilidade” (Bey, 1991, p.99, tradução nossa). Intermediada pela tática de desaparecimento, as TAZ representam formas de resistência e

enfrentamento nas escalas cotidianas, mostrando claramente as instituições de modos de vida e organização que afirmam a perda de significado de um poder hegemônico, que é visto como simulação. A ação pragmática pois:

Conforme eu leio, o desaparecimento parece ser uma opção radical muito lógica para o nosso tempo, sem a incorporação de desastres ou mortes para os projetos radicais. Ao contrário da mórbida interpretação niilista com tendências suicidas da teoria, a minha pretende explorá-la em busca de estratégias úteis na sempre e contínua "revolução da vida cotidiana": a luta que não pode cessar mesmo com o último fracasso da revolução política ou social, porque nada, exceto o fim do mundo, pode trazer um fim para a vida cotidiana, nem para nossas aspirações pelo bem coisas, para o Maravilhoso. E como disse Nietzsche, se o mundo poderia chegar ao fim, logicamente teria acabado; então existe ou não existe. E assim, como disse um dos sofistas, não importa quantos goles de vinho proibido bebemos, levaremos esta sede furiosa na eternidade (Bey, 1991, p.126, tradução nossa).

A invisibilidade resgata nas TAZ algo que é próprio do movimento liminar das práticas espaciais de desvio e que revela a vontade de totalidade de formas espaciais associativas, como as comunidades intencionais. São essas experiências de reconstrução e reimaginação dos modos de vida que evidenciam não apenas a vontade de alterar os paradigmas estruturados pelo poder de forma hegemônica, mas também as ações cotidianas substituindo os espaços de mediação tradicionais. Por esse movimento pragmático, ao passo em que as instituições e normas hegemônicas enfrentam forte rejeição, também são apresentadas alternativas, materiais e simbólicas, que expressam de forma concreta os interesses, objetivos e valores compartilhados.

Notamos, mediante a apresentação de alternativas, as possibilidades de produção de espaços de democracias, observados pelos espaços convidados, os espaços reivindicados e os espaços fechados (Asenbaum, 2023). Os espaços convidados são aqueles formatos participativos, como as assembleias e orçamentos participativos (Fung e Wright, 2001; Smith, 2009), que são criados por atores tradicionais ou com maiores capacidades de recursos, como o Estado, ONGs e agências públicas e que fomentam participação. Os espaços reivindicados partem da ideia de autoorganização em movimentos sociais e iniciativas civis (Polletta 2002; Della Porta 2009; Della Porta e Rucht 2013). Os espaços fechados são aqueles que representam as participações institucionais cujos acessos são restritos e somente conseguidos a partir de legitimação pública, como eleições (Cornwall, 2004; Gaventa, 2006).

As formas espaciais associativas, quando guiadas pela sociedade civil e a exemplo das comunidades intencionais, parecem derivar do espaço reivindicado de democracia. Essas

formas, estabelecidas por desenhos e iniciativas difusas, geralmente possuem vida curta e níveis emergentes de institucionalização, devido ao fato de que são os próprios ativistas que desenvolvem as regras sobre a tomada de decisão (Cornwall, 2002; Asenbaum, 2023). Além disso, esses movimentos incluem noções de igualdade, horizontalidade, reciprocidade e solidariedade como uma perspectiva de transformação que revela uma espécie de utopia democrática (Asenbaum, 2023).

Resumimos que os espaços diferenciais (Lefebvre, 1991), expressos pelo desvio com prerrogativas utópicas e de resistência por meio das práticas espaciais emancipatórias (Souza, 2010), da pragmática vitalista dos governados (Gago, 2018) e das zonas autônomas temporárias (Bey, 1991), chamam a atenção para iniciativas em que novas instituições são desenvolvidas e enraizadas no território e partilhadas entre os indivíduos, transparecendo as manifestações radicais e orientadas para uma permanência relativamente prolongada. Ao nos voltarmos à investigação desses espaços e suas respectivas práticas, tornando-as visíveis no espaço público, então, abrimos caminho aos possíveis percursos a serem percorridos pelo aprofundamento das democracias. Isso, pois, enquanto antiestruturas (1974), nesses espaços, geralmente são colocadas em prática, estratégias que exteriorizam uma busca pelo comum (Dardot e Laval, 2015), produzindo regras de responsabilização e anuência que caracterizam uma construção política coletiva por noções maiores de liberdade, participação e democracia direta.

É por uma expectativa de que as estratégias espaciais associativas representem práticas que incluam noções de igualdade, horizontalidade, reciprocidade e solidariedade, de modo a produzir espaços reivindicados de democracia (Asenbaum, 2023) que tomarmos as comunidades intencionais como objetos deste trabalho, motivados por suas dimensões e particularidades. Ao refletir sobre expectativas ao redor das práticas e dinâmicas, presentes em contextos sociais, políticos e econômicos, subexploradas em termos de suas capacidades explicativas, as comunidades intencionais, como pragmática vitalista (Gago, 2018), apontam para ações criativas e múltiplas originárias de atores marginais com efetivas capacidades de transformação e inovação. Localizamos algumas características dessas experiências no capítulo seguinte a partir da Fundação para Comunidades Intencionais (FIC).

3 A FUNDAÇÃO PARA COMUNIDADES INTENCIONAIS: ARTICULAÇÕES EM REDE E DIRETÓRIO GLOBAL

O presente capítulo se orienta à apresentação do recorte amostral que dá suporte à pesquisa, necessário para a proposição das categorias analíticas. Primeiro, é desenvolvida uma breve recuperação histórica da Fundação para Comunidades Intencionais (FIC). Em seguida, são levantados os principais indicadores presentes na FIC para o acompanhamento das comunidades intencionais, visando a construção de um panorama estatístico-descritivo sobre as comunidades intencionais a suas dimensões. Também, são realizadas análises sobre os discursos produzidos pelas comunidades intencionais da FIC. Essas análises são apresentadas a partir de uma Nuvem de Palavras, e de Análises Lexicográfica, da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e de Similitude. A terceira seção, por meio das reivindicações das comunidades intencionais, recupera suas ambivalências visando explorar as oportunidades de transformação deixadas por essas experiências às democracias, bem como suas ameaças.

3.1 Origem e formação

A Fundação para Comunidades Intencionais (FIC), em inglês: *Foundation For Intentional Communities*, anteriormente, *Fellowship of Intentional Communities* “Associação de Comunidades Intencionais” e, ainda antes, *Fellowship for Intentional Community* “Associação para Comunidades Intencionais”, é uma organização sem fins lucrativos sediada na *Dancing Rabbit Ecovillage* no município de Rutledge, no estado do Missouri, nos Estados Unidos. A FIC é responsável por organizar e publicar o Diretório de Comunidades Intencionais, no qual reúne informações sobre todas as comunidades intencionais, de forma global, que se associam à Fundação, operando sob este formato desde 2019. Apesar da abrangência global, é importante notar que a grande maioria das comunidades intencionais que fazem parte da FIC se encontra nos Estados Unidos, direcionando os dados para formas de apresentação e organização que privilegiam a leitura trazida pelas comunidades estadunidenses, ainda que o movimento trazido pelas comunidades intencionais se apresente de forma múltipla e difusa.

Ao mesmo tempo, a FIC produz uma ampla gama de materiais de referências para o estabelecimento das comunidades sobre diversos temas – organização, habitação, produção, contabilidade, direitos, modos de tomada de decisão, entre outros –, além de promover cursos, encontros, seminários e demais eventos que periodicamente reúnem os participantes de distintas comunidades intencionais, articulando-os em redes. Esses materiais não só impulsionam as comunidades a operarem mediante as alternativas trazidas pela organização, mas também apontam para os valores presentes durante as proposições e que constituem os significados defendidos pela FIC ao incentivar o desenvolvimento de comunidades intencionais. Com o objetivo de apresentação de um breve histórico sobre a formação da FIC, notamos três momentos, acompanhando as transformações de nomenclatura, sendo eles descritos pelos períodos referentes a: (a) Associação para Comunidades Intencionais; (b) Associação de Comunidades Intencionais; e (c) Fundação para Comunidades Intencionais.

3.1.1 Associação para Comunidades Intencionais (1949 – 1986)

Originalmente, a Associação para Comunidades Intencionais foi inspirada pelas contribuições de Arthur Ernest Morgan, apontado por Franklin Roosevelt como principal autoridade do Vale do Tennessee (Miller, 1998). Morgan foi o vice-presidente da Associação Unitária Americana (AUA), formada por congregações estadunidenses e canadenses ao redor de princípios calvinistas, assim como o primeiro presidente da Associação para Educação Progressista, e, também, foi vice-presidente da Sociedade Americana de Engenheiros Civis.

Além disso, com o auxílio da *Community Service Inc*, fundada em 1940, Morgan passou a advogar pelo bem comum e a confiança mútua como princípios fundamentais de uma organização em sociedade, incentivando o ressurgimento de organizações comunais voltadas para associações diversas, englobando grupos familiares, religiosos, seculares, cooperativas e outros. A *Celo Community*, fundada por Arthur Morgan em 1936 em Burnesville, na Carolina do Norte e ainda vigente, estabeleceu, apesar de não ter sido formalmente reconhecido na época, o primeiro fundo comunitário de terras (CLTs – *Community Land Trusts*) (Morgan, 1942). Nesse espaço, de aproximadamente 505 hectares adquiridos pelo industrialista William Regnery, foi desenvolvida uma comunidade autogestionária, com regras e hierarquias próprias voltadas para a oportunidade dos membros de “desfrutarem de

uma vida que incluía expressão pessoal, amizade e cooperação entre vizinhos e cuidado apreciativo do ambiente natural” (Constituição da *Celo Community*, p.226, tradução nossa).

Com o sucesso da *Celo Community*, o espírito comunitário e a crença nas possibilidades de reorganização da vida coletiva na escala da comunidade impulsionaram o avanço de diferentes comunidades autogestionárias, culminando na formação da Associação para Comunidades Intencionais em 1949. Durante os anos de 1946 e 1947, as comunidades intencionais em operação se articulavam em Conferências Anuais para a troca de produtos agrícolas e artesanatos entre os assentamentos, em operações chamadas de Trocas Intercomunitárias. Durante esses eventos, os membros das comunidades também trocavam experiências e informações sobre as formas de gestão e modos de vida, fortalecendo a rede. A Associação somente tomou forma após o terceiro ano das Trocas Intercomunitárias na Conferência de Serviço Comunitário e Troca Intercomunitária, quando foi notada a necessidade de alinhamento entre as cooperações para uma economia alternativa eficiente (Andersen, 1997).

Foi no mesmo ano, em 1949, que o adjetivo intencional passou a tomar parte dessas comunidades, aludindo aos objetivos comuns de partilhamento e realização de trocas intercomunitárias (Andersen, 1997). Ao mesmo tempo, a escolha pela demarcação da intencionalidade nesses projetos buscou afastar ideias mais amplas de cooperação, experimentalismo e utopia, já que os termos não conseguiam refletir sobre as dimensões de proposição e compromisso fomentadas pela alternativa trazida pelos membros (Morgan, 1988).

Dez anos depois da fundação da Associação para Comunidades Intencionais, a *Community Service Inc.* desenvolveu sua primeira publicação voltada para as comunidades intencionais, intitulada “*The Intentional Communities 1959 Yearbook and Newsletter*”, mais tarde transformada em um livro guia e republicada em 1978 e 1988. Dentre as principais contribuições da publicação, destacaram-se diretrizes gerais para o estabelecimento das comunidades intencionais, dados em termos de seu tamanho, tipo de organização, localização e princípios fundamentais (Fogarty, 1972).

Em relação ao tamanho das comunidades intencionais, estipulava-se, à época, um dimensionamento mínimo de três famílias ou cinco adultos. Para a organização, exigia-se o reconhecimento do grupo enquanto entidade social, agindo com responsabilidade e eficácia. Em relação à localização, o grupo deveria partilhar terras e espaço de habitação, ou estar

suficientemente próximos para desenvolverem um modo de vida coletivo de forma ativa. Enquanto princípios fundamentais, destacam-se (Fogarty, 1972): (1) O reconhecimento de que uma comunidade significa reciprocidade e partilha de modo de vida, valores e responsabilidades; e (2) A percepção de que a essência de uma comunidade não é física, mas simbólica, de tal forma que o sentimento de mutualidade e as práticas de respeito mútuo, amor e compreensão mantêm as comunidades, e não suas formas físicas.

Durante a primeira década da Associação para Comunidades Intencionais, dezenove comunidades intencionais se destacaram no contexto americano (Andersen, 1991; Miller, 1998; Morris e Kross, 2009; Veysey, 1973). São elas: (1) Bruderhof, Rifton, NY; (2) Bryn Gweled, Clarksville, PA; (3) Canterbury, Concord, NH; (4) Celo, Burnsville, NC; (5) Gould Farm, Great Barrington, MA; (6) Hidden Springs, Neshanic Station, NJ; (7) Kingwood, Frenchtown, NJ; (8) Koinonia Farm, Americus, GA; (9) Macedonia, Clarksville, GA; (10) May Valley, Renton, WA; (11) Parishfield, Brighton, MI; (12) Pendle Hill, Wallingford, PA; (13) Powelton Village, Philadelphia, PA; (14) Quest, Royal Oak, MI; (15) Skyview Acres, Pomona, NY; (16) St. Francis Acres, Glen Gardner, NJ; (17) Tanguy Homesteads, West Chester, PA; (18) The Vale, Yellow Springs, OH; e (19) Tuolumne Co-operative Farms, Modesto, CA.

Com uma ampla abrangência de estados de estabelecimento dessas comunidades, e variando em formatos e tipos de organização, passando desde sociedades cujas economias eram totalmente compartilhadas e comunais, e também por aquelas com maior participação privada, destacaram-se, dentre os grupos de fundamento religioso, o avanço de comunidades *quakers* (Miller, 1998). A internacionalização se deu principalmente a partir da década de 1960, quando foram admitidos 125 novos membros à Associação para Comunidades Intencionais, advindos de cinco comunidades distribuídas no Canadá, México, Holanda e Índia (Morgan, 1960).

É importante destacar que, apesar de declaradamente não terem sido especificados tipos de agrupamentos fomentados pelos fundadores, membros e organizadores das comunidades intencionais, e ainda que alguns desses fundadores estivessem alinhados a grupos declaradamente progressistas, as comunidades intencionais fomentadas durante este período tinham um perfil majoritariamente branco e cristão. Problematizamos essa situação na medida em que reconhecemos que Arthur Ernest Morgan, fundador da *Celo Community* e da *Community Service Inc.*, além de uma das vozes mais influentes para o direcionamento das

comunidades intencionais, acreditava em ideais eugenistas e supremacistas brancos (Grant, 1990). Enquanto chefe da Autoridade do Vale do Tennessee, Morgan contribuiu ativamente para a exclusão da população negra de políticas fomentadas pelo *New Deal*, impedindo o acesso do grupo aos incentivos ao emprego e à habitação (Grant, 1990).

Além disso, William Regnery, o benfeitor da *Celo Community*, experiência alimentadora das expectativas ao redor das possibilidades de organização autogestionária da sociedade por meio das comunidades intencionais, também defendia ideais supremacistas e abertamente se opunha às intervenções dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, defendendo uma posição antissemita (Sarles, 2003; Bjerre-Poulsen, 2002). Apesar desses posicionamentos não terem sido explorados ou defendidos de forma explícita nos princípios fundamentais e razões de articulação na Associação para Comunidades Intencionais, é preciso demarcar que os princípios de solidariedade e reconhecimento mútuo, estimulados pelos organizadores potencialmente refletiam ao menos alguns desses desejos da defesa de ideias supremacistas.

3.1.2 Associação de Comunidades Intencionais (1986 – 2019)

A segunda versão apresentada pela FIC se deu em 1986 a partir da Associação de Comunidades Intencionais. Enquanto a primeira versão da Associação se amparava principalmente nos movimentos da *Community Service Inc* e das comunidades do vale, como a *Celo Community*, a segunda versão reorganizou de forma radical os princípios articuladores da Associação a partir de uma aproximação do movimento das comunidades intencionais à Federação de Comunidades Iguatárias (FEC). Com menor escala, englobando por volta de 250 membros, a FEC se orientava a partir de comunas e da reprodução doméstica, integradas em uma economia comunitária baseada na igualdade de gênero e na partilha do trabalho, contribuindo com a preocupação com os recursos de tempo e dinheiro, bem como sua alocação e eficiência, e jogando luz sobre novas competências a serem incorporadas pelas comunidades intencionais.

Em 1973, no estado de Illinois, a comunidade *Stelle*, ligada à FEC, passou a operar de forma mais articulada às comunidades intencionais, como estratégia definida por um dos membros notáveis da comunidade. Foi Charles Betterton, acadêmico e economista voltado para estudos de desenvolvimento social e econômico a partir de comunidades, quem notou a

necessidade de articulação das comunidades igualitárias para sua sobrevivência e continuidade, observando como um possível meio para essa manutenção a construção de redes de apoio também amparadas nas comunidades intencionais (Ringrose e Brown, 1991). Durante esse período, a Associação para Comunidades Intencionais entrava em decadência, sendo mantida apenas pelos encontros voltados às trocas intercomunitárias. Anos mais tarde, em 1986, Charles Betterton organizou diversos encontros entre comunidades intencionais e/ou igualitárias para a criação de um comitê administrativo próprio, coordenando os interesses das comunidades intencionais que flertavam com a FEC. Como resultado disso, não só os princípios partilhados pela FEC passaram a tomar conta do cenário das comunidades intencionais, como a Associação reconheceu a necessidade de um núcleo administrativo para responder formalmente às atividades coordenadas pelas comunidades intencionais, direcionando estratégias e traçando horizontes comuns. A Associação para Comunidades Intencionais se transformou na Associação de Comunidades Intencionais, marcando o segundo período da organização.

Uma das primeiras iniciativas tomadas pelo comitê gestor nessa segunda fase foi a criação de relatórios de comunicação sobre as comunidades intencionais, buscando maior padronização e compreensão de como as comunidades intencionais se articulam, cooperando na disseminação das práticas e ideias fomentadas pelos membros. A primeira publicação, realizada em 1988, foi o guia “Diretrizes para relatórios de visitas comunitárias”. Apesar de a iniciativa ter partido do comitê gestor, as comunidades intencionais tiveram espaço para contribuições e revisões para que pudessem ser definidas as diretrizes sobre as possíveis visitas às comunidades intencionais.

As publicações sobre as comunidades intencionais continuaram presentes nas décadas seguintes, incorporando boletins publicados em diversos volumes em circulação sobre as atividades das comunidades intencionais realizadas em 1990/1991, 1995, 2000, 2005, 2007, 2010 e 2016, além de uma revista sobre o tema. Não só essas publicações apoiaram a criação de uma rede de interação às comunidades intencionais associadas, como também apoiaram na geração de receitas necessárias à própria estruturação do grupo. Em 2004, o diretório da Associação de Comunidades Intencionais recebeu sua primeira versão digital, por instrumento de uma página na internet que gerou e alimentou um banco de dados sobre as comunidades intencionais, também permitindo comercializações no site (Schaub, 1992;2015).

A Associação de Comunidades Intencionais notou a necessidade de representação nacional da organização em face ao desenvolvimento de suas ações (Schaub, 2022). Durante esse período, a Associação passou a fortalecer o relacionamento interno entre as comunidades intencionais associadas, e estabeleceu trocas com grupos externos cujos objetivos teriam alguma interseção. Uma dessas ações pode ser visualizada a partir da Aliança de Mudanças Sistêmicas. Com a missão de defender reformas políticas, ecológicas e econômicas justas, mediada pela organização de movimentos, *workshops* e conferências, bem como a publicação de artigos e boletins informativos, e de conduzir pesquisas e desenvolver propostas políticas, a Aliança de Mudanças Sistêmicas é uma plataforma global que reúne diferentes atores e ativistas em busca de transformações substantivas buscando maior justiça ambiental, social e econômica. A Associação de Comunidades Intencionais integrou à iniciativa, representando alternativas e experiências voltadas para a incorporação de algumas dessas estratégias de transformação sistêmica e impulsionando as ações desenvolvidas pela Aliança de Mudanças Sistêmicas.

3.1.3 Fundação para Comunidades Intencionais (2019 – Presente)

A Fundação para Comunidades Intencionais somente recebeu esse nome no verão de 2019, acompanhando mudanças no núcleo administrativo e transferindo a revista *Communities* para a *Global Ecovillage Network – United States* (GEN-UNS). Enquanto a primeira versão da organização manteve suas relações a partir da *Community Service Inc.*, e a segunda versão se debruçou sobre a Federação de Comunidades Igualitárias, a FIC avançou sobre uma organização autossuficiente capaz de desenvolver programas específicos, formas de associação, *workshops*, webinários e outras formas de especialização e treinamento. Ao mesmo tempo, o movimento das comunidades intencionais *online* aumentou consideravelmente. Como indicado pelo Relatório de Atividades Anuais de 2020, somente em 2020 a página oficial da FIC recebeu cerca de meio milhão de acessos ao diretório digital, representando mais de mil comunidades intencionais, e dez mil cópias de *e-books* gratuitos e guias com mais de 1.500 livros foram distribuídos de forma global. A página digital permitiu a comunicação entre comunidades intencionais e o direcionamento de possíveis novos membros às comunidades intencionais disponíveis, mesmo com as atividades presenciais de integração restritas durante a pandemia.

Também em 2020, demarcando a nova fase experimentada pelo movimento, a FIC criou um novo fundo para comunidades intencionais: o Fundo BIPOC. Direcionado para as populações negras, indígenas e “de cor⁴”, o fundo foi desenvolvido para conceder subsídios aos membros destes grupos que possuem terras ou estão prontos para comprar terras, apoiando na formação de novas comunidades intencionais direcionadas por esses grupos. O Fundo conta com um Conselho voltado para administrar os critérios e condições necessários ao fornecimento do subsídio, que teve sua operação iniciada em 2021. Esse é um marco relevante na trajetória do movimento trazido pelas comunidades intencionais na medida em que visa contribuir na amenização de desigualdades fomentadas tanto por sistemas externos quanto pelas próprias versões anteriores da organização, intensificando ações ao redor da promoção de justiça e igualdade.

O Relatório Anual de 2021 indica que, em 2021, a FIC promoveu mais de cem eventos *online*, como webinários, *workshops*, treinamentos, cursos e conversas em rede, totalizando mais de 10 mil participantes e mais de 2 mil livros vendidos. O ano também marcou novos projetos, como o podcast *Inside Community*, o fórum *online* de discussão sobre comunidades intencionais e a produção de um pequeno guia, gratuito, de iniciação para o estabelecimento de comunidades intencionais. Em 2022, o Relatório Anual da FIC reportou um aumento de 109 comunidades intencionais em sua base. A organização atuou na promoção de cursos sob demanda que envolveram a participação de mais de cem pessoas, além de cerca de 6.500 participantes nas atividades *online*, atingindo o pico de 7.000 livros vendidos no ano. O fórum de discussão envolveu cerca de 1.000 participantes, e o podcast teve quinze episódios, totalizando uma audiência de 20 mil ouvintes em 51 países. O fundo BIPOC concedeu 15 mil dólares para três projetos de comunidades intencionais BIPOC.

3.2 Comunidades Intencionais na FIC

Como apresentado anteriormente, entendemos as comunidades intencionais enquanto um grupo de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição (Metcalf e Christian, 2003), viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994),

⁴ BIPOC, em inglês: black, indigenous and people of colour. Em inglês, o termo “pessoas de cor”, em especial nos Estados Unidos, é utilizado para referenciar populações não-brancas.

assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991). Dentre esses grupos, destacam-se diferentes tipos de organização, variadas em escopos sobre os ordenamentos territoriais, as formas de ação, as práticas e as atividades econômicas, de produção, distribuição e consumo de alimentos, entre outros.

Segundo o “Guia Inicial para Comunidades Intencionais: Vida em Cultura Cooperativa”, elaborado e publicado pela FIC em 2021, estima-se que existam cerca de 10 mil à 30 mil comunidades intencionais distribuídas globalmente, sendo a grande maioria organizada de forma informal em ambientes mais isolados. Por intermédio da FIC, exploramos essa variedade, por exemplo, ao notarmos a maior comunidade intencional contemporânea, a Aurovillein, localizada na Índia e que contém mais de 3 mil residentes e visitantes. Numa outra direção, podemos notar também a comunidade Camphill, localizada nos Estados Unidos e que reúne mais de 100 pessoas com deficiência. Em ambos os casos, tanto a escala se diferencia, como os propósitos e motivadores.

Não somente, as características internas às comunidades intencionais também são diversas. Em diferentes locais, as comunidades intencionais interagem de forma distinta aos ambientes institucionais aos quais estão inseridas. No Canadá, por exemplo, como o Guia reporta, a partir dos trabalhos impulsionados pelas ecovilas O.U.R. e Yarrow, foi reconhecido oficialmente um zoneamento para as ecovilas, permitindo e incentivando com que as categorias fossem incorporadas nos planos urbanísticos formais. Em um percurso distinto, a comunidade intencional Damanhur, na Itália, precisou se manter escondida do governo italiano por 16 anos, até que pudesse ser reconhecida de forma oficial

A FIC, enquanto representante de algumas dessas comunidades, desenvolve e mantém um diretório *online* no qual se concentra um acervo com comunidades intencionais localizadas de forma global. Essas comunidades oferecem na FIC informações que compõem categorias centrais para que se torne possível a compreensão dos contextos que atravessam a formação dessas comunidades e orientam suas ações e perspectivas. As seções seguintes se debruçam, respectivamente, na apresentação metodológica de levantamento dos dados e na ilustração de um panorama.

3.2.1 Metodologia

A FIC exige das comunidades inscritas a realização de um *survey* contendo aproximadamente 180 perguntas, objetivas e discursivas, que variam ligeiramente de acordo com o período de filiação das comunidades intencionais à FIC para a construção do Diretório Global. Essas perguntas são estruturadas em sete grandes eixos que correspondem às características identificadas ao redor de: (a) tipo de comunidade; (b) características dos membros; (c) estilo de vida; (d) habitação; (e) governança; (f) economia; e (g) práticas sustentáveis.

As perguntas apresentadas pela FIC são respondidas pelos membros da comunidade intencional, ou pelos representantes do grupo – quando o caso, refletindo sobre os interesses, as práticas e as expectativas mobilizadas por essas experiências. É importante ressaltar que, como as informações elucidadas partem de autodeclarações das próprias comunidades, o que não necessariamente aponta para a realidade, mas para as expectativas mobilizadas para a construção e proposição das dinâmicas promovidas pelo grupo, esses dados ilustram expectativas normativas sobre as práticas, chamando atenção para valores e significados resgatados pelas comunidades intencionais no desenvolvimento de suas formas. Isso, pois, ao refletir discursivamente sobre as expectativas normativas e sobre as perspectivas de ação tratadas pelas questões enunciadas pela FIC, as comunidades intencionais tornam públicos modo de ações, exigências e contestações que conseguem ilustrar as reivindicações trazidas.

É certo ainda que, dada a multiplicidade de atores e formas, e também reconhecendo a própria constatação da FIC (2021) de que muitas das comunidades intencionais, cotidianamente, atuam de modo informal e dissociado, as reflexões trazidas pelas reivindicações da FIC não correspondem, necessariamente, ao que é mobilizado de uma forma mais ampla pelo conjunto de comunidades intencionais, mais ou menos formalizadas que existem na contemporaneidade de forma global, mas podem ser vistas enquanto achados importantes sobre alguns dos esforços realizados por esses grupos, a partir da FIC, para o redesenho de realidades e a resolução de problemas. Nesse sentido, mais do que apontar para estratégias generalizadas sobre os modos de ação e seus respectivos significados, o objetivo é justamente evidenciar uma parte desses movimentos, direcionando novos focos às investigações sobre as comunidades intencionais.

Para a construção do panorama geral sobre as comunidades intencionais na FIC, portanto, são produzidos dois momentos metodológicos. Num primeiro momento, mobiliza-se como estratégia a apresentação de estatísticas descritivas básicas sobre as principais

características das comunidades intencionais da FIC. Depois, toma-se enquanto estratégia metodológica a realização de uma análise dos discursos produzidos pelos conjuntos de respostas ofertados pelas comunidades intencionais, visando evidenciar as reivindicações trazidas por essas experiências. Para isso, primeiramente, é construída uma nuvem de palavras a partir dos termos indicados pelas comunidades intencionais da FIC como palavras-chave, e em sequência são realizadas três análises com o apoio do *software* Iramuteq a partir dos conjuntos de respostas fornecidas pelas comunidades intencionais às questões centrais para a caracterização. Primeiro, é proposta uma análise lexicográfica, para evidenciar a medição da frequência e a distribuição dos termos no *corpus* textual formado. Para esta primeira análise, foi realizado o processo de lematização, substituindo palavras por seus termos raízes, de forma a diminuir a complexidade dos textos sem que a precisão seja comprometida. Todos os termos trabalhados estão em língua inglesa, conforme originalmente colocados junto à FIC. Também foram padronizados termos que fazem sentido somente quando duas ou mais palavras estão juntas, como é o caso trazido por “way of life”, substituído por “way_of_life”.

Depois, é feita uma análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Para esta análise de conglomerado as palavras ativas são classificadas em classes lexicais, considerando a frequência e a posição das palavras no texto. Neste tipo de análise, todas as palavras ativas inicialmente são colocadas em uma mesma classe, e divididas sequencialmente a partir da variância entre as formas individuais e o perfil médio, gerando dendrogramas que evidenciam a divisão entre as classes. A última investigação é feita a partir da análise de similitude, ilustrando a proximidade entre as palavras e classes presentes nos segmentos de texto.

Para a construção do *corpus* textual de análise, nos voltamos às respostas fornecidas pelas comunidades intencionais na FIC. Essas respostas compõem, de forma particular sobre cada comunidade, elementos textuais contendo descrições apresentadas pelas comunidades ao redor das práticas e dinâmicas desempenhadas em seus espaços. Entendemos a centralidade de tais questões no quadro a seguir.

Quadro 1 – Questões Centrais

Item	Justificativa
Tipo de Comunidade	As formas associativas tomadas pelas comunidades intencionais podem admitir diferentes características, combinando uma grande variedade de práticas e formas de organização. Apesar dos tipos de comunidade intencional estabelecidos não necessariamente ditarem as práticas desempenhadas nestes espaços, entendemos que podem haver tendências e

	aproximações entre as expectativas trazidas por um mesmo tipo, fazendo sentido com que ele seja evidenciado para a análise.
Descrição da Comunidade	Sem orientações e limitações sobre as informações a serem incorporadas às descrições sobre as comunidades intencionais, este espaço permite com que os membros das comunidades intencionais possam expor com maior liberdade assuntos de interesse ao grupo, evidenciando práticas, valores e/ou processos recuperados pelos grupos para a formação evidenciando os principais interesses.
Missão ou Foco da Comunidade	A Missão ou o Foco da Comunidade apresenta, de forma direta, as expectativas e os valores presentes nas articulações propostas pelo grupo, sendo importantes para a compreensão do panorama ao qual o grupo se desenvolve.
Palavras-chave da Comunidade.	As palavras-chave apresentadas por uma comunidade intencional sustentam características em evidência pelo grupo para indexação e busca orientada, refletindo sobre aspectos centrais da comunidade.
Comentários Adicionais sobre a Comunidade	Também sem orientações e limitações sobre as informações a serem incorporadas, este espaço permite com que os membros das comunidades intencionais possam expor com maior liberdade assuntos de interesse ao grupo, evidenciando práticas, valores e/ou processos recuperados pelos grupos para a formação evidenciando os principais interesses.
Por favor, descreva brevemente o processo de filiação de um membro à Comunidade	Ao evidenciar os processos de filiação de interessados às comunidades intencionais, os membros expõem as expectativas trazidas sobre os novos membros, indicando possíveis taxas, assim como evidenciando restrições, dinâmicas de trabalho e demais práticas estabelecidas nos grupos.
Qual método de tomada de decisão é utilizado majoritariamente na Comunidade?	O método de tomada de decisão majoritariamente explorado por uma comunidade intencional auxilia na identificação das expectativas trazidas pelo grupo ao redor das práticas de governança, evidenciando caminhos e restrições.
Comentários Adicionais sobre a Governança na Comunidade	Sem orientações e limitações sobre as informações a serem incorporadas, este espaço permite com que os membros das comunidades intencionais possam expor com maior liberdade assuntos de interesse ao grupo, evidenciando práticas, valores e/ou processos recuperados pelos grupos para a formação evidenciando os principais interesses em relação às dinâmicas de governança.
Comentários Adicionais sobre a Economia da Comunidade	Também sem orientações e limitações sobre as informações a serem incorporadas, este espaço permite com que os membros das comunidades intencionais possam expor com maior liberdade assuntos de interesse ao grupo, evidenciando práticas, valores e/ou processos recuperados pelos grupos para a formação evidenciando os principais interesses em relação às dinâmicas econômicas, de produção, consumo e trabalho esperadas no grupo.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2 *Panorama*

Identificamos que os panoramas desempenham um papel fundamental no contexto da pesquisa, sendo essenciais para o desenvolvimento de estudos robustos e conclusões

informadas capazes de enriquecer a compreensão de um tema, garantir a robustez dos métodos empregados, identificar lacunas no conhecimento e promover a relevância social e cultural das conclusões. Considerando os dados fornecidos pela Fundação para Comunidades Intencionais (FIC), identificamos noções centrais e características comuns presentes nas comunidades intencionais, jogando luz sobre as principais dimensões exploradas nestes lugares e que potencialmente refletem nas estratégias associativas oportunizadas.

3.2.2.1 Estatísticas Descritivas

O Diretório da Fundação para Comunidades Intencionais (FIC) contém, segundo dados extraídos em 7 de março de 2023, 1.140 comunidades intencionais catalogadas. Nessas comunidades, há um total de 51.426 membros, sendo 41.957 membros adultos, o que corresponde a aproximadamente 81,6% do total. Entre os demais, 18,4%, ou 9.469 membros, tem idades inferiores a 18 anos. As comunidades intencionais possuem, em média, 45 membros, considerando adultos e crianças, residentes ou não residentes. É relevante ressaltar a grande variação existente entre a quantidade de membros presentes nas comunidades observadas, visto que elas estão em estágios diferentes de consolidação, o que reflete na quantidade de membros. Enquanto algumas comunidades possuem poucos membros, acumulando uma dezena ou menos, outras superam os 6.000 membros. Notamos a distribuição geográfica das comunidades intencionais e de seus membros, residentes ou não, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 – Distribuição Geográfica

LOCALIZAÇÃO	QUANT. COMUNIDADES INTENCIONAIS		QUANT. MEMBROS			
	Nº	%	Adultos	Crianças	Total	%
África	4	0.35%	621	1905	2526	4.91%
Ruanda	2	0.18%	600	1900	2500	4.86%
Tanzânia	1	0.09%	15	5	20	0.04%
Uganda	1	0.09%	6	0	6	0.01%
América Central	25	2.19%	395	119	514	1.00%
Belize	4	0.35%	87	6	93	0.18%

Costa Rica	14	1.23%	285	107	392	0.76%
Guatemala	1	0.09%	4	0	4	0.01%
Jamaica	1	0.09%	10	3	13	0.03%
Nicarágua	1	0.09%	2	0	2	0.00%
Panamá	4	0.35%	7	3	10	0.02%
América do Norte	904	79.30%	35450	5973	41423	80.55%
Canadá	69	6.05%	3862	754	4616	8.98%
Estados Unidos	817	71.67%	31330	5166	36496	70.97%
México	18	1.58%	258	53	311	0.60%
América do Sul	35	3.07%	333	123	456	0.89%
Argentina	1	0.09%	20	17	37	0.07%
Bolívia	1	0.09%	10	1	11	0.02%
Brasil	4	0.35%	88	13	101	0.20%
Chile	2	0.18%	6	3	9	0.02%
Colômbia	7	0.61%	35	12	47	0.09%
Equador	11	0.96%	53	16	69	0.13%
Paraguai	2	0.18%	17	2	19	0.04%
Peru	3	0.26%	15	1	16	0.03%
Uruguai	2	0.18%	63	50	113	0.22%
Venezuela	2	0.18%	26	8	34	0.07%
Ásia	26	2.28%	988	461	1449	2.82%
Azerbaijão	1	0.09%	12	2	14	0.03%
Camboja	1	0.09%	15	0	15	0.03%
China	4	0.35%	159	15	174	0.34%
Coreia do Sul	1	0.09%	0	0	0	0.00%
Filipinas	3	0.26%	17	8	25	0.05%
Índia	6	0.53%	204	86	290	0.56%
Irã	1	0.09%	1	0	1	0.00%
Israel	3	0.26%	497	320	817	1.59%

Japão	3	0.26%	64	27	91	0.18%
Mianmar	1	0.09%	10	3	13	0.03%
Palestina	1	0.09%	1	0	1	0.00%
Taiwan	1	0.09%	8	0	8	0.02%
Europa	102	8.95%	2395	427	2822	5.49%
Alemanha	11	0.96%	137	20	157	0.31%
Áustria	3	0.26%	19	12	31	0.06%
Bélgica	2	0.18%	50	5	55	0.11%
Bulgária	1	0.09%	4	0	4	0.01%
Croácia	1	0.09%	3	1	4	0.01%
Dinamarca	2	0.18%	32	12	44	0.09%
Espanha	15	1.32%	107	28	135	0.26%
Estônia	1	0.09%	5	0	5	0.01%
Finlândia	1	0.09%	0	0	0	0.00%
França	8	0.70%	26	3	29	0.06%
Grécia	5	0.44%	96	24	120	0.23%
Holanda	2	0.18%	6	1	7	0.01%
Hungria	1	0.09%	1	0	1	0.00%
Itália	4	0.35%	38	9	47	0.09%
Moldávia	1	0.09%	2	1	3	0.01%
Noruega	1	0.09%	4	1	5	0.01%
Polônia	2	0.18%	14	4	18	0.04%
Portugal	8	0.70%	160	45	205	0.40%
Reino Unido	19	1.67%	1155	132	1287	2.50%
República Tcheca	2	0.18%	35	9	44	0.09%
Romênia	1	0.09%	40	12	52	0.10%
Suécia	5	0.44%	41	1	42	0.08%
Suíça	5	0.44%	416	106	522	1.02%
Ucrânia	1	0.09%	4	1	5	0.01%

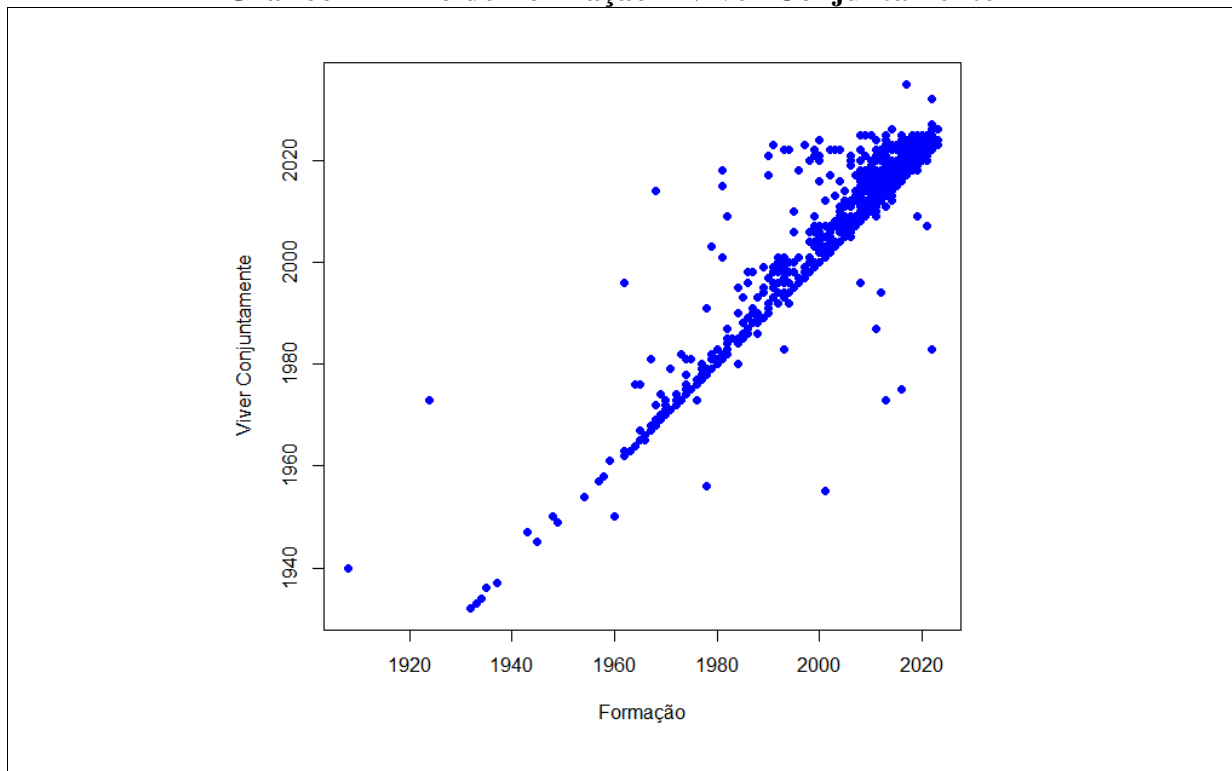
Oceania	38	3.33%	1763	460	2223	4.32%
Austrália	31	2.72%	1656	420	2076	4.04%
Nova Zelândia	5	0.44%	103	39	142	0.28%
Vanuatu	2	0.18%	4	1	5	0.01%
Não Identificado	6	0.53%	12	1	13	0.03%
TOTAL	1140	100.00%	41957	9469	51426	100.00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Presentes em todos os continentes, com exceção da Antártida, as comunidades intencionais são mais volumosas, levando em consideração o número de comunidades registradas na FIC, na América do Norte, seguida da Europa, Oceania, América do Sul, Ásia, América Central e África. Em relação ao número de membros de comunidades intencionais em cada continente, nota-se maior presença, em termos percentuais, também a América do Norte, seguida da Europa, África, Oceania, Ásia, América Central e América do Sul. Chama atenção o fato de que, apesar de existir uma maior quantidade de comunidades intencionais nas Américas Central e do Sul em relação à África, o continente africano detém maior número de membros, assim como é notado na Ásia em relação à América do Sul.

A grande variação entre as comunidades também é explorada em relação à idade de formação do grupo e ao período ao qual as comunidades intencionais passam a viver conjuntamente, geralmente posterior à fase de formação e constituição do grupo. Na FIC, as comunidades intencionais possuem idade média de formação de 12 anos, sendo a mais recente formada em 2023 e a mais longeva em 1700, indicando o período em que o planejamento na comunidade intencional foi estabelecido. Em relação ao período no qual as comunidades intencionais se estabeleceram, o período médio se reduz para 8 anos, indicando um período médio de 4 anos entre a constituição do grupo e o viver conjuntamente, com uma amplitude de 1774 a 2023. Observamos esse movimento na seguinte dispersão⁵:

⁵ Objetivando uma melhor visualização, foram desconsiderados os dois *outliners* de idades de formação e viver conjuntamente de, respectivamente: 1700 e 2021; e 1774 e 1774.

Gráfico 1 – Ano de Formação x Viver Conjuntamente

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2.1.1 Tipo de Comunidade

Os tipos de comunidade desenvolvidos pelas comunidades intencionais são dados principalmente pelas relações estabelecidas entre as conformações espaciais, as práticas e os objetivos presentes nas estruturas que organizam o grupo. A FIC propõe como tipos: (1) *Cohousing*; (2) Ecovila; (3) Co-ops (*Housing Cooperative*); (4) Casa Compartilhada (*Shared Housing*); (5) Espiritual/Religiosa; (6) Vilas de Pequenas Habitações (*Tiny Housing Village*); (7) Comunidade Sênior; (8) Comunas; (9) Tradicional/Indígenas; e (10) Cidades de Transição. Notamos:

Tabela 2 – Tipo de Comunidade

TIPO	DESCRIÇÃO	Nº COMUNIDADES INTENCIONAIS	%
Cohousing	Modelo de origem dinamarquesa, e também o tipo de comunidade intencional que mais cresce, faz referência ao tipo ao qual os residentes detêm suas próprias unidades habitacionais, mas são estabelecidos serviços e instalações compartilhadas.	493	22%

Ecovila	Em distintas conformações espaciais, as ecovilas são aquelas cujo foco para organização é estabelecido pela sustentabilidade nas dimensões sociais, culturais, econômicas e ecológicas da vida.	575	26%
Co-ops (Housing Cooperative)	Os membros das Co-ops vivem numa casa na qual eles possuem posse e governam a si mesmos. Geralmente esses modelos são seguidos por grupos de estudantes.	71	3%
Casa Compartilhada (Shared Housing)	Esse modelo, também conhecido como coliving, faz referências às casas aos quais habitam diferentes pessoas, sem o estabelecimento de relações de parentesco, em busca de benefício mútuo.	421	19%
Espiritual/Religiosa ⁶	Comunidades organizadas a partir de crenças religiosas ou espirituais compartilhadas.	289	13%
Vilas de Pequenas Habitações (Tiny Housing Village)	São instituídas a partir de vilas desenvolvidas por pequenas unidades habitacionais.	1	0%
Comunidade Sênior	Comunidades orientadas para membros com idades superiores a 55 anos ou com restrições de idades de participantes.	0	0%
Comunas	Incluem a partilha de rendimentos e recursos, além de exigirem a distribuição de trabalho entre os membros.	272	12%
Tradicional/Indígenas ⁷	Comunidades intencionais com longo histórico.	55	2%
Cidades de Transição	Projetos comunitários articulados com bases	4	0%

⁶ É preciso atenção para alguns pontos levantados pelas comunidades intencionais do tipo espiritual/religioso. Valendo-se das expectativas de que as comunidades intencionais partem de orientações provocadas pelos membros em busca da maximização de seus interesses, do bem estar e de um conjunto de práticas e significados que tornam as instituições prescritas legitimadas e praticáveis, é preciso que elementos que indiquem a articulação do grupo neste direcionamento se façam presentes para que uma comunidade religiosa possa ser compreendida enquanto uma comunidade intencional. Os *kibutzim*, nesse sentido, são exemplos importantes para o movimento na medida em que indicam proposições sobre modos compartilhados de vida, produção, educação e fornecimento de serviços e infraestrutura compartilhada que excedem uma perspectiva religiosa estrita, alcançando a dimensão “intencional”.

⁷ No âmbito da FIC, comunidades tradicionais, como as comunidades indígenas, podem ser entendidas como comunidades intencionais se essas organizações se orientarem por princípios partilhados que orientam uma cultura de cooperação e que estruturam esse tipo de comunidades, tais como: a orientação espacial do grupo, o compartilhamento de valores ou propósitos, a pactuação de acordos comuns e de processos sociais compartilhados – ultrapassando uma condição de acordos para a organização dos processos sociais *a priori* –, o desenvolvimento de oportunidades para um estilo de vida compartilhado e o comprometimento no fortalecimento da cultura cooperativa. Das 1.140 (um mil cento e quarenta) comunidades intencionais registradas na FIC em março de 2023, que tomam parte do recorte amostral desta pesquisa, apenas 1 (uma) se identifica enquanto “tradicional”. É relevante endereçar que essas comunidades intencionais “tradicionais” partilham dos significados atribuídos às demais comunidades intencionais e que as diferenciam das comunidades usuais, como ilustrado no capítulo anterior. Nesse sentido, a nomenclatura do tipo “tradicional” diz mais respeito à origem de conformação do grupo do que às práticas, formas de ação e perspectivas defendidas.

municipais buscando por maior autossuficiência e sustentabilidade.

Outro/Não Identificado	-	60	3%
TOTAL		2241	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma mesma comunidade intencional pode admitir mais de um tipo. Nesse sentido, encontramos 2241 tipos citados dentre as comunidades presentes na FIC. Em 60 casos, foram sinalizadas outro tipo ou tipo não identificado, o que corresponde a 3% do total de tipos mencionados e aproximadamente 5,26% do total de comunidades intencionais observadas. Coletivos de ativistas, comunidades de artistas, fundos comunitários, centros de retiro, fazendas de permacultura, falanstérios, *ashrams* e cooperativas agrícolas são alguns desses outros exemplos de formas usualmente associadas às comunidades intencionais. É relevante ressaltar que, ainda que as dimensões espaciais concretas destas formas nos ajudem a entender os e significados estruturados pelo coletivo e que instituem as comunidades intencionais, essas formas, em si, não são capazes de nos dizer sobre a ação dos coletivos ao redor do movimento trazido pelas comunidades intencionais. Isto é, não é o tipo de comunidade que determina, *a priori*, o estabelecimento de uma comunidade intencional, mas o tipo de comunidade desenvolvido é um dos elementos centrais para sua constituição.

3.2.2.1.2 Características dos Membros

Características sobre os membros são importantes para compreender de forma mais aprofundada o perfil demográfico das comunidades. No caso das comunidades intencionais, para além de informações sobre gênero, faixa etária, raça, renda e educação, que poderiam traçar os perfis dos membros, duas outras informações adicionais são necessárias para o entendimento das dinâmicas de formação do grupo: (a) a disponibilidade ou não de receber novos membros; e (b) a abertura ou não para visitantes. Além disso, as comunidades intencionais podem ser orientadas tanto para o viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994). Assim, membros podem ser tanto residentes quanto não residentes do espaço ocupado pela comunidade intencional. Faz sentido promover a diferenciação entre esses

membros para compreensão das dinâmicas de organização de cada alternativa. Visualizamos algumas das características na tabela:

Tabela 3 – Características dos Membros

DIMENSÃO	% MÉDIO PONDERADO
Atividades Diárias	100%
Membros/Residentes ou não	85,29%
Colaboradores	7,71%
Não Identificado	7%
Identificação de Gênero	100%
Mulher	50,22%
Homem	46,17%
Não-binário	3,11%
Transgênero ⁸	(6,11%)
Não Identificado	0,5%
Novos Membros	100%
Abertura para Novos Membros	85,26%
Não abertura para Novos Membros	0,53%
Lista de Espera para Novos Membros	10,00%
Não Identificado	4,21%
Faixa Etária	100%
Adultos	75,89%
Crianças	17,11%
Não Identificado	7%

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2.1.3 Estilo de Vida

Os estilos de vida de uma comunidade intencional refletem as práticas a serem estabelecidas pelos membros de uma comunidade. A FIC acompanha essas características a partir de informações sobre sete grandes eixos: (1) Infraestrutura compartilhada; (2) Práticas

⁸ Membros identificados enquanto transgênero são distribuídos entre as demais categorias (mulher, homem e não binário, não contribuindo ao somatório já que sobrepe.

alimentares; (3) Telecomunicações; (4) Uso de drogas legais; (5) Práticas Espirituais; (6) Educação; e (7) Saúde. Dentre os diversos elementos presentes na construção dos indicadores sobre estilos de vida, centramo-nos em quatro tópicos de maior destaque na compreensão das dinâmicas macro-organizacionais dos grupos e suas composições: infraestrutura compartilhada, educação, práticas espirituais e saúde. Observamos os principais dados na tabela, em sequência:

Tabela 4 – Estilos de Vida

DIMENSÃO	%
Infraestrutura Compartilhada	100%
Casa Compartilhada	8,52%
Veículos Compartilhados	5,61%
Jardim	10,29%
Biblioteca	6,72%
Palco ou Auditório	2,35%
Academia ou Área de Esportes	2,44%
Cozinha Compartilhada	8,36%
Estufa	5,16%
Tratores/Equipamentos de Fazenda	3,84%
Piscina ou semelhantes	7,67%
Fonte de Água	2,02%
Área de lazer	4,64%
Internet	8,53%
Lareira	7,13%
Área verde	6,31%
Outros	10,41%
Educação	100%
<i>Homeschooling</i>	20,66%
Escola privada (fora da comunidade)	10,69%
Escola privada (dentro da comunidade)	6,99%
Escola pública	19,50%
Decisão individual/família	19,50%
Não Identificado	22,66%
Práticas Espirituais	
<i>Comunidade intencional se identifica de base religiosa</i>	100%
Sim	19,39%
Não	69,30%

Não Identificado	11,32%
<i>Se sim - Religião seguida pela comunidade</i>	<i>100%</i>
Ecumenismo	13,71%
Cristianismo	7,90%
Budismo	6,69%
Religião da Terra	5,95%
Paganismo	5,75%
Agnosticismo	5,21%
Humanismo	4,91%
Judaísmo	4,67%
Ateísmo	4,64%
Unitarismo	3,93%
Universalismo	3,90%
Indígena ou Nativa	3,70%
Quaker	3,06%
Wicca	2,72%
Catolicismo	2,62%
Protestantismo	2,55%
Hinduísmo	2,18%
Islamismo	2,02%
Outros	13,82%
Não Identificado	0,07%
Saúde	100%
Plano de Saúde Integral Comunidade	3,92%
Plano de Saúde Parcial Comunidade	3,32%
Plano de Saúde Individual	57,12%
Não Identificado	35,64%

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2.1.4 Habitação

O viver conjuntamente é um dos elementos que pode se fazer presente nas comunidades intencionais. Dada a grande diversidade de comunidades intencionais, reconhecemos que os espaços e as dinâmicas de habitação podem admitir diferentes formatos, influenciados pelos objetivos comuns estabelecidos, pela área total disponível e as atividades, estruturas e serviços produzidos, e ainda pela posse da terra, direcionando quais tipos de investimentos são incentivados e promovidos no local. A posse da terra é um elemento central

para o desenvolvimento de ações nas comunidades intencionais, havendo forte associação às hierarquizações exploradas pelos grupos. Nas comunidades intencionais, em particular na América do Norte, o fundo comunitário de terras (CLT) foi incentivado e operacionalizado por elas. Na forma de um truste, o fundo comunitário se dá a partir do estabelecimento de uma corporação, sem fins lucrativos, que detém as terras em nome de uma comunidade local, responsabilizando-se pela administração dos edifícios, espaços comuns, espaços comerciais, moradias e demais ativos em nome da comunidade. Notamos informações gerais sobre as dimensões físicas das comunidades e a posse das terras a seguir.

Tabela 5 – Habitação

DIMENSÕES	QUANT.	UNIDADE
Dimensões Físicas Comunidade		
Área Média	117,98	hectares
Residências por comunidade	13	unidades
Posse da Terra	100	%
Fundadores	0,44	%
Todos os membros	21,84	%
Subgrupo da comunidade	6,40	%
Organizações não-governamentais	4,39	%
Membro individual	27,28	%
Ator privado	3,07	%
Fundo Compartilhado	3,77	%
Outro	19,56	%
Não Identificado	13,25	%

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2.1.5 Governança

De uma forma mais ampla, a governança emerge enquanto a dimensão que opera pelos processos de governo de uma determinada unidade, incorporando leis, normas, poder ou linguagem presentes e compartilhadas por aquele grupo. Nas comunidades intencionais, a governança é explorada principalmente a partir do método escolhido para a tomada de decisão, havendo discussões ainda sobre liderança e formação de núcleos de governo. A FIC apresenta uma tipologia que contém oito tipos sobre os métodos de tomada de decisão, sendo eles: (1) Consenso (todos concordam); (2) Consenso modificado (todos concordam, com

algumas exceções ou alternativas); (3) Votação (regra da maioria ou supermaioria); (4) Diretoria, conselho, grupo de presbíteros ou grupo de liderança; (5) Líder comunitário individual; (6) Sociocracia; (7) Holocracia; e (8) Anarquia.

Em relação ao consenso, regra em que todos concordam, nota-se que a decisão somente será tomada se houver consentimento de todos os votantes, sem restrições, sendo a proposta rejeitada caso haja qualquer consideração em oposição ao votado. O consenso modificado opera a partir de mecanismos de votação que permitem uma flexibilização da regra do consenso. No consenso modificado, para que a proposição seja aprovada, é necessário que todos os membros tenham consentimento sobre a proposta, porém, é possível que sejam adicionadas exceções e considerações sobre a decisão.

No terceiro tipo de tomada de decisão, são considerados os métodos voltados para a votação, podendo ser pela regra da maioria ou da supermaioria, não exigindo deliberações e discussões ao redor das tomadas de decisão como praticados pelos tipos que exigem consenso – modificado ou não – sendo a votação suficiente como processo para escolha. Também é possível, como um quarto método, que as decisões sejam tomadas por uma diretoria, um conselho, um grupo de presbíteros ou um grupo de liderança. Esses grupos podem ser formados de diferentes modos, a partir de eleições, por exemplo, ou pela exigência de atribuições e competências pré-estabelecidas. O quinto tipo é apresentado a partir de um líder comunitário, responsável por tomar as decisões da comunidade. De forma semelhante, esse líder pode ser eleito pela comunidade ou não, havendo especificações declaradas na formação da comunidade.

Como um sexto tipo, nota-se a sociocracia. A sociocracia é um sistema de governo definido por três regras fundamentais: (a) a necessidade de se considerar os interesses de todos os membros e de que todos os interesses sejam respeitados; (b) o não estabelecimento de qualquer ação caso não haja aceitação por todo o grupo; e (c) a percepção de que a tomada de decisão deverá ocorrer de forma unânime, sendo levada aos representantes – eleitos pelo grupo para essa função – caso o processo de deliberação não leve a um consenso somente em último caso. Buck e Villines (2007) diferenciam a sociocracia do consenso na medida em que entendem que a sociocracia, diferentemente do segundo caso, exige um comprometimento com o consenso que excede ao momento decisório. Não só a tomada de decisão precisa considerar os interesses de todos, mas a gestão, também compartilhada pela sociedade que executa, monitora e avalia todas as ações desempenhadas precisa agir de forma consensual,

fazendo com que cada ação desempenhada na escala comunitária seja passível de validação por todos. A sociocracia é atravessada por sete princípios: a eficácia, o empirismo, o consentimento, a proposta de melhoria contínua, a equivalência, a transparência e a responsabilidade.

O sétimo tipo é a Holocracia. Importada de modelos empresariais, a Holocracia é um sistema de gestão organizacional que consiste na substituição de espaços tradicionais de hierarquia por espaços circulares nos quais a autoridade e a tomada de decisão são distribuídas ao grupo de forma homogênea, permitindo que a autogestão das responsabilidades e decisões fique ao cargo do próprio grupo. Em alguns casos, os grupos se dividem em subcírculos, atribuindo a cada subconjunto funções específicas e diferenciadas, permitindo que o grupo como um todo alcance aos resultados esperados. O último tipo faz referência às comunidades intencionais anárquicas, considerando, de forma sintética, os grupos cujas hierarquias são rejeitadas. Observamos os principais dados sobre governança na tabela a seguir:

Tabela 6 – Governança

CARACTERÍSTICA	%
Líder Indicado	100%
Sim, apenas um líder	24,59%
Sim, mais de um líder	27,02%
Não	44,05%
Não Identificado	4,34%
Grupo ou Núcleo de Liderança	100%
Sim	56,21%
Não	26,41%
Não Identificado	17,38%
Método de Tomada de Decisão	100%
Consenso (todos concordam).	22,63%
Consenso modificado (todos concordam, com algumas exceções ou alternativas)	27,54%
Votação (regra da maioria ou supermaioria)	9,47%
Diretoria, conselho, grupo de presbíteros ou grupo de liderança	13,60%
Líder comunitário individual	5,70%
Sociocracia	9,56%
Holocracia	1,14%
Anarquia	0,96%

Outros	5,09%
Não Identificado	4,30%

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de representarem apenas 5,09% dos casos observados, chama a atenção a diversidade trazida pelas respostas nesse direcionamento. Um dos líderes de uma das comunidades intencionais indica que:

Basicamente eu consulto todo mundo aqui (na maior parte das vezes), depois eu tomo as decisões finais. Mas eu permito com que todo mundo tenha a oportunidade de ser seu próprio chefe. Eu sou o líder, mas como dizem, não sou nenhuma babá. Nós formamos um time e tomamos decisões individuais. Eu permito com que as pessoas façam as coisas delas, desde que elas também pensem no coletivo e façam parte do time. Eu também faço ‘vista grossa’ por algumas outras coisas só pra que eu possa caminhar ao lado do meu povo. Diferentemente de outros líderes comunitários, eu não só ‘lato’ ordens e espero que os outros façam todo o trabalho, eu inclusive trabalho mais do que muitas pessoas daqui (FIC, 2023, tradução nossa).⁹

A ideia de consultas, conversas no dia a dia e discussões abertas pautadas pela comunicação não violenta e na liderança cooperativa aparece em muitos dos casos relatados como “outros”, chamando a atenção para a dimensão comunicativa e cotidiana dos processos de tomada de decisão nas comunidades intencionais. A democracia também é relatada de forma frequente entre os métodos de tomada de decisão. A descrição é acompanhada de qualificações como democracia direta, democracia representativa, república democrática, democracia igualitária e democracia anticapitalista/antiocidentalista. Ainda existem comunidades intencionais que afirmam decidir sobre o processo de tomada de decisão ou em transição para novos processos. Outras, estipulam que todo o processo decisório é firmado por contratos durante o processo de filiação ao grupo. Existem grupos que têm como método de decisão o senso comum e a vontade, apostando na harmonia e na sintonia enquanto geradoras de respostas. Há comunidades intencionais que indicam como método de tomada de decisão, fontes exotéricas como o Espírito Santo, as regras de *ashram* e o próprio clima e a natureza. Não obstante, também são visualizadas respostas que evidenciam uma lógica própria da administração para a tomada de decisão, tornando os espaços de política e governança

⁹ Trecho disponibilizado pela comunidade intencional ao identificar ‘outros’ para o método de tomada de decisão.

espaços administrativos, como pode ser visto pela substituição das lideranças por administradores. Outros grupos apresentam regras próprias para a tomada de decisão, como o estabelecimento de que toda decisão será apoiada exceto no caso de algum voto contra. Alguns grupos apontam a tomada de decisão por apenas um líder, alegando que “enquanto não tiverem interessados essa será a resposta”.

3.2.2.1.6 Economia

A FIC considera principalmente as informações sobre capital e trabalho para a construção de informações sobre a economia das comunidades intencionais. As principais preocupações ao redor dessas informações se dão pela obrigatoriedade de trabalho em atividades comuns às comunidades intencionais e pelas horas distribuídas nesta ação. Em relação ao capital, as comunidades intencionais organizam-se sobre níveis de rendas compartilhados e contribuições regulares para despesas. Em alguns casos, existem regras e taxas para serem pagos com o ingresso de um novo membro.

Apesar de a produção, da mesma forma, responder sobre o desenvolvimento econômico das comunidades intencionais, a FIC entende informações de produção alimentar e de energia, inclusive sua comercialização, como parte do plano e das práticas sustentáveis. A partir dos atravessamentos entre o trabalho destinado às comunidades intencionais e das parcelas das rendas obtidas para o compartilhamento comum e o pagamento de despesas comunitárias permitem o acompanhamento das formas de ação. A tabela a seguir sumariza alguns achados:

Tabela 7 – Economia

CARACTERÍSTICA	QUANT.	UNIDADE.
Trabalho na Comunidade	100	%
Obrigatório	57,60	%
Encorajado ou Sugerido	25,98	%
Não Necessário	10,51	%
Não Identificado	5,91	%
Se sim – Horas de Trabalho semanal para Comunidade		
Média	16,64	horas
Nível de Compartilhamento de Renda	100	%
Compartilhamento Total ou Quase Total	9,47	%
Compartilhamento Parcial	22,59	%

Finanças Individuais Independentes	62,81	%
Não Identificado	5,13	%
Contribuições Financeiras mensais e regulares	100	%
Sim	66,20	%
Não	27,80	%
Não Identificado	5,99	%
Se sim – Valor mensal da Contribuição		
Média	323	dólares
Taxa ou aporte de entrada à Comunidade	100	%
Sim	36,40	%
Não	57,52	%
Não Identificado	6,08	%
Se sim – Valor taxa de entrada		
Média	8.849,41	dólares
Autorização de ingresso de membros com dívidas	100	%
Sim	44,92	%
Sim, parcialmente	24,07	%
Não	5,47	%
Não Identificado	25,54	%

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2.2.1.7 Práticas Sustentáveis

Na contemporaneidade, a humanidade se deparou com agravamento de diversos problemas ligados à esfera ambiental. A escassez de alimentos, as crises energéticas, a poluição ambiental, e a intensificação da crise ecológica contribuíram para a desaceleração do crescimento econômico, aumentando contestações ao redor da eficiência do sistema (Lyons *et al*, 2016). Ao mesmo tempo, esses questionamentos foram responsáveis por trazerem à tona a necessidade da humanidade de rever sua posição no ecossistema, buscando novos caminhos para a sobrevivência e o desenvolvimento (Zhao, 1991; Shi *et al*, 2019) e fazendo com que diversas ações fossem colocadas em práticas, mobilizando diferentes estratégias e atores, evidenciando novas formas de estruturação da vida. A FIC entende as práticas de sustentabilidade principalmente a partir de questões de produção e consumo de energia e de alimentos.

Em relação à produção e ao consumo de energia, a FIC sugere o acompanhamento a partir de dois principais pontos. O primeiro diz respeito às fontes de energia utilizadas na comunidade intencional, assim como a indicação de qual tipo de infraestrutura energética é seguido, para verificação de sistemas próprios e/ou da interlocução com serviços públicos ou privados. O segundo ponto dialoga com a geração de energia renovável nas comunidades intencionais, buscando identificar quanto da energia total consumida pela comunidade advém de geração própria, e qual a expectativa trazida pela comunidade para produção dessa energia.

Quando considerada a produção e o consumo de alimentos, o acompanhamento realizado pela FIC se dá em dois momentos. O primeiro ligado à produção, faz referência ao percentual de alimentos consumidos que é produzido na comunidade e o percentual desejado – ou planejado – de produção desses alimentos. O segundo momento faz referência ao consumo, indicando o percentual de alimentos adquiridos que advém de produtores locais¹⁰. Notamos:

Tabela 8 – Práticas Sustentáveis

CARACTERÍSTICA	%
Tipo de Infraestrutura Energética	100%
Off-Grid (Autossuficiente)	12,42%
Misto	31,28%
Sistema Energético Público Padrão	34,84%
Não Identificado	21,46%
Fontes de Energia	100%
Biocombustível	3,33%
Biogás	3,10%
Biomassa	5,68%
Energia Limpa	9,35%
Eólica	7,74%
Geotérmica	4,30%
Hidrelétrica	5,79%
Madeira	1,38%

¹⁰ Para a FIC o consumo local é aquele realizado pelos membros das comunidades que adquirem alimentos de produtores num raio de 150 milhas (aproximadamente 214 km) em relação à sede da comunidade. Foram considerados apenas os dados identificados para a geração das médias.

Solar	32,40%
Outros	0,86%
Não Identificado	26,09%
Energia Renovável Utilizada/Produzida na Comunidade – Atual	
Valor Médio	45,56%
Energia Renovável Utilizada/Produzida na Comunidade – Planejado	
Valor Médio	75,61%
Alimentos consumidos que são produzidos pela Comunidade – Atual	
Valor Médio	24,20%
Alimentos consumidos que são produzidos pela Comunidade – Planejado	
Valor Médio	61,38%
Alimentos consumidos que são adquiridos de Produtores Locais	
Valor Médio	55,04%

Fonte: Elaborado pela autora

3.2.2.2 Declarações proferidas pelas comunidades intencionais da FIC

Para analisar as declarações proferidas pelas comunidades intencionais da FIC, primeiro, foi produzida uma nuvem de palavras com apoio da linguagem R a partir das palavras-chave identificadas pelas 1.140 comunidades intencionais da FIC para suas descrições, considerando apenas palavras que apareceram mais de uma vez. Além disso, não foram considerados artigos, preposições ou conjunções cujos significados não auxiliavam na identificação dos sentidos. O processo de lematização foi realizado, a fim de substituir palavras por seus termos raízes, de forma a diminuir a complexidade dos textos sem que a precisão seja comprometida. Também foram padronizadas formas de grafia de termos como “eco-village”/“ecovillage”, e aglomerados termos compostos por mais de uma palavra, como “shared living”/ “shared_living”.

Depois, as análises lexicográfica, CHD e de similitude foram desenvolvidas com apoio do software Iramuteq a partir do *corpus* textual produzido pelos conjuntos das respostas fornecidas às nove questões apontadas anteriormente pelas 1.140 comunidades intencionais da FIC: (1) Tipo de Comunidade; (2) Descrição da Comunidade; (3) Missão ou Foco da Comunidade; (4) Palavras-chave das Comunidades; (5) Comentários Adicionais sobre a Comunidade; (6) Por favor, descreva brevemente o processo de filiação de um membro à

Comunidade; (7) Qual método de tomada de decisão é utilizado majoritariamente na Comunidade?; (8) Comentários Adicionais sobre a Governança na Comunidade; e (9) Comentários Adicionais sobre a Economia da Comunidade. O grande volume de textos levou à produção de 870.996 ocorrências, considerando palavras e forma, e 24.948 segmentos de textos.

3.2.2.2.1 Nuvem de Palavras

Ao se inscreverem no Diretório da FIC, as comunidades intencionais são encorajadas a selecionar palavras-chave que identificam os principais atributos relacionados à comunidade intencional e que, por conseguinte, apontam para dimensões centrais presentes no viver conjuntamente e ou no compartilhamento de recursos planejado pelas comunidades. Enquanto função operacional, essas palavras-chave auxiliam o interessado a buscar no diretório *online* por comunidades alinhadas às suas expectativas, práticas e aos valores desejados. Além disso, podemos pensar que essas palavras-chave refletem em conjunto os horizontes normativos e valorativos traçados pelas comunidades intencionais.

No entanto, ao apontar para características centrais à definição dessas comunidades, representadas pelas palavras-chave que sintetizam e promovem aquela comunidade, notamos os significados presentes na constituição dessas experiências. Com o objetivo de traçar um panorama sobre os principais atributos identificados pelos membros da comunidade intencional em relação às suas características, foi produzida uma nuvem de palavras a partir das palavras-chave apontadas pelas comunidades intencionais presentes na FIC. Notamos:

sistemas (Dryzek, 2005) e que são incorporadas de forma distinta por distintos grupos de interesse (Shi *et al*, 2019).

As comunidades intencionais, enquanto representantes desses grupos de interesses, interagem de formas múltiplas sobre a sustentabilidade, chamando atenção para as práticas desempenhadas nesse sentido. Outros termos de destaque que acompanham a sustentabilidade e que detêm possibilidade de expressar esses interesses, por exemplo, são trazidos por: “*off grid*” (“autossuficiente”), “*farming*” (cultivo), “*gardening*” (jardinagem), “*nature*” (natureza), “*ecology*” (ecologia), “*organic*” (orgânico) e “*vegan*” (vegano), direcionando informações sobre os modelos de produção e as práticas estabelecidas nestes espaços.

Podemos pensar nas interações entre o ambientalismo e as democracias. Sob a ideia de democracia ecológica, Dryzek (2013) aponta, de forma radical e pragmática, que questões próprias da democracia deliberativa podem ser exploradas nos contextos que trabalham sobre questões ambientais (Baber e Bartlett, 2007; Dryzek and Stevenson, 2011; Smith, 2003). Isso, pois, em primeiro lugar, a deliberação é uma boa estratégia para coordenação de perspectivas distintas sobre problemas complexos com múltiplos atores envolvidos, como é o caso da questão ambiental. Em segundo lugar, a deliberação é capaz de assimilar e trazer respostas aos estados das discussões promovidas nos sistemas socioecológicos, incorporando os distintos aspectos desses sistemas. Como um terceiro ponto, destaca-se o fato de que os valores que conseguem sobreviver à deliberação democrática são orientados pelos interesses da comunidade como um todo, e não por interesses particulares de grupos ou indivíduos dentro das comunidades.

O quarto ponto destaca que a deliberação influencia reflexões inclusive sobre corpos não presentes, como gerações futuras, essencial ao debate sobre sustentabilidade (Goodin, 1996). O quinto ponto evidencia as capacidades criativas dos processos deliberativos, apontando para soluções inovadoras e experimentais. Como sexto ponto, tem-se o fato de que a deliberação é capaz de permitir a interpretação de como um princípio geral é aplicado e quais seus sentidos nos múltiplos contextos, como verificamos na sustentabilidade. O sétimo e último ponto enseja sobre o aspecto autocrítico dos processos deliberativos, identificando-os enquanto eficientes para a localização de deficiências e correções das mesmas.

Ainda dentre as palavras-chave que descrevem as comunidades intencionais na FIC e as dinâmicas de sustentabilidade, há grande destaque à permacultura. Ferguson e Lovell (2015) definem a permacultura como um movimento liderado por organizações sociais de

base local que se alinham, de forma internacional e com extensa presença digital e em projetos de integração – como seminários, workshops e encontros regionais – para o desenho sustentável dos assentamentos humanos. Os movimentos de permacultura possuem uma perspectiva não só ecológica, como social, entendendo a centralidade das capacidades humanas de se organizarem no desenvolvimento de sistemas que consigam mitigar os efeitos e riscos ambientais e climáticos trazidos pelos modelos hegemônicos (Holmgren, 2002).

Essas iniciativas partem principalmente da compreensão de que as tratativas trazidas pelos governos falharam na contenção da problemática, tornando necessário, portanto, o desenvolvimento de contribuições de atores para além do Estado e com perspectivas institucionais menos hierárquicas (Ernstson et al, 2008). Em decorrência disso, a transformação desejada por essa visão de mundo rejeita o envolvimento restrito às instituições existentes, favorecendo a intervenção direta para a reintegração da produção e a gestão dos recursos, administrados sobre os indivíduos e comunidades locais, representadas aqui pelas comunidades intencionais (Dawborn e Smith, 2011).

Os grupos voltados à permacultura apresentam, em geral, baixos níveis de institucionalização, e os projetos apresentados possuem uma ampla variedade, englobando hortas comunitárias, redes de educação, desenvolvimento de pesquisa e estruturação de redes de comunicação, recuperando iniciativas de movimentos prefigurativos (Ferguson e Lovell, 2015). Apesar de a permacultura incidir com maior ênfase em questões de produção e consumo, existem discussões ao redor da distribuição do trabalho e da produção do espaço nestes ambientes, entendendo que esses elementos são centrais para a autossuficiência.

Outro ponto trazido pela permacultura é o reconhecimento de que para a transição ecológica e a mitigação da questão ambiental não são apenas necessárias inovações sociotécnicas e econômicas, mas também precisam ser revisados as narrativas e os valores que interagem ao movimento (Dellapenna et al, 2013; Fressoli et al, 2014). Nesse sentido, ainda que discussões ao redor de práticas e técnicas sejam importantes para a produção dos ambientes sustentáveis, a participação social é fundamental para a consolidação do movimento da permacultura enquanto estratégia na resolução dos problemas. É diante disso que podemos perceber também a presença do termo “*education*” em destaque na nuvem de palavras, o que pode indicar iniciativas ao redor de redes de disseminação e apoio ao desenvolvimento sustentável e ou à permacultura.

A espiritualidade também ganha destaque dentre as palavras-chave elencadas pelas comunidades intencionais da FIC. Geralmente acompanhando termos bastante explorados como “*healing*”, “*meditation*”, “*yoga*” e “*christian*”, a espiritualidade ganha semânticas e interpretações singulares, abrangendo diferentes religiões e que, em suas múltiplas formas, convergem na capacidade de desenvolver espaços em que valores e práticas encontram local propício ao engajamento e à articulação de laços de afetividade e compromisso. A espiritualidade é tomada como fonte de inspiração e força para o ativismo e a justiça social, apoiando o desenvolvimento de um senso coletivo de responsabilidade importante para a efetividade política (Nash e Stewart, 2005; Bradley, Maschi e Gilmore, 2007; Este e Bernard, 2006; Smith, 1996; Profitt, 2010). Isso porque as ações orientadas pela espiritualidade podem mobilizar ações sociais estruturais voltadas pra realização de objetivos coletivos, tornando o lugar passível de disputas e realização política (Baskin, 2002).

Por outro lado, devemos reconhecer que, a partir da espiritualidade, foram impulsionadas opressões sociais direcionadas a grupos específicos, como indígenas, desarticulando iniciativas de autogestão e estruturação de modos de vida trazidos por esses grupos e que não dialogavam com valores e princípios observados pelos grupos em hegemonia (McKernan, 2005; Nash e Stewart, 2002). Diante disso, pelo posicionamento ambivalente da espiritualidade, ora fortalecendo laços comunitários, ora segregando espacial e socialmente grupos para além das bases espirituais, é relevante o acompanhamento de como a dimensão espiritual-religiosa dialoga com as bases comunitárias e os objetivos postulados por elas. Resta observar que muitas dessas dimensões dialogam com práticas de educação e ao redor da estruturação das famílias, esclarecendo sobre dois outros termos notados pelas comunidades intencionais dentre as palavras-chave, além de postular expectativas sobre valores e formas de organização.

Ainda há, dentre as palavras-chave em destaque elencadas pela FIC, uma série de termos que refletem a dimensão da cooperação, como “*egalitarian*”, “*shared living*” e “*consensus*”. Acompanhando discussões ao redor do relacionamento entre a teoria democrática e as comunidades, e entendendo que o nexos entre as comunidades e a democracia, fortalecido pelas liberdades individuais, é resultado da associação humana (Bernstein, 1991; Honneth, 2000; Dewey, 2005), a comunidade, portanto, por meio da cooperação, “assegura que liberdade individual e democracia se impliquem mutuamente” (Dalbosco e Mendonça, 2020, p.9). Nas comunidades intencionais, o modo de vida

compartilhado, além do compartilhamento de bens duráveis, infraestrutura, itens de consumo e atribuições pode contribuir ao desenvolvimento de espaços participativos, visando o fortalecimento dos esforços de construção de objetivos e interesses em comum que ordenam a própria cooperação.

No que diz respeito à criação desses pontos comuns, destaca-se o termo “consenso”, juntamente mencionado como palavra-chave. Embora as democracias exijam o reconhecimento mútuo e acordos sobre normas, valores e regras, considerando o pluralismo e os dissensos inerentes aos processos políticos em sociedades democráticas, é importante ressaltar que o consenso não é necessariamente o objetivo final das democracias, uma vez que o consenso pode resultar na supressão de vozes dissidentes (Mouffe, 2016). Assim, conflitos não violentos são parte integrante da construção democrática, rejeitando soluções totalizadoras que ignoram o papel crucial da oposição na legitimação da política dominante.

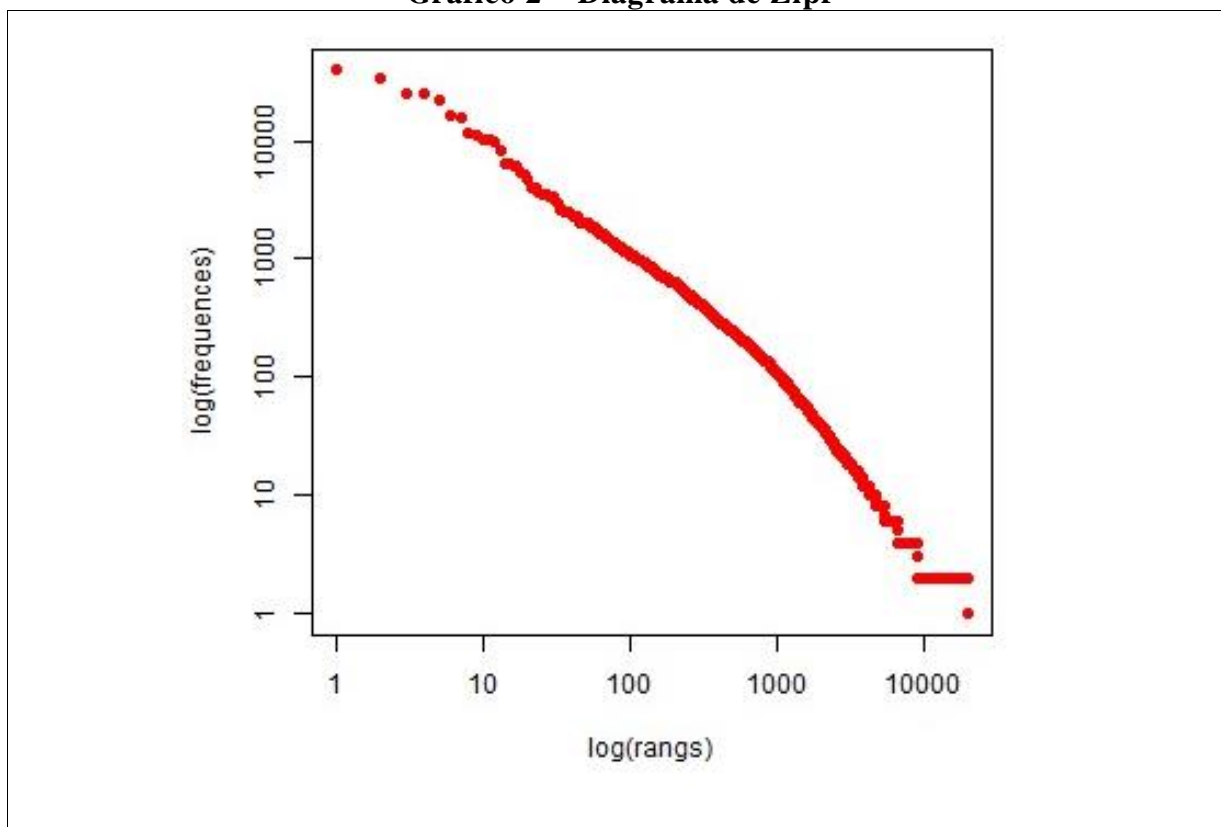
O pluralismo democrático surge do reconhecimento de que múltiplas visões são essenciais para o debate democrático, baseado nas contínuas necessidades de deliberação, articulação, negociação e formação de alianças. As comunidades intencionais podem reagir de maneiras diversas, destacando mais uma vez sua posição ambivalente. Se por um lado essas experiências exaltam a possibilidade de construção de novas bases de legitimidade e dar voz a razões dissidentes, por outro também podem reforçar dinâmicas de autoenclausuramento e homogeneização, o que pode impedir o avanço das necessidades fundamentais às democracias, expressas pelas necessidades de deliberação, articulação, negociação e formação de alianças.

Podemos notar nas comunidades intencionais diversos atravessamentos que apontam para ambivalências que tornam as experiências ainda mais complexas quando consideradas as oportunidades trazidas por elas para as inovações democráticas. Observamos, a partir das palavras-chave indicadas pelas comunidades intencionais da FIC, a centralidade de discussões ao redor da sustentabilidade, da permacultura, da espiritualidade e da cooperação para a estruturação dessas experiências, chamando atenção ainda aos modos aos quais esses debates são construídos e quais suas implicações para o viver conjuntamente e as possíveis reflexões para as democracias. Ressaltamos ainda que tais explicações estão muito ambientadas nas expectativas e nos desafios trazidos por uma visão predominantemente pragmática das democracias e que endereça as necessidades de reinvenção e criatividade para a legitimação dos próprios processos democráticos (Dewey, 2005; Rosanvallon, 2011; Pogrebinschi, 2023).

3.2.2.2.2 Análise Lexicográfica

A análise lexicográfica, também conhecida como análise de frequência simples, permite a visualização de estatísticas gerais sobre as formas utilizadas no *corpus*. Nesta análise não foram notados nenhum elemento com repetição única., enquanto 45 das formas ativas indicaram frequência maior do que 1.000, o que corresponde a 0,5% do total. Podemos observar a dispersão das frequências dessas formas no diagrama a seguir.

Gráfico 2 – Diagrama de Zipf



Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as formas ativas mais citadas, destacam-se: comunidade (n = 10.136), viver (n = 4.734), compartilhar (n = 4.054), trabalhar (n = 3.374), membro (n = 3.344) e pessoa (n = 3.332). O termo “comunidade” faz referência direta às comunidades intencionais no que permite a identificação desses espaços nos segmentos de texto explorado. Além disso, elementos como “viver”, “compartilhar” e “membro” fazem referência direta às características presentes na definição dessas experiências, enquanto “trabalhar” e “pessoa” exploram dimensões relacionadas às práticas e formas associativas tomadas nestes espaços,

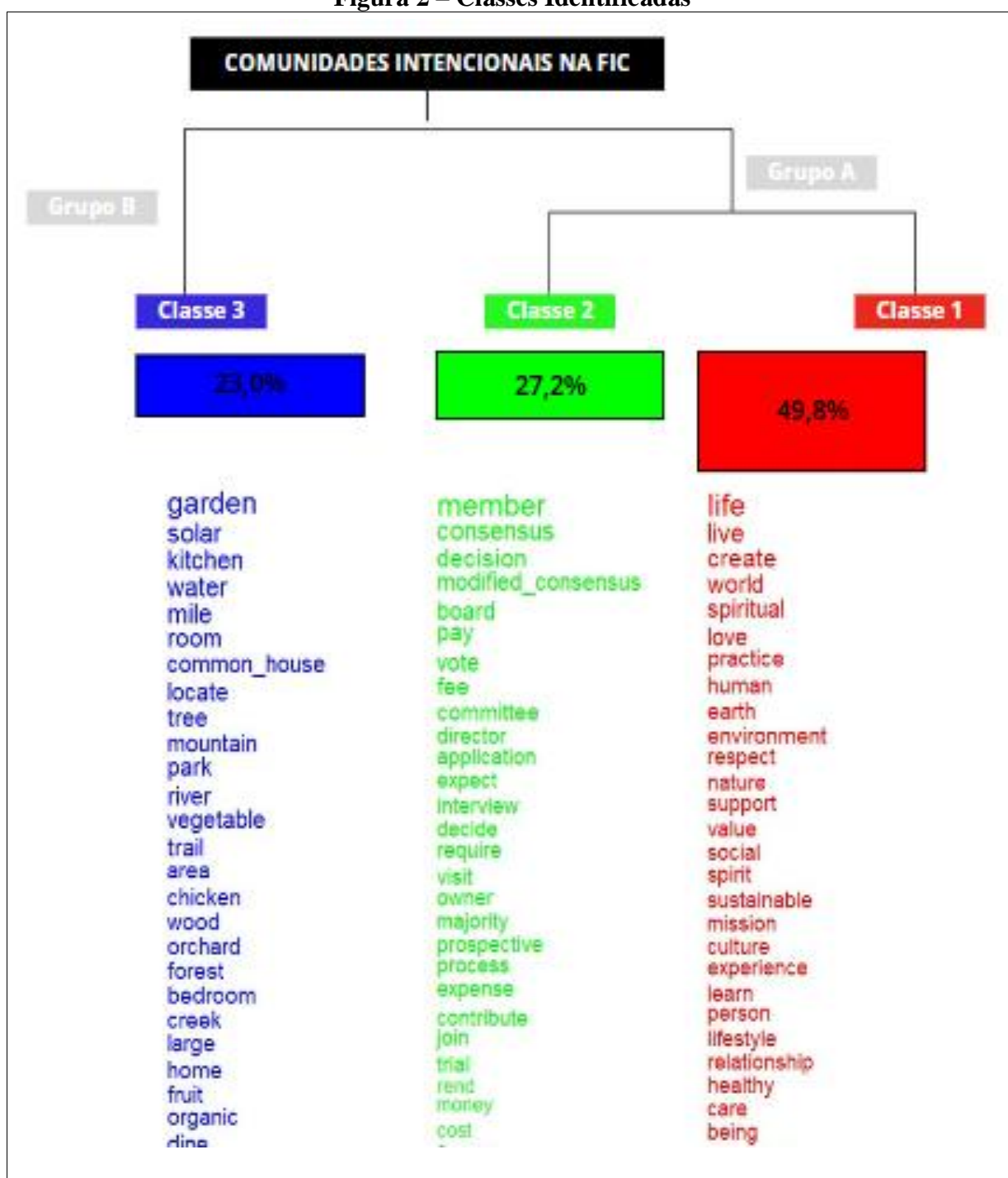
levando a compreensão de que, mediante a maior frequência, esses termos potencialmente reflitam características centrais das comunidades intencionais e que podem nos ajudar a compreender suas reivindicações. No entanto, a análise lexicográfica não permite encontrar inferências sobre as aproximações semânticas dos temas, cabendo à análise CHD a possibilidade de aproximação de *clusters* lexicais para a construção de interpretações que considerem os possíveis campos semânticos.

3.2.2.2.3 Análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) permite, por meio de sucessivos testes de qui-quadrado, a identificação de classes de segmentos textuais que apresentam vocabulários próximos ou distantes lexicalmente. Pelo Método de Reinert, a classificação apresentada pelo Iramuteq se deu pela classificação de 23.282 dos 24.948 segmentos de texto, correspondendo a 93,32% dos casos e indicando a confiabilidade da análise, elaborada a partir das 1.140 comunidades intencionais presentes na FIC.

Na CHD foram identificados dois grupos, cujas segmentações podem ser vistas pelas divisões entre: (a) Grupo A: Modos de Vida e (b) Grupo B: Características do Espaço. Enquanto o Grupo A incorpora dois *clusters*, englobando classes identificadas pelos nomes: (a) Classe 1: Meio Ambiente, Valores Pessoais e Espiritualidade; e (b) Classe 2 – Participação e Tomada de Decisão, o Grupo B possui apenas um *cluster*, identificado por: (c) Classe 3 – Espaço. Em termos das proporções admitidas pelas formas, a Classe 1 contempla 49,80% dos casos, enquanto a Classe 2 se apropria de 27,2% das formas e a Classe 3 possui 23% do total. Assim, o Grupo A domina 77% das formas apresentadas, e o Grupo B corresponde aos 23% restantes. Notamos a distribuição entre grupos e classes na figura a seguir.

Figura 2 – Classes Identificadas

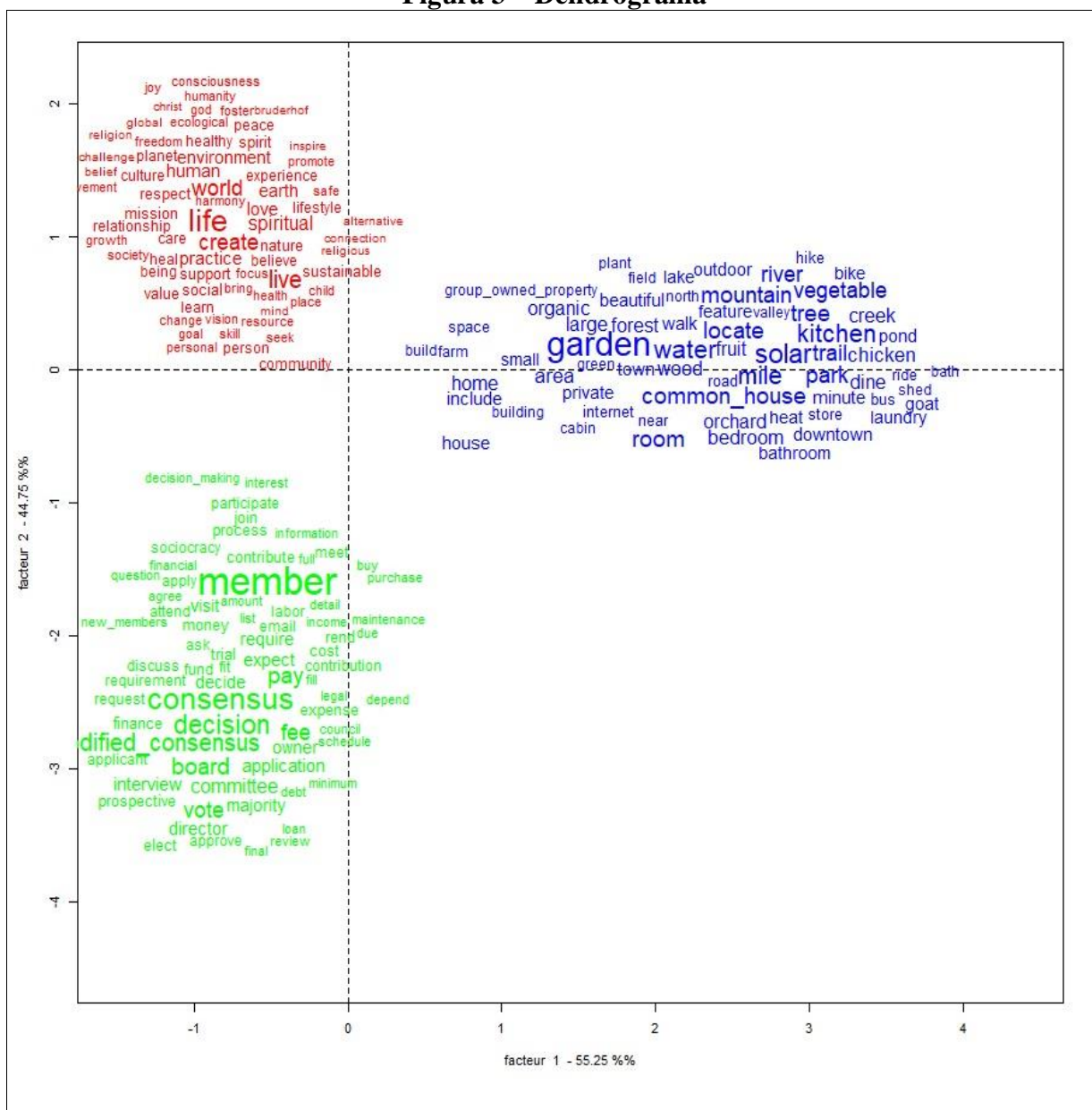


Fonte: Elaborado pela autora.

As três classes identificadas indicam relativa proximidade, apesar de a terceira classe se fazer mais distante, justamente pelas descrições fornecidas ao redor dos espaços e que se afastam de dimensões presentes nas discussões sobre tomada de decisão ou estabelecimento

de modos de vida. De todo modo, podemos visualizar como tais campos se distanciam e aproximam, bem como os principais termos em destaque, no dendrograma em sequência.

Figura 3 – Dendrograma



Fonte: Elaborado pela autora.

Recorremos ao significado apresentado pelas comunidades intencionais para compreendermos como essas classes interagem ao fenômeno. Portanto, recuperamos as comunidades intencionais como o grupo de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição (Metcalf e Christian, 2003), viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente

acordada (Sargent, 1994), assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991). Diante disso, observamos:

Classe 1 – Meio Ambiente, Valores Pessoais e Espiritualidade: Englobando a maior parte dos termos citados nas respostas fornecidas pelas comunidades intencionais da FIC, alguns elementos de destaque desta classe são: vida, viver, criar, mundo, espiritual, amor, praticar, humano, Terra, meio ambiente, respeito, natureza, apoiar, valor e social. Considerando que as comunidades intencionais admitem formas voltadas para a construção de mundos partilhados, com base no viver conjuntamente ou no compartilhamento de recursos mediante o estabelecimento de valores comuns ou razões mutuamente acordadas, esses termos parecem dar sentido aos valores e razões que levam à configuração dos grupos.

Classe 2 – Participação e Tomada de Decisão: Correspondendo à segunda maior classe dentre as respostas ofertadas pelas comunidades intencionais da FIC, essa classe corresponde às dimensões que refletem os modos de ação e organização em especial pelas condições de participação e formas de tomada de decisão. Alguns elementos de destaque são: membro, consenso, decisão, consenso modificado, diretoria, pagar, votar, taxa, comitê, diretor, aplicação, expectativas, entrevistar, decidir e requerimentos. Esses termos não só resgatam, assim como aqueles levantados na primeira classe, apontamentos sobre os sentidos dados aos valores e razões que incentivam a formação dos grupos, como também indicam práticas e expectativas ao redor das formas de construção de modos de vida e instituições, tornando-os legítimos e praticáveis.

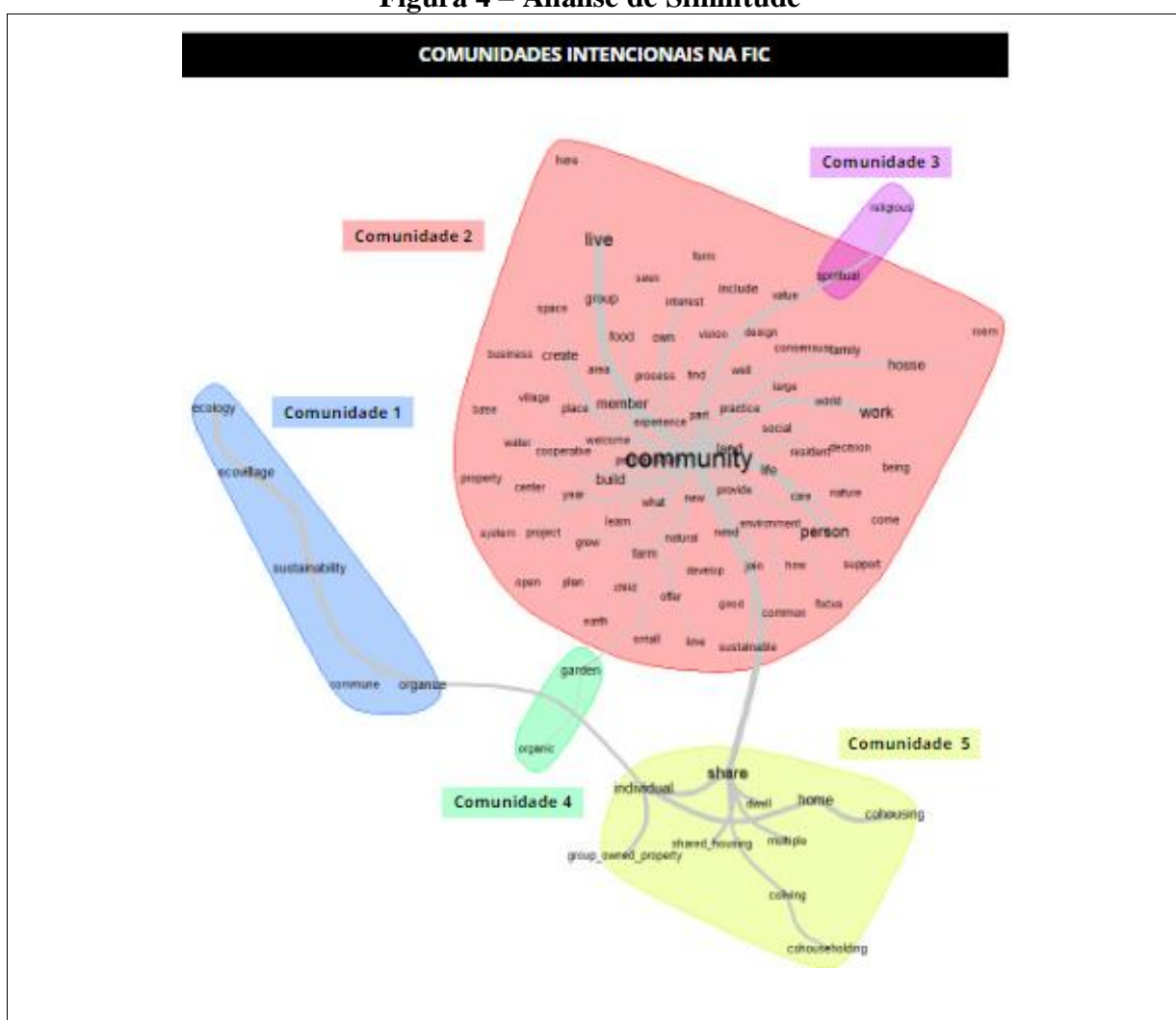
Classe 3 – Espaço: A terceira classe, menos volumosa, incorpora principalmente descrições, práticas e características frente as configurações espaciais admitidas nestas experiências. Alguns elementos de destaque são: jardim, solar, cozinha, água, milha, quarto, casa compartilhada, locação, árvore, montanha, parque, rio, vegetação, trilha e montanha. Essas palavras nos ajudam a compreender quais as estruturas compartilhadas e disponíveis nos espaços coordenados pelas comunidades

intencionais, cooperando ainda na identificação dos valores desejados para os modos de vida.

3.2.2.2.4 Análise de Similitude

A Análise de Similitude permite com que sejam visualizadas as estruturas de conexões presentes entre os conceitos de interesse, levando em consideração tanto a magnitude da frequência quanto a maior ou menor proximidade estabelecida pela forma em relação à outra no corpus. Para a construção da árvore correspondente, foram selecionados os 100 termos com maior frequência, com frequências variadas de 10.136 a 670. Para a visualização de aproximações, essas formas foram agrupadas em comunidades, como é notado na figura em sequência.

Figura 4 – Análise de Similitude



Fonte: Elaborado pela autora.

As comunidades de palavras formadas pela análise de similitude nos permitem encontrar dimensões exploradas pelas comunidades intencionais em diferentes áreas temáticas, identificando quais as principais questões trabalhadas nessas experiências. Notamos:

Comunidade 1 – Ecologia e Sustentabilidade: Podemos reconhecer este agrupamento pelo fato de que grande parte das comunidades intencionais presentes na FIC sejam desenvolvidas a partir das ecovilas, indicando uma preocupação com o meio ambiente e as relações de produção, consumos e sustentabilidade. As conexões entre este agrupamento se fazem mais presentes também em relação ao agrupamento 4, lidando com questões de formas de produção, a partir da agricultura, e ao agrupamento 5, sobre compartilhamento e consumo, relações fundamentais para a ecologia e a sustentabilidade.

Comunidade 2 – Viver em Comunidade: O maior grupo encontrado, admitindo posição central na articulação das diferentes dimensões, o viver em comunidade é dimensionado pelas práticas de governança, tomada de decisão e gestão dos grupos. Além disso, também são evidenciadas características centrais das comunidades intencionais.

Comunidade 3 – Religião e Espiritualidade: Religião e espiritualidade são temas abordados recorrentemente nas comunidades intencionais, apesar da maioria das comunidades intencionais da FIC não se declararem enquanto comunidades religiosas. A Comunidade 3 se aproxima do grupo central, representado pela comunidade 2, pela busca orientada por valores.

Comunidade 4 – Agricultura: Aproximando-se de características gerais das comunidades intencionais em termo de suas formas, tanto em relação às ecovilas quanto em relação às atividades desempenhadas, a exemplo do plantio e do cultivo nas fazendas, a dimensão de agricultura é abordada pelas hortas e jardins orgânicos, se relacionando ainda ao grupo 5 no que se refere às possibilidades de compartilhamento dessas produções.

Comunidade 5 – Compartilhamento: O segundo maior grupo, de compartilhamento, dialoga com relações e práticas estabelecidas sobre produção, consumo e estruturas nas comunidades intencionais. Aproxima-se tanto de questões de sustentabilidade quanto de valores orientados para a formação do grupo.

3.2.3 Reivindicações das Comunidades Intencionais da FIC

Como observado a partir do panorama geral descrito, o movimento trazido pelas comunidades intencionais da FIC em direção ao viver conjuntamente ou ao compartilhamento de recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994) destaca, de saída, uma preocupação dos membros dessas comunidades em relação aos interesses compartilhados que estimulam a formação do grupo, orientando práticas e pactuando normas, formais e informais, que atravessam os modos de vida estabelecidos nestes espaços. Como representações das ações e práticas que revelam e defendem os interesses comuns, essas comunidades tornam visíveis os significados dados aos modos de vida (Castells, 1999), ao passo em que são tornadas públicas as reivindicações dos grupos por meio de um *conatus*, conquistando tempo e espaço em esforços de preservação e confronto às lógicas hegemônicas (Gago, 2018).

Em decorrência disso, é diante a própria materialização e corporificação dos processos dinâmicos de orientação, anseios e conquistas dos indivíduos e grupos por meio das formas de expressão dadas pelas utopias pragmáticas (Jarvis, 2017; Levitas, 2013), estabelecidas pelas comunidades intencionais, que o potencial de fazer político é ressaltado. Enquanto oportunidade política, a utopia, como método hermenêutico trazido com concretude pelas experiências espaciais, ocasiona a visibilidade das reivindicações trazidas por essas experiências no espaço público, permitindo a produção de algo de novo no mundo partilhado (Arendt, 2005).

As práticas desempenhadas pelas comunidades intencionais podem endereçar respostas nesse sentido, evidenciando as contestações e os valores que articulam os grupos. Aproximando-se de movimentos prefigurativos, as próprias práticas estabelecem os sentidos e as contradições, a partir do distanciamento das instituições e dos procedimentos típicos das democracias representativas, da experimentação de formas alternativas de tomada de decisão, organização e mobilização, e do estabelecimento de redes alternativas de redistribuição,

educação e comunicação (Mouffe, 2013; Van de Sande, 2018; Graeber, 2013). Assim, cotidianamente, e por meio de suas práticas, as comunidades intencionais expressam formas de transformação e resistência, apontando para possíveis novos caminhos de organização.

Juntamente, admitindo que prática e significado se fundem (Habermas, 2003a), e que, a partir de uma tríade, a prática social material, a linguagem e o pensamento e o ato criativo e poético interagem de forma conjunta e recíproca na produção dos espaços e suas percepções (Lefebvre, 1991), podemos considerar que as manifestações trazidas de forma verbal e declarada pelas comunidades intencionais correspondem às expectativas dadas às práticas a serem desempenhadas, revelando sentidos e orientando as ações. Ainda que esses significados reflitam bem mais as intenções que direcionam as comunidades, do que correspondam às realidades postas nestes espaços, estes são valiosos na medida em que permitem avanços em relação à compreensão dessas experiências e seus desdobramentos.

Uma grande preocupação trazida em relação às reivindicações postas pelas comunidades intencionais é estabelecida quando considerada a proposta ambivalente reforçada por essas experiências. Por um lado, as comunidades intencionais podem representar espaços reivindicados de democracia, apontando para formas associativas civis que clamam por mudanças sobre paradigmas políticos e que potencialmente avançam sobre o aprofundamento de utopias democráticas (Asenbaum, 2023), representando instituições, processos e mecanismos capazes de reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos (Elstub e Escobar, 2019), e, conseqüentemente e potencialmente, cooperando no aprimoramento das democracias por meio da participação cidadã no ciclo de formulação de políticas públicas (Pogrebinski, 2023). Por outro lado, o projeto de autonomia e as noções de liberdade que são estabelecidas nas experiências autogestionárias trazidas pelas comunidades intencionais, exigindo a ausência de assimetrias e a reflexão e o reconhecimento das leis e liberdades pelos membros, além da recusa de uma heteronomia em escala mais ampla (Castoriadis, 1992), combinada à tática de desaparecimento (Bey, 1991) e à reconstrução de noções de cidadania e laços entre os indivíduos pode levar a projetos de autoenclausuramento e separatismos aos quais as trocas não se fazem possíveis, minando a perspectiva democratizante. É diante deste espaço, ambivalente, que orientamos as principais questões deste trabalho, visando explorar as oportunidades e limitações deixadas por essas experiências às inovações democráticas. Acompanhamos essa questão no capítulo a seguir.

4 O MOVIMENTO AMBIVALENTE DE TRANSFORMAÇÃO NAS COMUNIDADES INTENCIONAIS: ENTRE POTENCIAIS ESPAÇOS DEMOCRATIZANTES E POSSÍVEIS AMEAÇAS ÀS DEMOCRACIAS

Este capítulo tem como objetivo investigar se, e como, as comunidades intencionais podem representar oportunidades de reinvenção democrática, e se, e como, essas estratégias poderiam, simultaneamente, representar ameaças às democracias, considerando as ambivalências presentes tanto nos momentos de inovação (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023) quanto nas comunidades intencionais. Para isso, primeiramente é introduzida a ambiguidade das comunidades intencionais a partir da ideia de espaços democratizantes, construída a partir dos ambientes democráticos (Tourraine, 1998), dos espaços reivindicados de democracia (Asenbaum, 2023) e das práticas de desvio (Lefebvre, 1991; Bastos et al, 2017). Depois, é apresentada a metodologia, sinalizando a construção de agenda presente mediante a produção das categorias de análise às comunidades intencionais frente as oportunidades de reinvenção das democracias, em seus potenciais e desafios. A partir da categorização produzida, são apresentadas as dimensões potenciais de reinvenção das democracias e aqueles referentes às possíveis ameaças às democracias notadas nas comunidades intencionais.

4.1 Comunidades Intencionais: Espaços Democratizantes Potenciais e Ambíguos

Tourraine (1998) introduz os ambientes democráticos a partir de três dimensões, sendo elas: (a) o reconhecimento dos direitos humanos fundamentais, limitando as atuações discricionárias de diferentes organizações; (b) a consciência de cidadania baseada na coletividade, evidenciando os direitos, o protagonismo dos sujeitos e as responsabilidades da vida pública; e (c) a pluralidade de sujeitos que formam a sociedade civil, recuperando os compromissos com instituições representativas e plurais. No entanto, apesar da ideia de ambiente estar geralmente associada a uma limitação física-espacial correspondente, para a compreensão dos ambientes democráticos, Tourraine (1998) se faz indiferente às múltiplas condições expressas pela materialidade das configurações espaciais que envolvem e produzem tais ambientes.

Dessa forma, de modo a evidenciar a dimensão concreta trazida pelas atividades humanas no espaço, múltiplas em suas configurações e interações com as democracias, chegamos à proposta de compreensão desses lugares a partir dos espaços democratizantes. Reconhecemos como espaços democratizantes aqueles nos quais é fortalecida uma consciência coletiva de cidadania que reconhece os direitos humanos fundamentais e a pluralidade de sujeitos (Tourraine, 1998) por meio de apropriações e práticas de radicalização do uso do espaço, expressas pelas práticas do desvio que, sob uma perspectiva liminar, atuam de modo a reinventar a vida e a sociedade por meio de um espaço novo (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017).

Mediante os espaços democratizantes, extrapolamos não apenas as dimensões abordadas pela ideia de ambientes democráticos (Tourraine, 1998), como as capacidades de expressão desempenhadas pelos espaços reivindicados de democracia, que por sua vez representam práticas que incluem noções de igualdade, horizontalidade, reciprocidade e solidariedade (Asenbaum, 2023). Entendemos por essa abordagem que os espaços democratizantes se diferenciam dos outros formatos na medida em que centralizam a dimensão material de reinvenção do espaço como aspecto chave à compreensão das transformações sobre os modos de vida, e conseqüentemente, sobre as democracias.

Recuperamos com ajuda dos espaços democratizantes a ideia de *communitas* para localizar as estratégias presentes na liminaridade do fluxo da vida, e que, enquanto antiestrutura, julgam a ação estrutural como árida e mecânica, buscando alternativas nas quais o corpo social detenha maior autonomia e agência (Turner, 1974). Esse movimento é também fortalecido pela perda de significado de um poder hegemônico, que se apresenta enquanto mera simulação ao grupo, fazendo com que novos significados sejam explorados de forma prática por esses mesmos grupos (Bey, 1991). Por meio das práticas, normas e dos valores compartilhados e estabelecidos pelos membros naquela unidade espacial determinada e reconhecida pelo grupo, são construídas bases capazes de oferecer um sentido prático às dinâmicas contestadas pela expressão do espaço diferencial, expondo contradições do espaço abstrato pela radicalização dos usos dos espaços em suas múltiplas qualidades, subvertendo dinâmicas de homogeneização, fragmentação e hierarquização conduzidas de forma hegemônica (Lefebvre, 1991).

Apostamos nas comunidades intencionais como oportunas aos espaços democratizantes. Para melhor compreensão dessa relação potencial, retomamos que as

comunidades intencionais são definidas pelo grupo de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição (Metcalf e Christian, 2003), viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994), assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991).

As comunidades intencionais conquistam, pragmaticamente e pela prefiguração, tempo e espaço presentes para evidenciar fragilidades e contestações sobre partilhas de um mundo e suas distribuições de recursos e acessos às bases de poder, de forma material e simbólica, apresentando práticas e dinâmicas que transformam e reconstroem esse mesmo mundo. Esse movimento é essencialmente provocado pela produção de novas solidariedades sociais, que redefinem os interesses comuns e incentivam a participação e o bem comum nas comunidades, potencialmente transformando dinâmicas presentes nas democracias (Cohen, 2007). Esse movimento é igualmente marcado pelo resgate de um conjunto de valores cujo significado e uso compartilhado são evidenciados por códigos específicos de autoidentificação no espaço (Castells, 1999). Juntamente a isso, e reconhecendo a dimensão cotidiana da democracia e dos processos políticos (Dewey, 1927; Habermas, 2003a), bem como o potencial das estratégias associativas de buscar interpretações públicas para suas experiências e interesses (Habermas, 2003a; Cohen, 2007), as comunidades intencionais são capazes de dialogar tanto com a produção cotidiana de novas formas de ação e organização, quanto tornar públicos seus questionamentos e partilhas. Em forma de utopias pragmáticas, representando instituições potenciais de uma sociedade justa, sustentável e equitativa (Jarvis, 2017; Levitas, 2013), as dinâmicas oferecidas pelas comunidades intencionais se aproximam ao debate prefigurativo, marcado pelo distanciamento de instituições e procedimentos típicos da democracia representativa (Mouffe, 2013), pela experimentação de formas alternativas de tomada de decisão, organização e mobilização (Van de Sande, 2018), e por redes alternativas de redistribuição, educação e comunicação (Graeber, 2013).

Como observamos a partir dos dados das comunidades intencionais da FIC, no Capítulo 3 desta produção, instituições e procedimentos típicos das democracias representativas são evitados na estruturação das comunidades intencionais na medida em que desenhos mais horizontais são desenvolvidos, chamando atenção para a atuação dos membros em todas as etapas dos processos de tomada de decisão e execução dos direcionamentos trazidos pelo coletivo, que apostam em métodos mais participativos. Podemos notar esse

movimento ainda ao localizarmos a cooperação enquanto uma das dimensões chave trazidas pelas comunidades intencionais. Nesses espaços, as liberdades individuais e a democracia se implicam mutuamente a partir de processos participativos e transparentes que necessitam da participação efetiva e orgânica dos membros da sociedade em diferentes etapas (Dalbosco e Mendonça; 2020; Dewey, 2015).

Em relação à experimentação de formas alternativas de tomada de decisão, organização e mobilização, a escala das comunidades intencionais, em si, ilustra uma forma de organização e mobilização que detém caráter bastante experimental e inovador. Por meio do viver conjuntamente e ou do compartilhamento de recursos (FIC, 2023), as comunidades intencionais apostam na produção de valores comuns e razões mutuamente acordadas para a justificação das formas de organização de suas bases (Sargent, 1994). Além disso, como trazido pela FIC, as comunidades intencionais representam uma grande variedade de métodos de tomada de decisão, englobando, mas não se limitando: o consenso, o consenso modificado, a holocracia, a anarquia, a sociocracia, as votações, as deliberações e a atuação de líderes e grupos de liderança.

Sobre o estabelecimento de redes alternativas de redistribuição, educação e comunicação, as comunidades intencionais da FIC podem oferecer dinâmicas particulares de educação no sentido estrito – pensando nas possibilidades de educação das crianças –, mas também possuem forte atuação na produção de materiais educativos, livros, *workshops*, seminários, podcasts e cursos. Por meio da FIC, as comunidades intencionais alimentam redes de significados e práticas que são compartilhados e consumidos de forma espontânea pelas comunidades e interessados. A página digital da FIC, nesta dinâmica, recupera bastante relevância ao movimento, promovendo articulações e tornando públicas questões importantes para as comunidades, contribuindo de forma efetiva à expansão e articulação dessas experiências.

E, são essas novas formas de estruturação de modos de vida e instituições tornadas legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991) que igualmente podem evidenciar as capacidades das comunidades intencionais enquanto espaços democratizantes. Fora das arenas públicas do sistema político tradicional, ao se fazerem orientadas para a resolução dos problemas, as comunidades intencionais impulsionam oportunidades acima das democracias eleitorais, indicando um tipo de governança que endereça novas bases de legitimidade para as

inovações democráticas se fazerem possíveis (Fung, 2003; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021).

No entanto, é preciso ressaltar que encontramos desafios, limitações e constrangimentos às potencialidades de reinvenção democrática trazidas por essas formas. Num movimento ambivalente, como resultado da própria abordagem trazida pelas comunidades intencionais em expressão da perda e contestação de um poder hegemônico e suas estruturas, bem como divisões, capacidades de agências e serviços (Bey, 1991), as comunidades intencionais podem apresentar restrições quanto às possibilidades de interação nas arenas políticas formais, mantendo suas comunicações e ações restritas às redes estabelecidas pelas experiências autônomas, não fazendo sentido que os potenciais de inovação se concretizem.

Também, nesse sentido, o distanciamento e ou a falta de conhecimentos específicos sobre as fases de produção de políticas públicas podem limitar a participação dos movimentos representados pelas comunidades intencionais aos momentos de formação de agenda, impulsionados pelas manifestações das organizações nas formas associadas ou federadas, afastando dimensões práticas e de condução das alternativas pelos propositores. Ainda, em decorrência dos movimentos dinâmicos e arriscados tanto das inovações democráticas (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023), quanto das práticas de desvio estabelecidas de forma radical no espaço (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017), notamos alguns possíveis constrangimentos decorrentes das expectativas de reconstrução destes lugares considerando valores, práticas e interesses compartilhados exclusivamente ente o grupo (Sargent, 1994; Shenker, 2011; Bey, 1991; Metcalft e Christian, 2004), caminhando para comunidades segregadas e excludentes.

Um primeiro grande desafio frente as oportunidades deixadas pelas comunidades intencionais à reinvenção das democracias seria, justamente, o de criação de pontes de trocas e interação para a produção de respostas em colaboração e que apostem na combinação, e não na rejeição, dos diferentes espaços observados. Preocupamo-nos centralmente aqui no posicionamento ambíguo das comunidades intencionais frente as oportunidades de reinvenção das democracias, ora fomentando novas bases de legitimidade, ora reforçando dinâmicas de separatismo e fragmentação no tecido social.

Ante o exposto, questiona-se: As comunidades intencionais podem representar oportunidades de reinvenção das democracias? Se sim, em que contextos e sob quais

condições? Se não, poderiam essas estratégias representar ameaças às democracias? De que modo? Visando endereçar respostas às perguntas, a seguir, é apresentada a metodologia a ser adotada. Depois, sob a ambiguidade dessas experiências, são ilustradas, respectivamente, as potenciais dimensões de reinvenção das democracias e as possíveis ameaças às democracias nas comunidades intencionais.

4.1.1 Metodologia

Estudos e investigações sobre comunidades intencionais têm sido produzidos principalmente levando em consideração as dimensões geográficas, arquitetônicas, econômicas, ambientais e de sociabilidade dessas experiências, chamando atenção para características estabelecidas pelo viver conjuntamente e pelas práticas socioambientais e econômicas promovidas pelos assentamentos. Então, quando nos direcionamos aos elementos e potenciais políticos explorados pelas comunidades intencionais, antes de avançarmos sobre mecanismos, processos e instituições desempenhados por essas estruturas que apresentem soluções específicas para os problemas políticos notados pelos grupos, é preciso concentrarmos esforços para uma primeira apreensão abrangente dessas experiências, voltada à construção de categorias analíticas que permitam com que tais elementos sejam notados e explicados.

Considerando que as comunidades intencionais se apresentam de forma bastante diversa, assumindo organizações múltiplas e difusas, as construções promovidas pela forma de panoramas gerais sobre tais experiências resgatam tendências e revelam características supostamente desconhecidas e centrais para compreender e justificar o porquê da observação desses fenômenos sobre a lente promovida pelas questões políticas associadas. Juntamente, pela identificação das comunidades intencionais como espaços democratizantes, isto é, como espaços aos quais é fortalecida uma consciência coletiva de cidadania que reconhece os direitos humanos fundamentais e a pluralidade de sujeitos (Tourraine, 1998) por meio de apropriações e práticas de radicalização de seu uso (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017), recorreremos à literatura sobre as inovações democráticas e sobre as práticas espaciais de desvio para encontrar as dimensões a serem trabalhadas sobre as oportunidades de reinvenção das democracias nessas comunidades.

Para a construção dessas categorias, nos amparamos também nas características centrais evidenciadas pela FIC nas comunidades intencionais. É relevante ressaltar, de saída, algumas limitações e desafios encontrados pelo trabalho, ao restringir o escopo de análise para as comunidades intencionais referenciadas na FIC. Primeiro, a centralização das informações sobre as comunidades intencionais em uma organização de sede única, incorporada por uma das comunidades, pode ser compreendida enquanto uma limitação do caráter horizontal da rede espacial, que recorre a uma instância de representação que detém relativa autonomia para expressão do todo. Além disso, a tentativa de sistematização e busca por uma coesão interna promovida pela FIC pode levar a uma simplificação dos múltiplos e complexos arranjos possíveis dentre as diferentes tipologias de comunidades intencionais. Dado o caráter difuso e relativamente recente das investigações acerca das comunidades intencionais, esse recorte amostral é importante como forma de viabilizar os estudos e auxiliar no mapeamento do cenário.

Sem a utilização de técnicas de observação em campo e ou participação, também em vista das condições de viabilidade da pesquisa, seja pela questão pioneira ou por condições operacionais mediante aos prazos da proposta, é importante ressaltar que as práticas elucidadas partem de autodeclarações das próprias comunidades, o que não necessariamente aponta para a realidade, mas para as expectativas mobilizadas para a construção e proposição das dinâmicas.

Destacamos que identificar as categorias para analisar as comunidades intencionais frente as oportunidades de reinvenção das democracias, em seus potenciais e desafios intermediados pela produção de um espaço ambíguo, é um passo importante na construção de uma agenda de pesquisa sobre essas experiências e suas questões políticas. Notamos algumas vantagens trazidas pela identificação das categorias a partir das capacidades da categorização de beneficiar: (a) a organização do conhecimento, trazendo dados e conceitos de forma sistemática; (b) a promoção da simplificação e ampliação das capacidades de generalização mediante o agrupamento de elementos similares, identificando padrões e reduzindo as complexidades; (c) a geração de hipóteses ou questões mais detalhadas para identificação, corroborando na formulação de perguntas de pesquisa; (d) a facilitação das análises e aplicação de métodos e processos para comparação e identificação de relações e tendências; e (e) a comunicação eficiente das experiências observadas, trazendo foco às dimensões relevantes do tema.

Observamos essas categorias a seguir, diferenciando-as entre aquelas dadas ao potencial de reinvenção das democracias e às possíveis ameaças às democracias expressas nas comunidades intencionais. Por meio dessas categorias conseguimos evidenciar as ambivalências presentes no movimento potencial de reinvenção democrática trazido pelas comunidades intencionais.

4.2 Dimensões Potenciais de Reinvenção das Democracias nas Comunidades Intencionais

Por intermédio de sua dimensão política, mobilizada a partir de um problema político, as comunidades intencionais se articulam em formas de ação que buscam legitimar modos de vida e suas instituições, de modo a refletir questões presentes nas democracias contemporâneas frente à necessidade de inovar e representadas pelos desafios de reconstrução de bases de legitimidade (Fung, 2003; Rosanvallon, 2011; Offe, 2013; Iserina e Fishkin, 2014; Fukuyama, 2015; Warren, 2021; Pogrebinschi, 2023). O movimento trazido no fomento de cidadanias insurgentes, viabilizadas pelas capacidades de articulação de atores locais (Castells, 1992; Friedmann e Douglass, 1998; Holston, 1999; Rocco, 2000; Magnusson, 2000; Garber, 2000; Isin, 2000), consegue endereçar contestações que buscam a transformação do Estado “de forma que sirva a todos os seus cidadãos, e especialmente aos menos poderosos, como ideologia e intenção, bem como prática real” (Friedmann e Douglass, 1998, p.2, tradução nossa).

Buscando compreender como essas transformações podem se apresentar diante das democracias, definimos as inovações democráticas como as instituições, os processos e os mecanismos capazes de reimaginar e aprofundar o papel dos cidadãos (Elstub e Escobar, 2019) e que possuem como finalidade o aprimoramento das democracias por meio da participação cidadã em ao menos um estágio do ciclo de formulação de políticas públicas (Pogrebinschi, 2023). Podendo representar iniciativas em distintos níveis institucionais e arenas, formais e informais, entendemos que as comunidades intencionais atuam a partir de oportunidades acima das democracias eleitorais, destacando um tipo de governança que ultrapassa os limites do Estado-nação e que fomentam novas bases de legitimidade possíveis às inovações democráticas se fizerem necessárias (Fung, 2003; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021).

Nas inovações democráticas, o caráter recente e espontâneo, apartado dos núcleos burocráticos típicos, com ênfase no processo criativo, tornam essas iniciativas locais fecundos à emersão de práticas distintas em conteúdo e forma de ação política (Assunção e Mendonça 2016; Asenbaum, 2021; Felicetti, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Essas ações oferecem interpretações singulares e dinâmicas que estimulam a reinvenção de normas pela conscientização e pela reflexividade (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Porém, a mesma singularidade que oportuniza as inovações, inertes em cenários de incertezas e em contextos altamente dinâmicos nos quais as ideias de inovação nem sempre estabelecem regras de forma rigorosa ou mudanças profundas (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021), faz com que elas detenham caráter arriscado (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023).

Representando espaços democratizantes potenciais, as comunidades intencionais carregam oportunidades de inovações democráticas ao viabilizarem, de forma prática, transformações nos modos de vida e de articulação em sociedade que possam eventualmente ser refletidos sobre as democracias. Ao resgatarem um conjunto específico de valores e significados compartilhados (Castells, 1999), são incentivadas novas solidariedades que repactuam interesses comuns e incentivam a participação (Cohen, 2007) de modo a fazer com que modos de vida e instituições sejam legitimadas e praticadas (Shenker, 2011; Bey, 1992).

Encontramos parte das explicações ao redor das inovações democráticas mediante a reimaginação do papel cidadão, buscando pela ampliação da participação (Elstub e Escobar, 2019). Elstub e Escobar (2019) apontam que essa reimaginação é mobilizada por três elementos contextuais: (a) o nível de governança; (b) o estágio político e; (c) a área da política. Em diferentes características, esses contextos são operacionalizados por meio de ferramentas e práticas que evidenciam o modo de participação, o método de seleção de participantes, as formas de tomada de decisão e a extensão de poder e influência dos participantes.

Nas comunidades intencionais presentes na FIC, o nível de governança é estabelecido de forma multiescalar, lidando com articulações públicas de interesses para a promoção de espaços que endereçam respostas aos desafios comuns localizados. Na escala local, cada comunidade oferece esse tipo de relação em relação ao seu entorno imediato. Nas escalas regionais, nacionais e transnacionais, formas federadas de associação das comunidades intencionais, como a FIC, influenciam a expressão e consolidação desses espaços,

potencialmente pressionando as agendas políticas para a visualização dos interesses defendidos por essas formas.

Em relação ao estágio político, as comunidades intencionais interagem mais comumente nos momentos de *agenda-setting*, evidenciando novas reivindicações a serem contempladas por meio da expressão pública de seus interesses e valores, manifestados através das práticas pelos espaços democratizantes. No Canadá, por exemplo, notamos o sucesso do agendamento de pautas trazidas pelas comunidades intencionais aos espaços formais a partir dos trabalhos executados pelas ecovilas O.U.R. e Yarrow, que conquistaram categorias específicas ao zoneamento de ecovilas nos planos urbanísticos formais da cidade. Outro exemplo é visto a partir da associação da FIC à Aliança de Mudanças Sistêmicas, combinando as capacidades das organizações de pressionar a opinião pública na defesa de reformas políticas, ecológicas e econômicas justas, por meio da organização de movimentos, *workshops* e conferências, bem como a publicação de artigos e boletins informativos, além da condução de pesquisas independentes e o desenvolvimento de proposições políticas.

Quando considerada a área de política pública, as comunidades intencionais atravessam diferentes áreas temáticas, envolvendo contestações sobre modos de vida, habitação, alimentação, educação, práticas de saúde, divisão do trabalho, recursos naturais, economia e governança. Com uma ampla gama de formas espaciais e tipos de organização nas comunidades intencionais, múltiplas, difusas e pouco formalizadas, é difícil precisar qual a totalidade de áreas exploradas pelas comunidades intencionais para a reimaginação dos papéis atribuídos aos cidadãos, e suas repetitivas práticas, apesar de, pela FIC, ser possível localizar tendências, destacando a atuação sobre a sustentabilidade ambiental, agricultura e proteção climática.

Notamos que as comunidades intencionais levam à reimaginação do papel cidadão por características como: (a) a participação ativa, promovendo maior inclusão dos membros nos processos de governança e tomada de decisão; (b) o cuidado comunitário, apontando para os compromissos de bem-estar e reconhecimento mútuo; (c) a descentralização do poder, permitindo com que possam haver distribuições mais equitativas sobre as decisões e os recursos, modificando as relações de acesso às bases de poder; (d) a autossuficiência e a sustentabilidade, destacando compromissos e responsabilidades de preservação e indicando transformações de longo prazo; (e) a resolução colaborativa de problemas, ampliando as relações de cidadania para práticas voltadas à resolução de problemas que podem envolver

abordagens deliberativas; (f) a criação de identidades coletivas, fortalecendo identidades compartilhadas entre os grupos, reforçando sentidos de pertencimento e compromissos comuns, podendo também apoiar a inclusão; e (g) o fortalecimento de cidadanias ativas para além dos limites geográficos, reconhecendo não só as potenciais presenças digitais e articulações em rede promovidas pelas comunidades, mas também a própria noção de que os valores comuns e as razões mutuamente acordadas que impulsionam as cidadanias nesses grupos, estimulando identificações coletivas que transcendem limitações físico-espaciais.

Impulsionadas pelas transformações presentes na reimaginação do papel cidadão, podemos pensar que as comunidades intencionais conseguem lidar com as expectativas de que as práticas estabelecidas nestes espaços detenham como finalidade o aprimoramento das democracias por meio da participação cidadã em ao menos um estágio do ciclo de formulação de políticas públicas (Pogrebinschi, 2023) por diferentes modos. Resumimos tais modos no quadro abaixo a partir das dimensões potenciais estabelecidas por eles.

Quadro 2 – Dimensões Potenciais de Reinvenção das Democracias nas Comunidades Intencionais

DIMENSÃO	OPORTUNIDADES DE REINVENÇÃO
Solidariedade	<ol style="list-style-type: none"> 1 Busca por justiça social; 2 Incentivo à participação cidadã ativa; 3 Respeito à diversidade, reconhecendo e respeitando as diferenças.
Formação de Bases de Legitimidade	<ol style="list-style-type: none"> 1 Novas relações de responsividade e <i>accountability</i>; 2 Movimentos em direção à governança global e para a resolução de problemas; 3 Apresentações sobre novos temas, problemas e reivindicações; 4 Combate às desigualdades e discriminações
Agentes de Mudança, Temporalidade e <i>Assemblage</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1 Promoção relações de confiança; 2 Ampliação da diversidade e a inclusão de narrativas nas democracias; 3 Mobilização da mudança social; 4 Contribuição para a deliberação e a formação de discursos públicos.
Institucionalismo Utópico-Pragmático	<ol style="list-style-type: none"> 1 Fomento ao diálogo e à deliberação; 2 Experimentação social de ideias, abordagens, instituições e práticas; 3 Horizonte de aspirações traçados pelas utopias.
Abordagem voltada para a Resolução de Problemas	<ol style="list-style-type: none"> 1 Incentivo à deliberação; 2 Aprofundamento do papel da cidadania ativa e fortalecimento de papéis cívicos; 3 Inovação em governança; 4 Transparência e o acesso à informação; 5 Fomento à parceria entre setores.

Busca pelo Comum	<ol style="list-style-type: none"> 1 Compartilhamento de recursos; 2 Incentivo a redes de conhecimento e troca informacional; 3 Compartilhamento do poder; 4 Compartilhamento de boas práticas.
Construção de Cidadanias Insurgentes	<ol style="list-style-type: none"> 1 Participação ativa, produzida pelos membros; 2 Fortalecimento da tomada de decisão informada; 3 Ampliação das responsabilidades sociais; 4 Proteção dos direitos individuais e da diversidade; 5 Exercício de controle sobre o poder.
Articulações em Rede	<ol style="list-style-type: none"> 1 Ampliação da participação cívica; 2 Descentralização do poder; 3 Incentivo à deliberação pública a partir de redes informadas; 4 Construção de uma rede de comunicação e informações.
Pragmatismo Vitalista	<ol style="list-style-type: none"> 1 O aprendizado e a adaptação; 2 A ampliação de direitos e o reconhecimento de minorias; 3 A busca por respostas mais humanitárias; 4 A produção de justiça social e econômica.

Fonte: Elaborado pela autora.

As seções seguintes se debruçam sobre os movimentos presentes ao ilustrar e identificar categorias a serem exploradas de forma empírica nas comunidades intencionais, revelando as principais abordagens presentes nesse sentido e que levam à indicação das dimensões apontadas. É importante notar que as dimensões potenciais não aparecem enquanto categorias independentes e estanques, mas justamente atravessadas nas realidades socioespaciais, servindo ao caráter didático de encontrar macronarrativas presentes nas experiências e que nos ajudam a compreender se e como as comunidades intencionais podem corroborar no aprofundamento das democracias mediante a reinvenção de suas práticas e significados.

4.2.1 *Solidariedade*

As comunidades intencionais, por meio de suas dinâmicas cotidianas e práticas estabelecidas, podem trazer à tona, histórias compartilhadas, memórias coletivas e normas de cultura mútua que resgatam formas de solidariedade importantes na produção do espaço e de suas relações (Castells, 1972). Essas solidariedades são responsáveis por repactuar os

interesses comuns e incentivar a participação (Cohen, 2007). A solidariedade, aliada a noções de igualdade, horizontalidade e reciprocidade, evocam aos espaços reivindicados de democracia (Asenbaum, 2023), apontando para possíveis caminhos a serem percorridos em busca das inovações democráticas. A solidariedade é reforçada pelo projeto de autonomia e pelas noções de liberdade, atravessadas em experiências de autogestão, como representadas pelas comunidades intencionais, uma vez que a autogestão exige a ausência de assimetrias e a reflexividade como formas de produção e manutenção das leis e liberdades pelos membros, tornando-as legítimas e praticáveis (Castoriadis, 1992; Bey, 1991; Shenker, 2011).

Enquanto oportunidades deixadas às democracias pela solidariedade, encontramos: (a) a busca por justiça social, trazendo questões como a equidade e o reconhecimento de todos para o centro das formas de organização e tomada de decisão; (b) o incentivo à participação cidadã ativa, fomentados pelo movimento solidário de preocupação com a coletividade e a busca por respostas que reflitam sobre a maximização desses interesses, favorecendo também dinâmicas deliberativas para a inclusão de distintas perspectivas para a construção de objetivos comuns; e (c) o respeito à diversidade, reconhecendo e respeitando as diferenças de modo a promover igualdade de oportunidade a todos.

4.2.2 Formação de Bases de Legitimidade

As comunidades intencionais, por meio de sua estruturação a partir de valores comuns ou razões mutuamente acordadas para que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Sargent, 1994; FIC, 2023; Shenker, 2011; Bey, 1991), apoiam a formação de novas bases de legitimidade. Representando novas arenas, fora das arenas públicas do sistema político tradicional, as propostas trazidas pelas comunidades intencionais para a resolução de problemas indicam oportunidades acima das democracias eleitorais que correspondem a um tipo de governança capaz de estimular novas bases de legitimidade para as inovações democráticas se desenvolverem (Habermas, 2003, Fung, 2003; Cohen, 2007; Dewey, 2010; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021).

As oportunidades exploradas pela formação de bases de legitimidade pelas comunidades intencionais para a reinvenção das democracias são vistas a partir de: (a) novas relações de responsividade e *accountability*, explorando dinâmicas particulares de prestação de contas e resposta aos anseios e expectativas mobilizadas pelo corpo social que interage por

meio da participação ativa na formação da estrutura de governança; (b) movimentos em direção à governança global e voltados a resolução de problemas, endereçando, de forma prática, respostas aos desafios trazidos pelas mudanças provocadas de modo global e presentes nas democracias; (c) apresentações sobre novos temas, problemas e reivindicações, explorando questões e preocupações tratadas de maneira secundária nos ambientes políticos tradicionais e que refletem parte contundente dos anseios populares, como questões sobre sustentabilidade e justiça ambiental; (d) combate a desigualdades e discriminações, lidando com questões sobre redistribuição de poder e recursos e que buscam tratar a inclusão e a diversidade.

4.2.3 Agentes de Mudança, Temporalidade e Assemblage

Felicetti (2021) aponta a interação de categorias como os agentes de mudança e a temporalidade para compreensão das dinâmicas das democracias, lidas não de forma sistêmicas, mas recorrendo a ideia de *assemblage*. Sobre os agentes de mudança, são identificados os atores sociais locais e geralmente fora do ambiente político tradicional, afastados de desenhos sistêmicos, e que são responsáveis por evidenciar os argumentos racionais, o *storytelling* coletivo e as narrativas que compõe a deliberação efetiva ao redor de mudanças sociais e que evidenciam as naturezas das demandas trazidas pelos atores que objetivam não só o engajamento na inovação institucional, mas a superação de problemas. A temporalidade faz referência ao momento observado durante a mudança política, evidenciando não só a transformação de um estágio para o outro, mas as transformações nuançadas e que atuam num reino de possibilidades. A noção de *assemblage* envolve o reconhecimento de experiências múltiplas e heterogêneas que se fazem associadas, sujeitas às contingências e mudanças, que são capazes de influenciar os processos de transformação e mudança presentes nas democracias.

Nas comunidades intencionais, em relação aos agentes de mudança, são os próprios membros das comunidades responsáveis por evidenciar os argumentos e as narrativas que compõem as práticas e as transformações sociais elucidada pelos grupos. O *storytelling* coletivo, portanto, é composto desde a formação dessas estruturas mediante a pactuação de valores comuns e ou razões mutuamente acordadas (Sargent, 1994) que inspiram os agrupamentos e dinâmicas vivenciados. O viver conjuntamente e/ou o compartilhamento de

recursos comuns (FIC, 2023) reforça essas dinâmicas de construção de discursos e narrativas nas comunidades intencionais, necessárias à condução e manutenção dessas ações, resgatando símbolos comuns e evocando racionalidades.

A temporalidade é explorada pelo movimento liminar promovido nas comunidades intencionais. A ideia de *communitas* é mais uma vez resgatada para tratar dessa característica, apontando para as estratégias presentes na liminaridade do fluxo da vida, administradas pelas comunidades intencionais e que, enquanto antiestrutura, julgam a ação estrutural enquanto árida e mecânica, buscando alternativas em que o corpo social detenha maior autonomia e agência (Turner, 1974). Ao passo em que a perda de significado de um poder hegemônico é explorada, novos significados são abordados de forma prática pelas comunidades intencionais, demarcando um campo de transformações e um reino de possibilidades (Bey, 1991).

Em decorrência disso, a ideia de *assemblage* acompanha as comunidades intencionais na medida em que elas podem formar o substrato necessário à visualização de experiências múltiplas e heterogêneas, ora associadas, que, diante de propostas de estabelecimento de valores comuns ou de razões mutuamente acordadas (FIC, 2023; Sargent, 1994) para assegurar que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991), representam práticas liminares de transformação social (Turner, 1974; Lefebvre, 1977).

Também são visualizadas oportunidades à transformação das democracias pelas interações entre os agentes de mudança e a temporalidade nas comunidades intencionais, expressas ao: (a) promover relações de confiança, oferecendo narrativas construídas de forma comum e que podem reforçar as relações de confiança entre os cidadãos e as instituições, corroborando na formação de identidades coletivas que podem fortalecer os laços comunitários, a empatia o reconhecimento mútuo; (b) ampliar a diversidade e a inclusão de narrativas nas democracias, destacando uma variedade de vozes e perspectivas; (c) mobilizar a mudança social, catalisando movimentos sociais e políticos na defesa de causas importantes que podem refletir em mudanças sociais significativas aos movimentos sociais e políticos; e (d) contribuir para a deliberação e a formação de discursos públicos potencialmente mais informados, mostrando-se ainda uma ferramenta poderosa contra a desinformação.

4.2.4 Institucionalismo Utópico-Pragmático

As comunidades intencionais se apresentam como utopias pragmáticas em defesa da produção de espaços que permitam experiências práticas frente aos seus interesses (Jarvis, 2017). Dessa forma, a utilização da utopia como método é tanto ferramenta crítica, apontando para fragilidades nos sistemas existentes, quanto forma de construção de alternativas. Nesse segundo momento, “a utopia como método está preocupada com as instituições potenciais de uma sociedade justa, equitativa e sustentável que começa a fornecer as condições para o sucesso. (Levitas, 2013, p. 219, tradução nossa). Logo, enquanto utopias pragmáticas, as comunidades intencionais conseguem refletir algumas dessas instituições potenciais, chamando atenção para valores e símbolos necessários para a transformação das democracias.

Localizamos as oportunidades deixadas pelas instituições potenciais na reinvenção das democracias através: (a) do fomento ao diálogo e à deliberação, encontrando nas utopias e suas instituições potenciais espaços para que diferentes visões sejam discutidas, debatidas e incorporadas na produção de algo de novo e em comum; (b) da experimentação social de ideias, abordagens, instituições e práticas que apontam para reflexões particulares sobre os modos de vida e que podem representar novos caminhos para as democracias; e (c) do horizonte de aspirações traçados pelas utopias, que refletem não sobre um estágio final, mas para uma dinâmica contínua de aprimoramento, discutindo questões sobre o concílio de ideias, os esforços de motivação e os desafios de adaptação e mudança também presentes nas democracias.

4.2.5 Abordagem voltada para a Resolução de Problemas

Pogrebinschi (2023) afirma por uma visão predominantemente pragmática que as inovações democráticas são bastante variadas uma vez que apresentam múltiplas formas a “depender dos problemas aos quais cada desenho específico tem intenção explícita de abordar” (Pogrebinschi, 2023, p.4, tradução nossa). Nesse sentido, em especial pela alta abrangência de casos e a qualidade de congregação desses casos em suas multiplicidades, mesmo com as possíveis combinações entre mais de um meio ou mais de um fim em uma alternativa por meio das tentativas práticas desempenhadas na resolução de problemas, Pogrebinschi (2023) destaca como meios para a participação: (a) a deliberação; (b) as formas

não eleitorais de representação civil; (c) o engajamento digital; e (d) o voto direto. Em respeito aos fins, destacam-se: (a) a *accountability*; (b) a responsividade; (c) a proteção do estado democrático de direito; (d) a garantia de igualdade social; e (e) busca por inclusão política.

Em relação aos meios, nas comunidades intencionais, a proposta deliberativa destaca-se nas expectativas e práticas relacionadas às definições presentes na constituição dessas experiências, influenciando valores comuns (FIC, 2023) ou razões mutuamente acordadas (Sargent, 1994). Essas definições asseguram a legitimidade e viabilidade dos modos de vida e instituições prescritas (Shenker, 2011; Bey, 1991). Por conseguinte, as comunidades intencionais, como formas não eleitorais de representação civil, são guiadas pelo viver conjunto e pelo compartilhamento de recursos (FIC, 2023) para defender seus interesses, manifestando-os de maneira prática e tangível nos espaços. O engajamento digital pode também ser incentivado, principalmente, por meio de formas federadas, visando a coleta de informações e facilitando a troca na construção de redes de ação e significados, como explorado na FIC.

Em relação aos fins, as comunidades intencionais não abordam diretamente a *accountability* em seu sentido direto frente às responsabilidades endereçadas aos governos típicos, devido à oposição às estruturas de poder tradicionais nessas localidades (Bey, 1991). Apesar dos esforços em legitimar práticas e instituições dentro do grupo (Shenker, 2011; Bey, 1991), algumas questões de governança e legitimidade podem persistir. Em relação à responsividade, as comunidades intencionais podem adotar organizações que privilegiam ações consensuais e descentralizadas, promovidas em espaços democratizantes, para lidar com a perda de legitimidade. Embora não abordem diretamente a proteção do estado democrático de direito, a busca por valores comuns compartilhados pode influenciar práticas que respeitam as condições humanas. A igualdade social é abordada nas comunidades intencionais de forma ampla, abrangendo desigualdades de renda, território e acesso a bens e serviços sociais, refletindo em estruturas pragmáticas que tratam de distribuição de recursos e acessos materiais e simbólicos. A inclusão política, na FIC, se manifesta por meio de fundos direcionados a grupos marginalizados, como o Fundo BIPOC, podendo outras manifestações se fazerem possíveis considerando formações distintas.

Enquanto oportunidades deixadas pela abordagem em relação à resolução de problemas para as inovações nas democracias, destaca-se: (a) o incentivo à deliberação,

promovendo espaços para discussão, análise, mediação e construção de respostas fundamentadas e acordadas para a tomada de decisão; (b) o aprofundamento do papel da cidadania ativa e o fortalecimento de papéis cívicos, incentivando a participação dos membros nos processos decisórios e refletindo sobre direitos e responsabilidades; (c) a inovação em governança, apontando para ferramentas, modos de tomada de decisão e deliberação e estratégias que envolvam novas dinâmicas sobre os processos de resolução de problemas e tomada de decisão, apontando para processos de aperfeiçoamento, monitoramento e avaliação; (d) a transparência e o acesso à informação, chamando atenção aos acessos às informações desenvolvidos nesses espaços e que permitem com que os cidadãos participem de forma informada na busca por soluções; e (e) o fomento à parceria entre setores, refletindo sobre as colaborações possíveis estabelecidas entre diferentes níveis e atores que além de incentivarem a diversidade podem refletir em abordagens inovadoras e eficientes na resolução de problemas.

4.2.6 Busca pelo Comum

O Comum, como princípio político, exterioriza uma construção política coletiva responsável por reconfigurar e repactuar as relações sociais por noções maiores de liberdade, participação e democracia direta, através de práticas que partem de estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social que apostam na produção e na criatividade enquanto valores centrais nas ações coletivas e cotidianas (Dardot e Laval, 2015). Podemos pensar nos espaços de dissenso enquanto o espaço do comum, na medida em que estes ilustram as tentativas de mudanças social por meio de transformações radicais do uso do espaço (Tonucci e Magalhães, 2017; Tonucci, 2015). Nas comunidades intencionais, o comum é explorado a partir das práticas cotidianas estabelecidas que, por meio de antiestruturas que apostam em maior autonomia (Castoriadis, 1992) e que contrariam a ação árida e mecânica estruturalmente dada pela estrutura ao corpo social (Turner, 1974), ilustram transformações sobre os modos de vida e organização.

As oportunidades à reinvenção das democracias mobilizadas pela busca do comum são vistas pelo(a): (a) compartilhamento de recursos, trazendo novas distribuições mais justas e equitativas; (b) incentivo a redes de conhecimento e troca informacional, conduzindo dinâmicas que garantam a participação informada, a colaboração e reforcem a

responsabilidade dos membros, contribuindo ao fortalecimento das democracias por meio da difusão de conhecimento e experiência; (c) compartilhamento do poder, podendo estar distribuído de forma equitativa entre os membros, corresponsáveis pelas decisões que se fazem presentes nas comunidades; e (d) compartilhamento de boas práticas, identificando práticas de governança positivas ao desenvolvimento de redes de confiança e que podem contribuir para a aprendizagem coletiva e o aprimoramento das instituições.

4.2.7 Construção de Cidades Insurgentes

As cidadanias insurgentes são mobilizadas pelos espaços aos quais a ordem dos discursos dominantes é subvertida, demonstrando forte caráter de resistência e novas proposições políticas, sociais, culturais e econômicas (Holston, 1999). Diante das relações produzidas e estabelecidas nos espaços diferenciais, a exemplo das comunidades intencionais, evidenciando a busca por estratégias de radicalização do uso dos espaços e de novas formas de estruturação da vida para que sejam legitimadas e praticáveis (Bastos et al, 2017. Lefebvre, 1991; Shenker, 2011; Bey, 1991), as comunidades intencionais acentuam solidariedades singulares que redefinem a cidadania, a participação e o em comum em direção às relações potencialmente mais sustentáveis, buscas e equitativas (Holston, 1999; Isin, 2000; Tonucci, 2015; Dardot e Laval, 2015; Tonucci e Magalhães, 2017; Gago, 2018; Jarvis, 2017; Levitas, 2013). Destacamos ainda neste movimento o direito ao florescimento humano como dinâmica presente nas cidadanias insurgentes, apontando para lutas que buscam acessar as bases materiais de poder social, por meio de contestações sobre habitação, trabalho, saúde e educação, meio ambiente e recursos financeiros.

A partir das relações diferenciais de cidadania, encontramos oportunidades à reinvenção das democracias a partir do(a): (a) participação ativa, produzida pelos membros das comunidades em direção à expansão de direitos e conquistas relativas aos interesses tornados públicos pelos grupos; (b) fortalecimento da tomada de decisão informada, construída a partir dos movimentos deliberativos e das trocas fomentadas pelas cidadanias fomentadas; (c) ampliação das responsabilidades sociais, expressas pelo cumprimento de direitos e deveres fundamentados pelo espaço diferencial das comunidades, trazendo novos símbolos e práticas para o desenho de ordem social e estabilidade; (d) proteção dos direitos individuais e da diversidade, garantindo com que todos sejam tratados com igualdade e

respeito, trazendo maior inclusão e legitimidade; e (e) exercício de controle sobre o poder, mobilizados pelos avanços em direção às bases materiais de poder evidenciados pelo direito ao florescimento humano nas comunidades.

4.2.8 Articulações em Rede

As práticas espaciais emancipatórias, ao promoverem a emancipação, a autodeterminação, a autodefesa legítima, o governo e instituição livre e lúcida das leis e normas pelo corpo social, de forma direta, podem se estabelecer a partir de redes espaciais, integrando estratégias multiescalares para coordenação das experiências de resistência, trazendo visibilidade pública às suas demandas e protestos, bem como beneficiando a eficiência logística, a solidariedade pública e a ajuda mútua entre organizações e ativistas (Souza, 2010). Exploramos a construção de redes espaciais nas comunidades intencionais especialmente por suas formas associadas e federadas, avançando em ambientes institucionais que intermediam o relacionamento entre as famílias e as instituições que controlam os recursos primários de poder econômico, político e cultural (Rocco, 2000). Essas redes espaciais são importantes também por levarem à composição de redes alternativas de redistribuição, educação e comunicação (Graeber, 2013), ampliando as capacidades de articulação dessas comunidades e seus interesses.

Encontramos oportunidades de reinvenção das democracias a partir das articulações em rede ao notar: (a) a ampliação da participação cívica, apontando para novas formas de conexão e compartilhamento de informações voltadas às discussões comuns, mobilizando a participação para além de espaços tradicionais, refletindo sobre novas formas de organização e disseminação que podem pressionar mudanças; (b) a descentralização do poder, permitindo com que as pessoas se conectem e colaborem de forma independente frente as estruturas tradicionais, desafiando lógicas e hierarquia existentes de forma a criar novos modos de participação democrática, potencialmente mais inclusivo; (c) o incentivo à deliberação pública a partir de redes informadas, fazendo com que os espaços para debates e discussões, bem como a formação de opiniões pública, se façam mais informados; e (d) a construção de uma rede de comunicação e informações, garantido maior acesso, transparência, responsividade e empoderamento aos membros que podem se tornar mais informados na participação ativa no processo democrático.

4.2.9 Pragmatismo Vitalista

A pragmática vitalista dos governados aparece nas realidades socioespaciais por meio de um *conatus*, conquistando tempo e espaço em esforços de preservação e confronto às lógicas hegemônicas, tornando públicas as reivindicações dos grupos (Gago, 2018). Nas comunidades intencionais, como visto a partir da FIC, essas reivindicações podem perpassar diferentes assuntos, incluindo questões sobre sustentabilidade, cooperação, compartilhamento de recursos e a busca por maior participação mediante a tomada de decisão e governança, podendo representar novos espaços para ampliação das discussões presentes nas democracias.

Quando consideramos os novos temas deliberados e reivindicados pelas comunidades intencionais, cujas respostas aparecem de forma prática em suas ações cotidianas, notamos como oportunidades de reinvenção nas democracias: (a) o aprendizado e a adaptação, subsidiados pelas dinâmicas observáveis nas comunidades intencionais; (b) a ampliação de direitos e reconhecimento das minorias, abordando questões que evidenciam parcelas negligenciadas das arenas políticas formais e trazem à tona seus interesses; (c) a busca por respostas mais humanitárias, mediadas, por exemplo, sobre questões de migração, sustentabilidade e mudanças climáticas, saúde e educação, refletindo sobre dinâmicas de preservação e existência dos grupos; e (d) a produção de justiça social e econômica, apontado para abordagens mais justas e equitativas que visam reduzir as disparidades.

É evidente, ainda, que os movimentos ambíguos explorados pelas comunidades intencionais podem colocar à prova suas atribuições em relação às oportunidades de reinvenção democrática. Isso, visto que, ao passo em que essas experiências podem estimular novas bases de legitimidade, entoando vozes dissidentes, elas também podem reforçar dinâmicas de autoenclausuramento e homogeneização, impedindo, por exemplo, avanços sobre deliberação, articulação, negociação e formação de alianças, essenciais às democracias. Nesse sentido, mesmo que as comunidades intencionais sejam capazes de promover transformações sobre os tecidos sociais, não podemos inferir que elas necessariamente sejam democráticas. Observamos esses movimentos na seção a seguir.

4.3 Dimensões das Possíveis Ameaças às Democracias nas Comunidades Intencionais

As comunidades intencionais representam novas escalas de articulação de organizações sociais em espaços diferenciais que lidam cotidianamente com a produção de sentidos e práticas que recuperam os interesses e valores protegidos por essas experiências, indicando ações personalizáveis. Seguindo as lógicas apresentadas por outras ações personalizáveis, como as ações conectivas, essas experiências exploram lógicas de conexão centradas em laços horizontais entre os participantes que interagem com signos e afetos para a produção de significados e expansão das ações, ao passo em que a fragmentação é aumentada e a coordenação descentralizada (Bennett e Segerberg, 2013).

De maneira ampla, entendemos as dinâmicas estruturadas pelas comunidades intencionais como capazes de explorar novos percursos institucionais para que sejam reestabelecidas relações e compromissos de tolerância mútua entre os membros, reforçando as bases de legitimidade desenvolvidas a partir das novas arenas impulsionadas pelas comunidades intencionais, apartadas das arenas públicas do sistema político tradicional, indicando oportunidades acima das democracias eleitorais que resgatam formas de solidariedade importantes na produção do espaço e de suas relações (Castells, 1972; Habermas, 2003; Fung, 2003; Cohen, 2007; Dewey, 2010; Iserina e Fishkin, 2014; Warren, 2021). Ao menos duas dimensões interagem com os movimentos reproduzidos pelas comunidades intencionais e que demarcam desafios aos avanços dessas estruturas: a institucionalidade e as relações sociais estabelecidas.

O debate de Levitsky e Ziblatt (2018) sobre as grades de proteção necessárias à sobrevivência das democracias parece refletir um pouco da ambivalência trazida entre as institucionalidades e as relações sociais estabelecidas nos movimentos pragmáticos de reconstrução das democracias e as ameaças oferecidas aos sistemas democráticos nesse sentido. A reserva institucional, entendida como a capacidade de evitar atividades que, embora respeitem as condutas da lei, “violam claramente o seu espírito” (Levitsky e Ziblatt, p. 107) e a cultura política de tolerância mútua entre os adversários são introduzidas como garantias dessa sobrevivência, trazendo duas importantes aberturas à compreensão do ambiente político. A primeira delas se respalda na centralidade que é dada ao desenho burocrático-institucional na manutenção do pacto democrático, como é representado pela reserva institucional, e se apoia em construções mais conservadoras sobre a teoria política,

reforçada por uma tradição baseada em uma “autonomia relativa das instituições políticas ante a sociedade” (Carvalho, Vieira e Goulart, 2005, p.857; Chantal, 1989), e que inclui, gradativamente, a complexidade dos simbolismos e da representação em sua estrutura analítica e argumentativa.

Em uma segunda abordagem, ao apresentar a cultura de tolerância mútua, é reconhecido um compromisso ético entre os participantes que sinaliza a necessidade da recuperação de um debate que inclua também as dimensões sociológicas e pragmáticas em sua idealização. Esse componente ultrapassa a noção da política no sentido estrito, ao se voltar para a investigação de ilhas de ações políticas que expressam os “modos de inserção dos atores individuais, sua percepção de necessidades e seus projetos de ação” (Goulart, 1993, p.478).

Por essa dinâmica, observamos a ambiguidade das propostas descentralizadas uma vez que os problemas notados sobre as democracias contemporâneas e que nos levam ao reconhecimento de uma crise que, assumindo múltiplas relações, aponta para discussões sobre os próprios significados admitidos pelas democracias, assim como elas têm sido interpretadas em diferentes contextos, jogando luz sobre como a legitimidade das democracias tem sido desafiada em diferentes frentes (Streeck, 2013; Fukuyama, 2014; Della Porta, 2015; Fischer, 2017; Runciman, 2018; Levitsky e Ziblatt, 2018; Norris e Inglehart, 2019; Mounk, 2019; Przeworski, 2020), podem ser reforçados ou remediados pelas estratégias de inovação. Isso, pois, os potenciais efeitos negativos sobre as iniciativas descentralizadas às democracias na medida em que esses novos desenhos podem acentuar as crises, em especial pelo reposicionamento das relações de organização entre os atores e suas demandas, reconstruindo as relações de legitimidade.

Nos preocupamos principalmente com as dinâmicas ofertadas pelas formas de ações personalizáveis e horizontais que podem fazer parte das comunidades intencionais, fomentando espaços individualizados e que potencialmente estimulam a contestação da institucionalidade enquanto mediadora da política (Mendonça e Birchal, 2022). Por essas novas propostas de organização e mediação política e social, são produzidas configurações arriscadas que, ainda que sejam “saudadas por sua capacidade de romper com hierarquias, elas também apontam para uma desconfiança contra instituições estabelecidas, como a mídia e os partidos políticos, e podem ser usadas para ataques à democracia” (Mendonça e Birchal,

2022, p.21). Recuperamos algumas possíveis formas de ameaças às democracias recuperadas pelas comunidades intencionais no quadro em seguida.

Quadro 3 – Dimensões das Possíveis Ameaças às Democracias nas Comunidades Intencionais

DIMENSÃO	POSSÍVEIS AMEAÇAS
Apoio ou Incentivo às Condutas Antidemocráticas	<ol style="list-style-type: none"> 1 Atuação de líderes individuais ou grupos de liderança que utilizam de formas autoritárias para a tomada de decisão; 2 Ressentimento contra grupos percebidos como outsiders; 3 Exploração de canais de comunicação alternativos; 4 Recusa ao ambiente político tradicional.
Reforços Negativos à Participação	<ol style="list-style-type: none"> 1 Construção de redes de interação restritas às comunidades intencionais de uma mesma organização ou que abordam questões semelhantes; 2 Desconhecimento das dinâmicas presentes nas arenas políticas tradicionais; 3 Isolamento social e espacial; 4 Exclusão da participação informal e baseada nas comunidades como possíveis formas de aprimoramentos de mecanismos, processos e instituições presentes nos espaços tradicionais.
Acentuação das Desconfianças, Polarização e Desinformação	<ol style="list-style-type: none"> 1 Formação de câmaras de eco; 2 Construção de identidades tribais; 3 Ausência de espaços de interação ao mundo exterior; 4 Exposição às teorias da conspiração; 5 Reforço da confiança cega.
Assimetrias e Fragmentação Social	<ol style="list-style-type: none"> 1 Marginalização de grupos internos; 2 Reforço da exclusão; 3 Acentuação de desigualdades internas; 4 Estagnação e resistência à mudança.
Invisibilidade Programática	<ol style="list-style-type: none"> 1 Distanciamento e recusa de instituições, mecanismos e processos típicos das democracias; 2 Dificuldade de identificação de valores e reivindicações postas pela comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

As seções apresentadas em sequências são organizadas a partir das dinâmicas recuperadas pela introdução das categorias a serem investigadas de forma empírica nas comunidades intencionais, jogando luz sobre os modos de ação que levam à visualização das questões apontadas pelas categorias. As dimensões possíveis de ameaças às democracias apresentadas nesta produção não aparecem de forma absoluta e inevitável dentre as experiências a serem evidenciadas, nem tampouco funcionam de forma independente e isolada, mas sim podem se mostrar emaranhadas nas realidades socioespaciais, recuperando o

caráter didático de localização das macronarrativas presentes nas comunidades intencionais e que, por fim, nos permitem compreender se e como as comunidades intencionais podem apresentar riscos, ameaças e desafios às democracias.

4.3.1 Apoio ou Incentivo às Condutas Antidemocráticas

A mobilização popular em busca de alternativas aos seus problemas e contestações, por vezes, pode ser influenciada pela retórica populista a partir de um líder autoritário que reivindica espaço na sociedade civil para exercício do interesse comum (Norris e Inglehart, 2019). Apresentando respostas e mensagens que simplificam soluções complexas, os líderes populistas avançam sobre o tecido social a partir de promessas sobre mudanças radicais, apresentando-se como agentes de transformação capazes de resolver os problemas que outros políticos não conseguiram abordar. Esses líderes impulsionam o apelo às massas, bem como, as narrativas de “nós” contra eles, além de acentuarem rupturas com as instituições estabelecidas (Laclau, 2005; Mudde e Rovira Kaltwasser, 2012; Canovan, 1999).

Nas comunidades intencionais, o apoio ou incentivo às condutas antidemocráticas por meio da ascensão de líderes populistas pode ser notada a partir do(a): (a) atuação de líderes individuais ou grupos de liderança que utilizam de formas autoritárias para a tomada de decisão dentro das comunidades intencionais, podendo evocar a símbolos religiosos e ou ideológicos para a justificação do exercício de seu poder; (b) ressentimento contra grupos percebidos como *outsiders*, levando à exclusão do engajamento com esses grupos; (c) exploração de canais alternativos de comunicação, centralizando informações e discussões em redes que refletem predominantemente a perspectivas dos líderes e podem tratar com desinformação e manipulação as questões referenciadas; e (d) recusa ao ambiente político tradicional, compreendendo-o enquanto incapaz de mediar os conflitos experimentados pela comunidade, pois este está á serviço de um grupo externo à comunidade e rivalizado.

4.3.2 Reforços Negativos à Participação

A participação exime caráter central nas democracias na medida em que é viabilizada como forma de construir alternativas e possibilidades dentro do ciclo político, por intermédio das instituições, dos processos e dos mecanismos desenhados para a resolução de problemas e

voltados para a deliberação, para as formas não eleitorais de representação civil, para o engajamento digital e para o voto direto (Pogrebinschi, 2023). Nas comunidades intencionais, a participação nas áreas políticas formais pode ser desincentivada devido ao movimento tratado pela rejeição do poder hegemônico nessas estruturas, servindo como reforços negativos à participação e interação nas arenas políticas formais, constringendo as possibilidades de transformação (Bey, 1991).

Notamos essas dinâmicas a partir do(a): (a) construção de redes de interação restritas à comunidades intencionais de uma mesma organização ou que abordam questões semelhantes, sem que sejam promovidas trocas com comunidades diferentes ou outras experiências autônomas e pragmáticas; (b) desconhecimento das dinâmicas presentes nas arenas políticas tradicionais, motivado e reforçado pela recusa do poder hegemônico; (c) isolamento social e espacial promovido pelo distanciamento das comunidades intencionais dos espaços comuns na sociedade mais ampla, incluindo espaços de educação; e (d) exclusão da participação informal e baseada nas comunidades como possíveis formas de aprimoramentos de mecanismos, processos e instituições presentes nos espaços tradicionais, impossibilitando que sejam construídas trocas entre os ambientes para a proposição de mudanças.

4.3.3 Acentuação das Desconfianças, Polarização e Desinformação

A acentuação das desconfianças e a polarização admitem sérios riscos às democracias, comprometendo as capacidades de diálogo político e consenso, prejudicando a busca por soluções equilibradas (Sustein, 2017), minando a confiança nas instituições democráticas, de modo a estimular a paralisia institucional que leva a governos ineficazes (Binder e Maltzman, 2006; Putnam, 2000), além de resultar em acréscimos às tensões sociais e violência política, rompendo com valores democráticos necessários ao sustento das democracias (McCaulley e Moskalenko, 2008; Diamond, 2008). A desinformação, nesse seguimento, pode ser usada para amplificar narrativas partidárias e ideológicas, contribuindo para a polarização política, além de reforçar posicionamentos extremos e dificultar estratégias em busca de soluções abrangentes.

Nas comunidades intencionais, entendemos que a polarização e a acentuação das desconfianças podem ser incentivadas nestes espaços, uma vez que, por meio do isolamento eventualmente promovido nas experiências de autogestão, as comunidades intencionais

podem dificultar a coesão social e a compreensão mútua, acentuando a fragmentação social e a polarização. Isso pois concentram no espaço promovido por valores ou razões compartilhadas visões de mundo semelhantes, lidando com a falta de diversidade de opiniões necessárias aos processos deliberativos, além de exacerbar divisões, aumentar os riscos de radicalização e dificultando o diálogo construtivo entre as diferentes parcelas das sociedades.

Podemos observar as dinâmicas presentes nas comunidades intencionais em direção à acentuação das desconfianças e da polarização a partir da: (a) formação de câmaras de eco (Sustein, 2017), estimulando bolhas informativas as quais os membros e participantes são expostos principalmente à informações que confirmam suas visões preexistentes, reforçando suas crenças e acentuando desconfianças sobre pontos de vista alternativos; (b) construção de identidades tribais (Haidt, 2012), fazendo com que os membros reforcem identidades autoidentificadas pelo grupo de tal forma a enxergar os demais grupos como ameaças, potencializando a polarização e incentivando a radicalização; (c) ausência de espaços de interação ao mundo exterior, minando as expectativas de construção de empatia e compreensão mútua, pois as visões diferentes ao grupo podem ser compreendidas como rivais e incompatíveis; (d) exposição às teorias da conspiração, mobilizadas pela própria condição das comunidades isoladas de se tornarem mais suscetíveis a propagação dessas teorias, pelas redes de apoio e informação restritas construídas (Uscinski e Parent, 2014); e (e) reforço da confiança cega mediante a restauração dos vínculos sociais, facilitando a disseminação de desinformação na comunidade (Pennycook e Rand, 2019).

4.3.4 Assimetrias e Fragmentação Social

Apesar das utopias pragmáticas admitirem formas que se pretendem em busca de instituições mais justas, sustentáveis e equitativas (Jarvis, 2017; Levitas, 2013), nem sempre, na prática, as organizações formadas por essas abordagens concretizam os valores enfatizados, podendo reforçar assimetrias internas entre os membros sobre diversos aspectos. Ao mesmo tempo, a consolidação e o avanço dos valores comuns e objetivos pactuados pelos membros de uma comunidade intencional podem acentuar dinâmicas de fragmentação social numa escala mais abrangente, diminuindo as possibilidades de interação das comunidades aos ambientes externos.

É possível localizar alguns desses movimentos no(a): (a) marginalização de grupos internos, cujos acessos, direitos ou influência são restritos dentro das comunidades, reforçando dinâmicas de exclusão e desigualdades internas que comprometem a coesão social; (b) reforço da exclusão, admitido mediante o desconhecimento ou desinteresse das comunidades intencionais em relação ao mundo externo, apagando espaços de interação e aumentando a hostilidade mediante a outros grupos ou formas de organização; (c) acentuação de desigualdades internas, mobilizadas por divisões internas e conflitos que podem levar à falta de representação equitativa e participação dos membros, além de desigualdades sobre as questões econômica e de distribuições, pactuadas pelo grupo; e (d) estagnação e resistência à mudança, entendendo que as normas formais e informais reforçadas pelas comunidades intencionais podem, diante dos esforços de autovalidação constantes dos próprios membros em defesa de valores ou princípios comuns, trazer maior resistência para mudanças nesses espaços.

4.3.5 Invisibilidade Programática

Como expressão de zonas autônomas temporárias, as comunidades intencionais podem se apresentar escondidas nas realidades, representando, pela tática de desaparecimento, formas de resistência e enfrentamento nas escalas cotidianas, desenvolvidas por instituições de modos de vida e organização que afirmam a perda de significado de um poder hegemônico, que é visto como simulação, uma vez que, as TAZ “podem envolver táticas de violência e defesa, mas sua maior força está em sua invisibilidade” (Bey, 1991, p.99, tradução nossa). A invisibilidade programática, portanto, parte de uma estratégia potencial deliberadamente escolhida pelas comunidades intencionais, fazendo com que se mantenham de forma independente e desestimulando trocas ou embates diretos e visíveis em relação às estruturas presentes no mundo exterior de forma hegemônica.

O risco trazido por essa abordagem é explorado na perda de potencial político admitido por essas formas, uma vez que a política é explorada pelas capacidades humanas de produção de algo novo no mundo comum, pois a construção um mundo partilhado dependa essencialmente de sua visibilidade (Arendt, 2005). Pela invisibilidade programática mediada pelas táticas de desaparecimento (Bey, 1991), assim sendo, os espaços públicos de construção

de sentidos não se tornam viáveis e, conseqüentemente, nem tampouco a proposição coletiva de um mundo partilhado por meio de jogos de visibilidade e aparências na esfera política.

Notamos a exploração da invisibilidade programática e seus riscos na reinvenção das democracias no(a): (a) distanciamento e recusa de instituições, mecanismos e processos típicos das democracias, impossibilitando a formação de consensos; e (b) dificuldade de identificação de valores e reivindicações postas pela comunidade, que aparecem de forma difusa, minando as possibilidades de transformação.

Ainda que existam riscos e fragilidades às formas apresentadas pelas comunidades intencionais, não podemos desconsiderar as oportunidades trazidas por esse movimento em direção à reinvenção das democracias. Igualmente, mesmo que as impressões trazidas pelas comunidades intencionais a partir da FIC por meio de autodeclarações pareçam refletir sobre dimensões necessárias às democracias, recuperando questões de sustentabilidade, equidade e justiça (Jarvis, 2017; Levitas, 2011), dado o caráter informal, difuso e múltiplo das comunidades intencionais, não podemos inferir que todas as comunidades intencionais, necessariamente, respondam aos anseios que atravessam as crises sobre as democracias contemporâneas, sendo necessária a exploração de contextos e condicionantes para compreender de que maneira os processos, mecanismos e as instituições de uma determinada comunidade atuam, e quais suas relações aos meios e fins frente as inovações democráticas. O convite deixado por essa abordagem abre uma série de investigações que reconhecem a dimensão espacial na produção de relações de cidadania e reinvenção política mediante as comunidades intencionais, jogando luz, assim, ao potencial de produção de inovações democráticas destas estruturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de manifestações distintas presentes na crise a perpassar as democracias, localizamos o desafio nas democracias contemporâneas de “inovar de forma a restaurar vínculos representativos eficazes, organizar e desenvolver as capacidades dos cidadãos, e levar adiante o projeto da boa governança, de forma a restaurar a confiança dos cidadãos” (Warren, 2021, p.17). Nesse movimento, observamos a necessidade, mas não suficiência dos canais de representação eleitoral para o sustento das democracias (Warren, 2021), ao mesmo

tempo em que recuperamos a ideia de que a legitimidade das democracias pode ser composta por diferentes tipos de práticas e instituições (Rosanvallon, 2011).

Dewey (1939) dimensiona essa preocupação em relação à legitimidade das democracias ao sinalizar que elas não se autopreservam e perpetuam automaticamente, como mero mecanismo político funcional ao passo em que os cidadãos cumpram seus deveres políticos, mas que elas são incentivadas pelo esforço inventivo e atividade criativa dos cidadãos, que oferecem novos sentidos práticos para velhas ideias, deixando como tarefa permanente a criação de experiências com maior autonomia para que todos possam compartilhar e contribuir na administração de disputas e controvérsias. Pois “a pura consciência de uma vida comunal, com todas as suas implicações, constitui a ideia de democracia” (Dewey, 1927, p. 149).

Nesse sentido, recorreremos ao potencial trazido pelas associações da sociedade civil como forma de transformação das democracias, já que elas “formam o substrato organizatório do público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais” (Habermas, 2003a, p.100), podendo refletir em novas arenas para a deliberação pública, fora das arenas públicas do sistema político tradicional, orientadas para a resolução dos problemas, e que podem apoiar na construção de novas solidariedades sociais através da redefinição de interesses comuns, acentuando a solidariedade e incentivando a participação e o bem comum, apresentando gramáticas e práticas específicas que ressaltam a forma pela qual essas solidariedades são construídas e experimentadas, potencialmente transformando ainda as dinâmicas presentes nas democracias (Cohen, 2007).

No espaço, essas associações podem admitir usos radicais que exprimem práticas de desvio (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017) que apontam para o surgimento de novas dinâmicas de cidadania (Castells, 1992; Friedmann e Douglass, 1998; Holston, 1999; Rocco, 2000; Magnusson, 2000; Garber, 2000; Isin, 2000) que exploram a busca pelo comum, enquanto horizonte político, destacando, por diferentes práticas fundamentadas pela coatividade e pela coobrigação, regras de responsabilização e anuência, uma construção política coletiva que reconfigura e pactua as relações sociais por noções maiores de liberdade, participação e democracia direta (Lefebvre, 1991; Bey, 1991; Souza, 2010; Gago, 2018; Dardot e Laval, 2015; Tonucci e Magalhães, 2017). As estratégias mobilizadas pelo corpo social no espaço assumem um *m conatus*: “uma forma de conquistar o tempo e o espaço em

condições cujo tecido social é confrontado com desapropriações cada vez mais rápidas e violentas, lógicas extrativas e expulsões” (Gago, 2018, p.235, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, damos concretude às manifestações produzidas por estes movimentos a partir das utopias pragmáticas, apontando para processos dinâmicos, críticos e experimentais de orientação, anseios e conquistas dos indivíduos e grupos (Jarvis, 2017; Levitas, 2013). As utopias não apenas permitem uma tentativa de reimaginação do mundo, mas evidenciam as próprias formas de construção dele, chamando atenção para contradições, silêncios e inadequações, que questionam suposições sobre as potencialidades e limites dos sistemas, incorporando preocupações com instituições potenciais de uma sociedade justa, equitativa e sustentável ((Levitas, 2013).

As comunidades intencionais, como um grupo de pessoas que escolheram, de forma não coercitiva ou mediada pela tradição (Metcalf e Christian, 2003), viver conjuntamente ou compartilhar recursos com base em valores comuns (FIC, 2023) ou por alguma outra razão mutuamente acordada (Sargent, 1994), assegurando que os modos de vida e as instituições prescritas sejam legitimadas e praticáveis (Shenker, 2011; Bey, 1991), expressam algumas destas experiências de conquista do tempo e espaço por meio das utopias pragmáticas. Por isso, essas experiências apontam para a uma “justaposição radical ao capital cultural dominante contemporâneo, oferecendo um exemplo prático e visível de diferença como alternativa” (Schehr, 1997, p.13, tradução nossa).

Em conjunto, representando espaços democratizantes potenciais, desenvolvidos pelo fortalecimento de uma consciência coletiva de cidadania que reconhece os direitos humanos fundamentais e a pluralidade de sujeitos (Tourraine, 1998) por meio de apropriações e práticas de radicalização do uso do espaço, expressas pelas práticas do desvio que, sob uma perspectiva liminar, atuam de modo a reinventar a vida e a sociedade por meio de um espaço novo (Lefebvre, 1991; Bastos *et al*, 2017), as comunidades intencionais carregam oportunidades de reinvenção das democracias ao intermediarem, de forma prática, transformações nos modos de vida e de articulação em sociedade que possam eventualmente ser refletidos sobre as democracias, resgatando um conjunto, específico, de valores e significados compartilhados (Castells, 1999), e incentivando novas solidariedades que repactuam interesses comuns e incentivam a participação (Cohen, 2007) de modo a fazer com que modos de vida e instituições sejam legitimadas e praticadas (Shenker, 2011; Bey, 1992).

Chamamos atenção ao fato de que as comunidades intencionais, impulsionadas pelo movimento liminar de transformação (Turner, 1995) têm uma natureza ambígua, refletindo sua abordagem experimental e arriscada. Essas comunidades podem ser interpretadas como espaços de reivindicação democrática, desafiando paradigmas políticos e avançando para utopias democráticas (Asenbaum, 2023). Ainda, ao reimaginar o papel dos cidadãos, elas têm o potencial de aprimorar as democracias por meio da participação cidadã na formulação de políticas públicas (Elstub e Escobar, 2019; Pogrebinschi, 2023). No entanto, a busca pela autonomia e liberdade nas experiências autogestionárias dessas comunidades pode resultar em desafios. A exigência de ausência de assimetrias, a reflexão sobre as leis e liberdades, e a recusa à heteronomia (Castoriadis, 1992) podem levar a projetos de autoenclausuramento e separatismo, onde as trocas e interações são limitadas, prejudicando a perspectiva democratizante. O uso da tática de desaparecimento (Bey, 1991) e a reconstrução de conceitos de cidadania e vínculos sociais podem minar a possibilidade de diálogo e trocas, comprometendo a visão democrática. Juntamente, a ambiguidade explorada pelas comunidades intencionais também é vivenciada sobre os momentos de inovação democrática. O caráter recente e espontâneo dessas alternativas, geralmente afastadas dos núcleos burocráticos típicos, com ênfase no processo criativo como espaço fecundo à emergência de práticas distintas em conteúdo e forma de ação política, oferecem interpretações singulares e dinâmicas que oportunizam a reinvenção de normas pela conscientização e pela reflexividade, apontando para o novo (Assunção e Mendonça 2016; Blanco, Lowndes e Salazar, 2021; Asenbaum, 2021; Felicetti, 2021; Mendonça, Gelape e Cruz, 2023). Ao mesmo tempo, pelas mesmas razões que tornam tais propostas inovadoras, e por geralmente se estabelecerem em cenários de incertezas e em contextos altamente dinâmicos aos quais as ideias de inovação nem sempre estabelecem regras de forma rigorosa ou mudanças profundas (Blanco, Lowndes e Salazar, 2021), essas alternativas assumem caráter arriscado, sem que sejam vistas como respostas substantivas e estratégias fixas e rigorosas a serem amplamente reproduzidas (Mendonça, Gelape e Cruz, 2023).

Reconhecemos as oportunidades de reinvenção às democracias por meio das dimensões trabalhadas nas comunidades intencionais sobre a(o)/as(os): (a) Solidariedade; (b) Formação de Bases de Legitimidade; (c) Agentes de Mudança, Temporalidade e *Assemblage*; (d) Institucionalismo Utópico-Pragmático; (e) Abordagem voltada para a Resolução de Problemas; (f) Busca pelo Comum; (g) Construção de Cidadanias Insurgentes; (h)

Articulações em Rede; e (i) Pragmatismo Vitalista. As possíveis ameaças às democracias são exploradas pelas dimensões presentes nas comunidades intencionais e que revelam o(a)/os(as): (a) Apoio ou Incentivo às Condutas Antidemocráticas; (b) Reforços Negativos à Participação; (c) Acentuação das Desconfianças, Polarização e Desinformação; (d) Assimetrias e Fragmentação Social; e (e) Invisibilidade Programática.

Apesar de não avançar sobre mecanismos, processos e instrumentos, formais e informais, presentes nas comunidades e que endereçam de forma concreta as oportunidades deixadas por essas experiências às democracias, bem como assumem riscos e desafios, entendemos como necessário que novos estudos sejam conduzidos em forma de estudos de caso para exploração empírica dos apontamentos trazidos por essas experiências. Defendemos assim, portanto, uma agenda de pesquisa às inovações democráticas que considere também as articulações de base comunitária e fora das arenas políticas tradicionais para o aprimoramento das democracias. Esse movimento de defesa é reforçado, ao passo em que recorremos a ideia trazida por Putnam (2000) ao argumentar que as participações sociais e comunitárias são responsáveis por indicar o declínio do capital social, fazendo referência à conexão e confiança entre os membros de uma sociedade para notar que o capital social é fundamental ao funcionamento das democracias. Isso, pois, a participação em organizações comunitárias não apenas fortalece a coesão social, como a cidadania ativa e engajada.

Reconhecemos que, em especial pelos levantamentos trazidos pela FIC, há outras dimensões a serem observadas nas comunidades intencionais frente ao potencial de transformação angariado por suas bases. Representando grande parte de suas reivindicações ao redor da sustentabilidade, as comunidades intencionais endereçam, de forma prática, desafios trazidos ao desenvolvimento, representando novas dinâmicas de trabalho, organização, redistribuição, produção e consumo que apontam para relações sociais de produção singulares sobre a perspectiva da permacultura e da sustentabilidade, potencialmente redirecionando sentidos aos movimentos de desenvolvimento sustentável assumidos de forma hegemônica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. M. B. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, n.20, p.50-53, 1999.

ALCÂNTARA, P. H. G. **Participação e deliberação**: um estudo sobre duas teorias alternativas da democracia. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pernambuco. Recife, p.120. 2014.

ANDERSEN, A. **Discussion of the early Fellowship of Intentional Communities**. Mensagem Publicada no Fórum. 22 de novembro de 1991.

ANDERSEN, A. Fellowship Roots: Where We've Been; Where We Might Go. **Communities: Journal of Cooperative Living**, n.97, p. 12-16. 1997.

ANDERSON, B. **Imagined Communities** – Reflections on the origin and spread of nationalism. London, New York: Verso, 1991.

ANDREW, C. Getting Women's Issues on the Municipal Agenda: Violence Against Women. *In*: GARBER, J. A. TURNER, R. S. (Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ARKES, H. **The Philosopher in the City: The Moral Dimensions of Urban Politics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.

ASENBAUM, H. Rethinking Democratic Innovations: A Look through the Kaleidoscope of Democratic Theory. **Political Studies Review**, v. 20, n.2, 2021.

ASENBAUM, H. **The Politics of Becoming: Anonymity and Democracy in the Digital Age**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

ASSUNÇÃO, H. S. MENDONÇA, R. F. A estética política da gambiarra cotidiana. **Revista Compólitica**, v.6, n.1, p.91-114, 2016.

AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 39, São Paulo, Cedec, p. 149-202, 1997.

AVRITZER, L. **Democracy and the Public Space in Latin America**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

AZEVEDO, S. ANASTASIA, F. Governança, “Accountability” e Responsividade. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 1 (85), p. 82-100, janeiro-março/2002.

BAIOCCHI, G. GANUZA, E. **Popular Democracy: The Paradox of Participation**. Stanford: Stanford University Press. 2017.

BASKIN, C. Circles of resistance: Spirituality in social work practice, education and transformative change. **Currents: New Scholarship in Human Services**, v.1, n.1. 2002.

BASTOS, C. D. MAGALHÃES, F. N. C. MIRANDA, G. M. SILVA, H. TONUCCI FILHO, J. B. M. CRUZ, M. M. VELLOSO, R. L. Entre o Espaço abstrato e o Espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) [Internet]**, v.19, n.2, p. 251-266, 2017.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BECK, U. Freedom's Children. *In*: BECK, U. BECK-GENSHEIM, E. (**Individualisation**. London: Sage, 2001, p. 156-171.

BENNETT, L. SEGERBERG, A. **The logic of connective action**. Nova York, Cambridge University Press. 2013.

BENNETT, A. Youth and Play: Identity, Politics and Lifestyle. *In*: WYN, J. CAHILL, H **Handbook of Children and Youth Studies** (

BERNSTEIN, R. J. **Perfiles filosóficos**. Tradução de Martí Mur Ubasart. Madrid: Espanha, 1991.

BEY, H. **T.A.Z. the Temporary Autonomous Zone, Ontological Anarchy, Poetic Terrorism**. New York: Autonomedia, 1991.

BIAZZO, P. P. **Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária**. 4º Encontro nacional de grupos de pesquisa-ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008.

BINDER, S. A. MALTZMAN, F. **The Macropolitics of Congress**. Princeton University Press. 2006.

BJERRE-POULSEN, N. **Right Face: Organizing the American Conservative Movement 1945-65**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press. 2002.

BLOCH, E. **A Philosophy of the Future**. New York: Herder and Herder. 1970.

BLOCH, E. **The Principle of Hope**. London: Basil Blackwell, 1986.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia: Uma Defesa das Regras do Jogo**. 7. ed. T. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOGGS, C. Processo revolucionário, estratégia política e o dilema do poder. **Teoria e Sociedade**, v. 4, n.3, p.359-393, (outono), 1977.

BOYNE, G. A. **Public Choice Theory and Local Government: A Comparative Analysis of the UK and the USA**. Basingstoke: Macmillan. 1998.

BRADLEY, C. MASCHI, T. GILMORE, K. One woman's life journey: A case study of spirituality and activism. **Journal of Religion and Spirituality in Social Work**, v,26, n. 4, p. 21-47. 2007.

BREINES, W. Community and organization: The New Left and Michels' Iron Law". **Social Problems**, n. 27, v. 4, p.419-429, 1980.

BROWN, W. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. Zone Books, 2015.

BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2018.

BUBER, M. **Paths in Utopia**. New York: Syracuse University Press 1996 [1949].

BUCK, J. VILLINES, S. **We the People: Consenting to a Deeper Democracy, A Guide to Sociocratic Principles and Methods**. [S.l.]: Sociocracy.info Press. 2007.

CAMPOS, R. SARROUY, A. Juventude, Criatividade e Agência Política. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 36, p. 7-42, jan./jun. 2020.

CANOVAN, M. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. **Political Studies**, 47(1), 2-16. 1999.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CASTALDO, A. A crise da democracia: uma revisão seletiva do debate acadêmico atual. Universidade Nova de Lisboa. **Relações Internacionais**, n. 59, p.9-27, 2018.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **Rupture: The Crisis of Liberal Democracy**. Polity Press, 2018.

CASTORIADIS, C. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1992.

CASTRIOTA, R. Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade. **Revista Brasileira e Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n.3, 2016.

CHAMBERS, S. Deliberative Democratic Theory. **Annual Review of Political Science**, v.6, p. 307–326, 2003.

CHAMBERS, S. Rhetoric and the Public Sphere: has deliberative democracy abandoned mass democracy? **Political Theory**, v. 37, n. 3, pp. 323-350, 2009.

CHATTERJEE, P. **The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World**. New York: Columbia University Press. 2004.

- CNAAN, A. BREYMAN, S. Alternative or Intentional? Towards a Definition of “Unusual” Communities. *In*: CNAAN, A. MILOFSKY, C. (**Handbooks of Sociology and Social Research**: Handbook of Community Movements and Local Organizations. New York, NY: Springer Science+Business Media, LLC, 2008.
- COHEN, A. **The symbolic construction of community**. London, Routledge, 1985.
- COHEN, J. ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. 1992.
- COHEN, J. SABEL, C. Directly-Deliberative Poliarchy. **European Law Journal**, v. 3, p.313-342, 1997.
- COHEN, J. FUNG, A. Radical democracy. **Swiss Journal of Political Science**., p. 23-46, 2004.
- COHEN, J. Procedimento e substância na democracia deliberativa. *In*: WERLE, D. L. MELO, R. S. (**Democracia deliberativa**. São Paulo: Esfera Pública, 2007.
- CORNWALL, A. **Making Spaces, Changing Places**: Situating Participation in Development. Brighton: IDS Working Papers. 2002.
- CORNWALL, A. New Democratic Spaces? The Politics and Dynamics of Institutionalised Participation. **IDS Bulletin**, v.35, n.2, p. 1–10. 2004.
- CRUIKSHANK, B. **The will to empower**: democratic citizens and other subjects. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DAHL, R. **On Democracy**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- DALBOSCO, C.A MENDONÇA, S. Teorias da democracia em John Dewey: exigências formativas da cooperação social. **Revista Brasileira de Educação**, v.25, p.1-17, 2020.
- DARDOT, P. LAVAL, C. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo social**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.
- DAWBORN, K. SMITH, C. **Permaculture pioneers**: stories from the new frontier. Holmgren Design Services, Hepburn, Victoria, Australia. 2011.
- DEAN, J. **Crowds and Party**. London: Verso, 2016.
- DE FILLIPIS, J. The myth of social capital in community development. **Housing Policy Debate**. v. 14, n.4, p. 781–806, 2001.
- DELLAPENA, J. W. GUPTA, J. LI, W. SCHMIDT, F. Thinking about the future of global water governance. **Ecology and Society**. v.18, n.3. 2013.

DELLA PORTA, D. **Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis.** Cambridge: Malde, 2015.

DEWEY, J. **The ethics of democracy.** Michigan: Andrews & Company Publishers, 1888.

DEWEY, J. **The Public and Its Problems.** Chicago: Swallow, 1927.

DEWEY, J. Democracia criativa: A tarefa diante de nós. *In: John Dewey and the Promise of America, Progressive Education Booklet* n° 14. Columbus, Ohio: American Education Press, pp. 12-17, 1939.

DEWEY, J. **Liberalismo, liberdade e cultura.** Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

DEWEY, J. **The middle works, 1899–1924, volume 9: Democracy and education.** Illinois: Southern Illinois University Press, 2008.

DEWEY, J. **A arte como experiência.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

DIAMOND, L. **The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World.** Times Books. 2008.

DOERR, N. **Political Translation: How Social Movement Democracies Survive.** Cambridge: Cambridge University Press. 2018.

DRYZEK, J. **Environmentally Benign Growth: Sustainable Development.** London: Oxford University Press. 2005.

DRYZEK, J. S. **Deliberative Global Politics: Discourse and Democracy in a Divided World.** Cambridge: Polity Press, 2006.

DRYZEK, J. S Democratization as Deliberative Capacity Building. **Comparative Political Studies** v.42, n.11, p.1379–1402, 2009.

DRYZEK, J. STIEVESON, H., REBER, B. Global Democracy and Earth System Governance. **Ecol. Econ.** v.70, p.1865–187. 2011.

DRYZEK, J. S. **The Politics of the Earth: Environmental Discourses.** 3ed. London: Oxford University Press. 2013.

DURKHEIM, E. **De la division du travail social.** Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

DURKHEIM, E. **Professional Ethics and Civic Morals.** London: Routledge. 1890 (1992).

DUVIGNAUD, J. **Solidariedade. Laços de sangue. Laços de Estado.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

ELSTUB, S. ESCOBAR, O. Defining and typologising democratic innovations. *In: ELSTUB, S. e ESCOBAR, O. (Handbook of Democratic Innovation and Governance. Cheltenham,UK: Edward Elgar Publishing, 2019, p.11-32.*

ESNSTON, H. SORLIN. S. ELMQYST, T. Social movements and ecosystem services—the role of social network structure in protecting and managing urban green areas in Stockholm. **Ecology and Society**. v.13, n.2. 2008.

ESTE, D. BERNARD, W. T. Spirituality among African Nova Scotians: A key to survival in Canada Society. **Critical Social Work**, v.7, n.1, 2006.

ETZIONI, A. **The third way to a good society**. London: Demos, 2000.

FARIA, C. F. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, nº 50, p. 47-68, 2000.

FISCHER, F. **Climate Crisis and the Democratic Prospect: Participatory Governance in Sustainable Communities**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1997.

FELICETTI, A. Learning from Democratic Practices: New Perspectives in Institutional Design. **The Journal of Politics**, v. 83, n. 4, p.1589-1601, 2021.

FERGUSON, R. S. LOVELL, T. Grassroots engagement with transition to sustainability: diversity and modes of participation in the international permaculture movement. **Ecology and Sustainability**. v.20, n.4, 2015.

FERNANDES, B. C. **A influência da filosofia de Friedrich Nietzsche na obra de Henri Lefebvre: da crítica à vida cotidiana à teoria da produção do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 272p. 2021.

FIRTH, R. Utopianism and Intentional Communities. *In: ADAMS, M. LEVY, C. (eds)Palgrave Handbook of Anarchism*. Houndmills: Palgrave, 2018.

FRESSOLI, M. ARND, E. ABROL, D. SMITH, A. ELY, A. DIAS, R. When grassroots innovation movements encounter mainstream institutions: implications for models of inclusive innovation. **Innovation and Development**. v.4, n.2, p.277-292, 2014.

FRIEDMANN, J. DOUGLASS, M. (eds) Introduction. *In: FRIEDMANN, J. DOUGLASS, M. (Cities for Citizens: Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age*. London: John Wiley, 1998.

FRUG, G. E. City as a Legal Concept. **Hartlard Law Review**, v. 43, 1980.

FOGARTY, R. **American Utopianism**. Itasca, IL: F. E. Peacock Publishers, Inc. 1972.

FOMINAYA, C. F. European Anti-austerity and Pro-democracy Protests in the Wake of the Global Financial Crisis. **Social Movement Studies**, v.16, n.1, p. 1–20, 2017.

FUKUYAMA, F. **Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy**. New York, New York: Farrar Straus Giroux, 2015.

FUNG, A. WRIGHT, E. Deeping Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance. **Politics & Society**, v.29, n.1, p.4-41, 2001.

FUNG, A. Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences. **Journal of Political Philosophy**, n. 11, p. 338–367, 2003.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. *In*: COELHO, V. S. NOBRE, M. (**Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo**). São Paulo: Ed. 34, pp. 173-209, 2004a.

FUNG, A. **Empowered Participation – Reinventing Urban Democracy**. New Jersey, Princeton University Press, 2004b.

FUNG, A. Varieties of participation in complex governance. **Public Administration Review**, v. 66, p.66-75, 2006.

FUNG, A. The Principle of All-Affected Interests: Interpretation and Defense. *In*: NAGEL, H. SMITH, R. M. (**Representation: Elections and Beyond**). Pennsylvania State University Press, 2013.

GAGO, V. **Neoliberalism from below: Popular Pragmatics and Baroque Economies**. London: Duke University Press, 2018.

GARBER, J. A. The city as a heroic public sphere. *In*: ISIN, E. F. (**Democracy, Citizenship and the Global City**). Blackwell, Cambridge, MA. 2000.

GARRETON, M. A. Cultura política y sociedade em la construcción democrática. *In*: SOLANO, C. B. (.) **Transiciones en la democracia em Europa y América Latina**. México: FLASCO, 1991.

GAVENTA J. **Power and Powerlessness: Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley**. Urbana: University of Illinois, 1980.

GEISSEL, B. Impacts of democratic innovations in Europe: Findings and desiderata. *In*: GEISSEL, B. NEWTON, K. (Eds.). **Evaluating Democratic Innovations: Curing the Democratic Malaise?**. London: Routledge, 2012.

GIERKE, O. **Political Theories of the Middle Age**, trans. F.W. Maitland. Cambridge: Cambridge University Press. 1900.

GOODIN R.E. Institutions and their design. *In*: GOODIN R.E. (**The Theory of Institutional Design**). Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1–53. 1996.

GOONEWARDENA, K. **Space, Difference, Everyday Life**: Reading Henri Lefebvre. New York: Taylor & Francis, 2008.

GRAEBER, D. **The Democracy Project**: A History, a Crisis, a Movement. London: Penguin Books, 2013.

GRANT, N. **TVA and Black Americans**. Temple University Press, 1990.

GRANT, R. W. KEOHANE, R. O. Accountability and Abuses of Power in World Politics. **American Political Science Review**, v. 99, n. 1, p. 29-43, 2005.

HABERMAS, J. **Theory of Communicative Action**. Boston: Beacon Press, 1984.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1992.

HABERMAS, J. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.

HABERMAS, J. Popular Sovereignty as Procedure. *In*: BOHMAN, J. REGH, W. (eds.). **Deliberative Democracy**: Essays on Reason and Politics. Cambridge, Massachusetts, MIT Press, pp. 35-65, 1997.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol II. 2a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HAIDT, J. **The Righteous Mind**: Why Good People are Divided by Politics and Religion. Vintage. 2012.

HALLAM, E. INGLOD, T. **Creativity and cultural improvisation**. New York: Berg Publishers, 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HEBIDGE, D. **Subculture: The Meaning of Style**. London, Methuen, 1976.

HEGEL, G. **Fenomenologia do espírito (I e II)**. Trad. Paulo Meneses. – Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

HENDRIKS, C. M. DZUR, A. W. **Innovating in mainstream? Enhancing public deliberation in conventional politics**. Paper presented at the European Consortium of Political Research Annual Conference, Montreal, 26-29 August, 2015.

HENDRIKS, C. M. ERCAN, S. A. BOSWELL, J. **Mending democracy: democratic repair in disconnected times.** Oxford: Oxford University Press, 2020.

HERZOG, L. ZACKA, B. Fieldwork in Political Theory: Five Arguments for an Ethnographic Sensibility. **British Journal of Political Science**, v. 49, n.2, p.763–784, 2017.

HOLMGREN, D. **Permaculture: principles & pathways beyond sustainability.** Holmgren Design Services, Hepburn, Victoria, Australia. 2002.

HOLSTON, J. **Cities and citizenship.** Duke University Press, Durham, NC, 1999.

HONNETH, A. **Das Andere der Gerechtigkeit. Afsätze zur praktischen Philosophie.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento; a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Ed. 34, 2003.

HULGÅRD, L.; FERRARINI, A. V. Inovação Social: Rumo a uma mudança experimental na política pública?. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 3, p. 256-263, set/dez. 2010.

INGLEHART, R. WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence.** New York: Cambridge University Press, 2005.

INGRAM, G. B. BOUTHILLETTE, A. M. RETTER, Y. **Queers in Space: Communities/Public Places/Sites of Resistance.** Seattle: Bay Press, 1997.

ISERNIA, P. FISHKIN, J. S. The EuroPolis Deliberative Poll. **European Union Politics**, v.15, n. 3, p. 311-327, 2014.

ISIN, E. F. Introduction: democracy, citizenship, and the city. *In*: ISIN, E. F. (**Democracy, Citizenship and the Global City.** Blackwell, Cambridge, MA. 2000.

JARVIS, H. Pragmatic Utopias: Intentional gender-democratic and sustainable communities. *In*: MACGREGOR, S. (**Routledge Handbook of Gender and Environment.** New York, NY: Routledge, 2017.

KEANE, J. **The Life and Death of Democracy.** Simon & Schuster / W. W. Norton & Company. 2009.

KEOHANE, R. O.; MACEDO, S.; MORAVCSIK, A. Democracy-Enhancing Multilateralism. **International Organization**, v. 63, p. 1-31, 2009.

KERSTENETZY, C. L. Sobre Associativismo, Desigualdade e Democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p.131-180, 2003.

KOZENY, G. **Intentional Communities: Lifestyles Based on Ideals.** e Fellowship of Intentional Communities: Community Directory (print version). 1995.

KANTER, R. **Commitment and Community: Communes and Utopias in Sociological Perspective**, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1972.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KURLANTZICK, J. **Democracy in Retreat: The Revolt of the Middle Class and the Worldwide Decline of Representative Government**. New Haven: Yale University Press, 2013.

LACLAU, E. **On Populist Reason**. Verso, 2005.

LANDAUER, G. **For Socialism**. St Louis: Telos Press, 1983 [1911].

LANDWEHR, C. FAAS, T. **Who Wants Democratic Innovations, and Why**. Mainz: Universität Mainz, 2016.

LEFEBVRE, H. **De l'État, tome III: le mode de production étatique**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. 1. ed. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. In: BRENNER, N.; ELDEN, S. (org). **State, space, world: selected essays**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, H. Critique of Everyday Life, Volume I: Introduction. In: **LEFEBVRE, H. The one-volume edition**. London: Verso, 2014a [1947].

LEFEBVRE, H. Critique of Everyday Life, Volume II: Foundations for a Sociology of the Everyday. In **LEFEBVRE, H. The one-volume edition**. London: Verso, 2014b [1958].

LEIGHNINGER, M. **The Next Form of Democracy: How Expert Rule is Giving Way to Shared Governance—And Why Politics Will Never Be the Same**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2006.

LEVITAS, R. **Utopia as Method: The Imaginary Reconstitution of Society**. Palgrave Macmillan UK, 2013.

LEVITSKY, S. ZIBLATT, D. **How Democracy Die**. New York, New York: Broadway Books, 2018.

LYONS, R. A. RODGERS, S. E. THOMAS, S. BAILEY, R. BRUNTM H, THAYERM D. BIDMEAD, J. EVANS, B. A. HARDOLD, P. HOOPER, M. Effects of an air pollution personal alert system on health service usage in a high-risk general population: A quasi-experimental study using linked data. *J. Epidemiol. Community Health*, v.70, p.1184-190, 2016.

- MAGNUSSON, W. Politicizing the global city. In: ISIN, E. F. (ed.) **Democracy, Citizenship and the Global City**. Blackwell, Cambridge, MA. 2000.
- MAITLAND, F. W. **Township and Borough**. Cambridge: Cambridge University Press. 1848.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, v. 2, n. 19, p. 95-112, 2002.
- MAYKA, L. **Building Participatory Institutions in Latin America: Reform Coalitions and Institutional Change**. Cambridge: Cambridge University Press. 2019.
- MCCAULEY, C. MOSKALENKO, S. Mechanisms of political radicalization: Pathways toward terrorism. **Terrorism and Political Violence**, 20(3), 415-433. 2008.
- MCKERNAN, M. Exploring the spiritual dimension of social work. **Critical Social Work**, v.6, n.2. 2005.
- MEIRA, F. B. Organização liminar e Sociedade Civil: análise do movimento “Ocupar”. In: MARX, V. (org.). **Democracia participativa, sociedade civil e território**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2018.
- MELUCCI, A. **Nomads of the present**. Temple University Press. 1989.
- MENDONÇA, R. F. CUNHA, E. S. M. **Relatório: Aprimoramento de Eventos da ALMG**. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política: Projeto “Aprimoramento de Eventos da ALMG”, 2012.
- MENDONÇA, R. F. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9. Brasília, p. 119-146, 2012.
- MENDONÇA, R. F. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.33, v.98, p.1-24, 2018.
- MENDONÇA, R. F. Can deliberative democracy help democracy in dangerous times? In: **2020 Western Political Science Association**. Meeting, Los Angeles/online, 21-23 maio 2020.
- MENDONÇA, R. F. BUSTAMANTE, M. Back to the future: changing repertoire in contemporary protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 39, n. 5, p. 629-643, nov. 2020.
- MENDONÇA, R. F.; RODRIGUES, C. The two faces of institutional innovation: promises and limits of democratic participation in Latin America. **Critical Policy Studies**, v. 15, n. 4, p. 506–509, 2021.
- MENDONÇA, R. F. BIRCHAL, L. Protestos contemporâneos e a crise da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.37, p.1-36, 2022.

- MENDONÇA, R. F.; GELAPE, L. de O.; CRUZ, C. E. C. Collective candidacies in Brazil: challenges and pitfalls of a gambiarra. **European Consortium of Political Research**. 2023.
- METCALF, B; CHRISTIAN, D. **Intentional Communities**. *In*: Encyclopedia of Community. SAGE Publications, 2003.
- MICHELETTI, M. MCFARLAND, A. S. **Creative Participation: Responsibility-Taking in the Political World**. New York: Routland, 2012.
- MILL, J. S. Considerations on Representative Government. *In*: **Collective Works**. London: Routledge. 1861.
- MILLER, T. **The quest for utopia in twentieth-century America, Vol. I: 1900-1960**. Syracuse, NY: Syracuse University Press. 1998.
- MITCHELL, D. Political Violence, Order, and the Legal Construction of Public Space: Power and the Public Forum Doctrine. **Urban Geography**, n.17, v.2, p.152-178. 1996.
- MOISÉS, J. A. **Os Brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1994.
- MOREIRA, R. J. (org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-41.
- MORGAN, A. **The small community: Foundation of democratic life**. Yellow Springs, Ohio: Community Service, Inc. 1942.
- MORGAN, G. **Fellowship of intentional communities newsletter**. Yellow Springs, Ohio: Community Service, Inc. 1960.
- MORGAN, G (ed). **Guidebook for intentional communities**. (Revised edition of the 1978 An intentional community handbook). Yellow Springs, OH: Community Service, Inc. 1988.
- MORRIS, J. KROSS, A. L. **The A to Z of utopianism**. Lanham: Scarecrow Press. 2009.
- MONTANARO, L. **Who Elected Oxfam?: A Democratic Defense of Self-Appointed Representatives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- MONTE-MÓR. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. *In*: FELDMAN, S. FERNANDES, A (eds). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007.
- MOUFFE, C. Por um modelo Agonístico de Democracia. **Revista de Sociologia e Política**. v.25, p. 11-23, novembro, 2005.
- MOUFFE, C. **On the Political**. London: Routledge, 2005.
- MOUFFE, C. **Agonistics: Thinking the World Politically**. London: Verso, 2013.
- MOUFFE, C. **La paradoja democrática: El peligro del consenso en la política contemporânea**. Barcelona: GEDISA, 2016.

MOUNK, Y. **O Povo contra a Democracia:** Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUDDE, C. ROVIRA KALTWASSER, C. **Populism: A Very Short Introduction.** Oxford University Press. 2017.

NANCY, J. Finite and infinite democracy. In: AGAMBEN, G. *et al.*, **Democracy in what state.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2012. p. 58-75.

NASH, M. STEWART, B. Spirituality and hope in social work for social justice. **Currents**, v.4. 2005.

NORRIS, P. INGLEHART, R. **Cultural Backlash:** Trump, Brexit, and Authoritarian Populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NUNES, R. **Organisation of the organisationless:** collective action after networks. Lunenburg: Mute Books, PML Books, 2014.

OFFE, C. Participatory inequality in the austerity state: A supply-side approach. In: SCHAFER, A. STREECK, W. (eds.). **Politics in the Age of Austerity.** Cambridge: Polity. 2013, p.277-300.

OLSON, K. **Imagined sovereignties:** the power of the people and other myths of the modern age. Nova Iorque, NY: Cambridge University Press, 2016.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. **The SAIS Review of International Affairs**, v. 29, n. 1, p. 49–66, 2009.

PENNYCOOK, G. RAND, D. G. The Implied Truth Effect: Attaching Warnings to a Subset of Fake News Stories Increases Perceived Accuracy of Stories Without Warnings. **Management Science**, v.66, n.11, pp. 4944–4957. 2019.

POGREBINSCHI, T. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista Sociologia Política**, n.23, p. 43-53, nov. 2004.

POGREBINSCHI, T. ROSS, M. In: ELSTUB, S. e ESCOBAR, O (orgs). **Handbook of Democratic Innovation and Governance.** Cheltenham,UK: Edward Elgar Publishing, 2019.

POGREBINSCHI, T. **Innovating Democracy? The Means and Ends of Citizen Participation in Latin America.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2023.

POLIVANOV, B. Reapropriações do conceito de “comunidade” na contemporaneidade. **3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia.** 2014.

POSNER, R. A. **The Crisis of Capitalist Democracy.** Cambridge, Massachusetts and London, England: Harvard University Press, 2010.

PROFIT, N. J. Spirituality, social work and social justice. **Revue canadienne de service social**, Vol. 27, No. 1, p.. 127-132, 2010.

PRZEWORSKI, A. Reforma do Estado. Responsabilidade Política e Intervenção Econômica. **RBCS**, Ano 11, nº 32, pp. 18-40, outubro de 1996.

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon and Schuster. 2000.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RINGROSE, I. BROWN, B. Regional Organizing: InterCommunities of Virginia. 1990/91 Directory of intentional communities: A guide to cooperative living. Evansville, *In: Fellowship for Intentional Community and Stelle, In: Communities Publications Cooperative*. 1991.

ROCCO, R. Associational right-claims, civil society and place. *In: ISIN, E. F. (ed.) Democracy, Citizenship and the Global City*. Blackwell, Cambridge, MA. 2000.

RONNEBERGER, K. Henri Lefebvre and urban everyday life: in search of the possible. *In: GOONEWARDENA, K. KIPFER, S. MILGROM, C. SCHMID, C. (eds.). Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. London: Routledge, 2008.

ROSANVALLON, P. **Democratic Legitimacy: Impartiality, Reflexivity, Proximity**. Princeton University Press, 2011.

ROUSSEAU, J. J. **On the Social Contract**. New York: St. Martin's Press. 1762 (1978).

RUIU, M. L. The Social Capital of Cohousing Communities. **Sociology**. v.50, n.2, 2015.

RUNCIMAN, D. **How Democracy Ends**. London, UK: Great Britain, 2018.

SARGISSON, L. Utopian Bodies and the Politics of Transgression. *In: SARGISSON, L. SARGENT, L. Living in Utopia: New Zealand's Intentional Communities* (Aldershot: Ashgate). London: Routledge, 1999.

SARGISSON, L. SARGENT, L. T. **Living in Utopia: New Zealand's Intentional Communities**. Aldergate: Ashgate. 2004.

SARGISSON, L. A Democracy of All Nature: Taking a Utopian Approach. **Politics**, v.32, n.2, p.124-134, 2013.

SARGENT, L. T. Three Faces of Utopianism Revisited. **Utopian Studies**, v.5, n.1, pp. 1–37, 1994.

SARLES, R. (Ed). **A Story of America First: The Men and Women who Opposed U.S.intervention in World War II**. Westport, Connecticut: Praeger. 2003.

SANTOS, M. (org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUTICEC, 2000.

SANTOS, B. S. (org.). **Another Knowledge is Possible: Beyond Northern Epistemologies**. London: Verso. 2007.

SAWARD, M. **Democratic Innovation: Deliberation, Representation and Association**. London: Routledge. 2003.

SAWARD, M. Liminal Representation. IN: CASTIGLIONEAND, D. POLLAK, J. **Creating Political Presence: The New Politics of Democratic Representation**. Chicago: University of Chicago Press. 2019.

SCHAUB, L. We're Back! **Communities: Journal of Cooperative Living**, no. 79. Rutledge, MO: Fellowship for Intentional Community. 1992.

SCHAUB, L. Sky's the limit. **Communities: Life in Cooperative Culture**, no. 168. Rutledge, MO: Fellowship for Intentional Community. 2015.

SCHAUB, L. Cmag and Me. **Communities: Life in Cooperative Culture**, no. 197. Denver, CO: Global Ecovillage Network – United States. 2022.

SCHEHR, R. C. **Dynamic Utopia: Establishing Intentional Communities as a New Social Movement**. Westport: Bergin & Garvey, 1997.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 16, n. 3, p. 89–109, 30 dez. 2012.

SELEE, A.; PERUZZOTTI, H. (eds.). **Participatory innovation and representative democracy in Latin America**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2009.

SHENKER, B. **Intentional Communities: Ideology and Alienation in Communal Societies**. London: Routledge. 2011.

SHI, L. LINWEI, H. FENGMEI, Y. GAO, L. The Evolution of Sustainable Development Theory: Types, Goals, and Research Prospects. **Sustainability**, 2019.

SINTOMER, Y. **O poder ao povo – Júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SMITH, N. KATZ, C. Metaphor: Towards a Spatialized Politics. In: KEITH, M. PILE, S. (eds.) **Place and the Politics of Identity**. London: Routledge, 1993.

SMITH, C. **Disruptive Religion: The Force of Faith in Social Movement Activism**. New York: Routledge, 1996.

SMITH, W. L. Intentional Communities 1990 - 2000: A Portrait. **Michigan Sociological Review**. v. 16. p. 107-131, 2002.

SMITH, G. **Democratic Innovations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SOJA, E. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Blackwell, 2000.

SOMMERS, M. Citizenship and the place of the public sphere: law community and culture in the transition to democracy. **American Sociologic Review**, n.58, 1993.

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: SOUZA MARTINS, J. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **CIDADES**. Rio de Janeiro, v.7, n.11, p.13-47, 2010.

SPARN, J. O. W. **(Re)Imagining sustainable futures: A discussion between Degrowth and Buen Vivir**. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 368p. 2019.

STEINER, G. **Real Presences: Is There Anything in What We Say?**. London: Faber and Faber, 1989.

STIRNER, M. **The Ego and Its Own**. London: Rebel Press, 1993 [1844].

STRAUSS, L. **The City and Man**. Chicago: University of Chicago Press. 1964.

STREECK, W. **Tempo Comprado: A Crise Adiada do Capitalismo Democrático**. Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2013.

SUSTEIN, C. R. **Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media**. Princeton University. 2017.

TALISSE, R. **Overdoing democracy: why we must put politics in its place**. Nova Iorque, NY: Oxford University Press, 2019.

TAVARES, F.; BENEDITO, S. Pósdemocracia no sul global: uma leitura socio-fiscal dos confrontos políticos e da ruptura institucional no crepúsculo da Nova República Brasileira (2003-2017). **Revista Sul-Americana de Ciência Política**. v. 4, n. 2, p. 179-196, 2018.

TIEBOUT, C. M. A Pure Theory of Local Expenditures', **Journal of Political Ecorunny**, v. 64, p. 416-424. 1956.

THE RED SUNSHINE GANG. **Anti-Mass: Methods of organization for collectives.** Montreal: Kersplebedeb, 1999 [1970].

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão. Volume II.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

TRETTEL, M. The politics of Deliberative Democracy. A comparative survey of the “Law in action” of citizen participation. **Revista de Derecho Político**, v.94, n.1, p.87-114, 2015.

TOCQUEVILLE, A. **Democracy in America.** Harper & Row, 1966.

TODOROV, T. **Os inimigos íntimos da democracia.** São Paulo, Cia das Letras, 2012.

TÖNNIES, F. **Community and society.** New York: Harper & Row, 1957.

TONUCCI, J.; MAGALHÃES, F. N. C. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cadernos MetrÓpole**, v. 19, n. 39, p. 433–454, 6 ago. 2017.

TOURRAINE, A. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1998.

TURNER, V. W. **O processo ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, V. W. Variations on a theme of liminality. *In*: MOORE, S.; MYERHOFF, B. (eds.). **Secular ritual.** Amsterdam: Van Gorcum, 1977.

URBINATI, N. Crise e Metamorfose da Democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v.28, n.82, 2013.

USCINSJI, J. E. PARENT, J. M. **American conspiracy theories.** Oxford University Press. 2014.

VAN DE SANDE, M. Prefiguration. **Krisis, Journal for contemporary philosophy**

VEIGA, J. E. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva (Seade)**, v. 20, n. 3, p. 83-94, 2006.

VEYSEY, L. R. **The communal experience: Anarchist and mystical countercultures in America.** New York: Harper & Row. 1973.

WARREN, M. Institutionalizing Deliberative Democracy. *In*: ROSENBERG, S. **Deliberation, participation and democracy: can the people govern?** New York: Palgrave MacMillan, 2007, p.272-288.

WARREN, M.; PEARSE, H. (org.). **Designing Deliberative Democracy: The British Columbia Citizens' Assembly.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 50-69, 2008.

WARREN, M. Governance driven democratization. **Critical Policy Studies**. v.3, n.3, p.3-13, 2019.

WARREN, M. A Problem-based approach to democratic theory. **American Political Science Review**, v. 111. 2017.

WARREN, M. Inovações democráticas e democracias representativas. **Revista Debates**. v.15, n.1, p.8-32, 2021.

WEBER, M. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

WERLE, D. L. MELO, R. S. (orgs.). **Democracia deliberativa**. São Paulo: Singular/Esfera Pública, 2007.

WHITE, M. Can an Act of Citizenship Be Creative? *In*: ISIN, E., NIELSEN, G. (eds.). **Acts of Citizenship**. London: Zed Books, 2008, p. 44-56.

WILLIAMS, J. Designing neighbourhoods for social interaction: The case of cohousing. **Journal of Urban Design**. v.10, n.2, p. 195–227. 2005.

WILLIS, P. **Common Culture: Symbolic Work at Play in Everyday Cultures of the Young**. Milton Keynes, Open University Press, 1990.

ZHAO, J. The theoretical analysis of sustainable development. **Ecol. Econ**. p.12-15, 1991.